



**JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS
PROFESSOR MANOEL SALGADO**

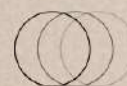
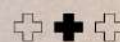


EDIÇÃO 2025

NEGACIONISMOS E A ERA DAS CATÁSTROFES

PODE A HISTÓRIA APRESENTAR
RESPOSTAS PARA OS DESAFIOS DO PRESENTE?

CADERNO DE RESUMOS



Caderno de Resumos

Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado

*Negacionismos e a era das catástrofes:
pode a história apresentar respostas para os desafios do presente?*

**Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do
Federal do Rio de Janeiro**

**3ª edição
Rio de Janeiro
2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Reitor

Roberto de Andrade Medronho

Diretora do Instituto de História

Marta Mega de Andrade

Programa de Pós-Graduação em História Social

Coordenadores

Henrique Buarque de Gusmão

Isabele de Matos Pereira de Mello

Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado

Negacionismos e a era das catástrofes:
pode a história apresentar respostas para os desafios do presente?

Comissão Organizadora

Adriany Souza de Oliveira

Alipio Pereira do Carmo

Amaro Jose de Souza Neto

Ana Lectícia Felix Angelotti

Anna Beatriz Cardoso Teixeira

Anna Klara Carvalho Consentino

Arthur Luis de Vasconcelos da Costa

Camille Ferreira Leandro

Carla Bianca Carneiro Amarante Correia

Cristina Antunes Divano Cunha

Daniel Cavalcanti Pimentel

Dhyan Ramayana Ramos Rodrigues

Diogo Lira Zarur
Dora Vaz Nunes
Fernanda Silva Monteiro Pinto
Gabriela Fernandes Petrungaro
Giovana Souza Cunha Pecoraro
Híkaro de Castro Dias Ferreira
Isis Gonçalves
Isis Vieira
Jean Pedro Silva e Sousa
Jefferson de Albuquerque Mendes
João Pedro Rossi
Juliana Carvalho da Silva
Keicy Salustiano Duarte Silva
Lavínia Izidoro Martins
Lucas Barroso Rego
Lucas Sampaio Costa Souza
Lucas Souza Nascimento
Lucrécia de Mascarenhas Batista
Mariana Freitas de Andrade
Matheus Paranhos Giolo Mezdari
Milleni F. Rocha
Mirella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira
Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção
Natalia de Souza Miranda
Nathara Marriel Mariano
Paulo Cesar Machado Farias Junior
Pedro Alexandre de Albuquerque
Rafane Nunes
Vandercleio Costa Corrêa Junior
Vitória Luyza Cardoso Barbosa
Sarah Lidia Vieira da Silva



**Caderno de Resumos da
Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado**

*Negacionismos e a era das catástrofes:
pode a história apresentar respostas para os desafios do presente?*

Editores

Camille Ferreira Leandro
Diogo Lira Zarur
Isis Gonçalves
Híkaro de Castro Dias Ferreira
Jefferson de Albuquerque Mendes
Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção

Capa e Diagramação

Rafane da Silva Nunes
Fernanda Silva Monteiro Pinto

**3ª Edição — 2025
PPGHIS-UFRJ**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de resumos da jornada de estudos históricos
professor Manoel Salgado [livro eletrônico] :
negacionismos e a era das catástrofes: pode
a história apresentar respostas para os
desafios do presente? / edição Camille Ferreira
Leandro...[et al.]. -- 3. ed. -- Rio de Janeiro :
Ed. dos Autores, 2025.

Vários organizadores.

Outros editores: Diogo Lira Zarur, Isis
Gonçalves, Híkaro de Castro Dias Ferreira, Jefferson
de Albuquerque Mendes, Naiara Müssnich Rotta Gomes
de Assunção.

ISBN 978-65-01-65116-3

1. Atualidades 2. Catástrofes naturais - Aspectos
sociais 3. Desinformação 4. História contemporânea
5. Negacionismo 6. Redes sociais on-line - Aspectos
sociais I. Leandro, Camille Ferreira. II. Zarur,
Diogo Lira. III. Gonçalves, Isis. IV. Ferreira,
Híkaro de Castro Dias. V. Mendes, Jefferson de
Albuquerque. VI. Assunção, Naiara Müssnich Rotta
Gomes de.

25-300146.0

CDD-909.82

Índices para catálogo sistemático:

1. História contemporânea 909.82

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Largo de São Francisco, nº 1, Sala 205 – Centro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil
CEP: 20051-070

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
SIMPÓSIOS TEMÁTICOS.....	8
ST 01: HISTÓRIA E RELIGIÃO.....	9
ST 02: DITADURA E TRANSIÇÃO NO BRASIL	12
ST 03: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS EM HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO...17	
ST 04: REPRESSÃO POLÍTICA E CENSURA NA DITADURA BRASILEIRA	24
ST 05: ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL E NAS AMÉRICAS: HISTORIOGRAFIA, REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS.....	28
ST 06: DINÂMICAS, COLONIAIS NA AMÉRICA: INTERAÇÕES LOCAIS E CONEXÕES ATLÂNTICAS.....	34
ST 07: AMÉRICA LATINA E NARRATIVA TRANSNACIONAIS.....	39
ST 08: ARTE, IMAGEM, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL.....	45
ST 09: ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS.....	50
ST 10: HISTÓRIA E LITERATURA: PERCURSOS CRÍTICOS E TEMPORALIDADES. 53	
ST 11: HISTÓRIA E NATUREZA.....	58
ST 12: ESTUDOS SOBRE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	62
ST 13: HISTÓRIA E CULTURA POLÍTICA NO SÉCULO XX: IDEOLOGIAS, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES.....	66
ST 14: AUTORIDADE, GÊNERO E REPRESENTAÇÕES NO MUNDO ANTIGO E MEDIEVAL.....	74
ST 15: ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO.....	79
ST 16: HISTÓRIA E CINEMA.....	85
ST 17: ESTUDOS EM HISTÓRIA DO BRASIL OITOCENTISTA.....	88
ST 18: HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E NEGACIONISMOS.....	91
ST 19: PRÁTICAS LETRADAS NO MUNDO FRANCÓFONO (SÉC. XVIII-XX).....	95

APRESENTAÇÃO

Sejam bem-vindos à Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado!

É com alegria que saudamos as pesquisadoras(es) e professoras(es) que compõem a terceira edição da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado, evento organizado pelos discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este ano, o evento ocorre no Instituto de História da UFRJ, nos dias 26, 27 e 28 de agosto e traz para debate o tema “Negacionismos e a era das catástrofes: pode a história apresentar respostas para os desafios do presente?”.

O tema proposto visa pensar o estado corrente de nosso planeta a nível ambiental e social. As catástrofes climáticas mundiais e a devastação dos biomas brasileiros ameaçam formas de vida e a sobrevivência de diversas espécies, inclusive a humana. Vimos os efeitos da pandemia do Covid-19 em nossa sociedade que, além da perda de vidas, escancarou o crescente negacionismo em relação aos saberes científicos em geral, e históricos em particular. Os avanços da extrema direita ao redor do mundo, a disseminação de discursos de ódio, desinformação e fake news através de redes sociais dominadas pelas *big techs* são alguns dos principais desafios que se colocam para o Tempo Presente. Nesse sentido, o tema da nossa Jornada é um convite ao debate sobre os múltiplos usos do passado em nosso contexto contemporâneo. Propomos pensar coletivamente o papel dos historiadores frente aos desafios apontados e caminhos possíveis de serem trilhados e pensados a partir da História.

Neste ano, temos o prazer de contar com 111 trabalhos inscritos por pesquisadores de mestrado e doutorado de 18 Programas de Pós-Graduação espalhados pelo Brasil. Os trabalhos foram cuidadosamente distribuídos em 19 simpósios temáticos pensados para abarcar a variedade de temas que compõem as diversas pesquisas a serem debatidas. Em cada comunicação transcrita para este caderno, podemos enxergar a multiplicidade das pesquisas desenvolvidas em nosso país, em termos temporais, geográficos, teóricos e metodológicos. Buscamos, através da realização da Jornada, possibilitar o contato entre pesquisadoras e pesquisadores de abordagens tão diversas, fortalecendo o debate acadêmico e estabelecendo sólidas redes de diálogos. A partir da troca de saberes e da integração entre discentes internos ao PPGHIS da UFRJ e externos ao programa, visamos construir respostas coletivas para as intempéries do presente.

Comissão Organizadora

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 01

História e Religião

Coordenação: Gabriel Castanho (UFRJ)
Milleni Freitas (UFRJ)

Resumo: Este simpósio tem como objetivo discutir as complexas relações entre espiritualidade, religião e poder em suas múltiplas expressões históricas. Prioriza trabalhos que abordam diferentes espaços geográficos e contextos diversos, com recortes temporais que vão da Idade Média ao século XVIII. Busca-se promover uma reflexão aprofundada sobre as dinâmicas entre fé, gênero, poder, identidade e cultura, valorizando abordagens interdisciplinares e perspectivas que ampliem a compreensão das práticas religiosas como fenômenos históricos.

Espiritualidade e rebelião na Índia Medieval: o Movimento Bhakti x a tradição brâmane

Nathália Rodrigues da Silva Nunes
Programa de Pós Graduação em História Política (UERJ)

Na Índia Antiga e Medieval, os brâmanes exerciam total controle sobre o restante da população. Eram os únicos a ter acesso ao estudo dos textos sagrados, oficializar casamentos e conduzir rituais religiosos. O Movimento Bhakti surgiu por volta do século VII e.c., tendo seu momento de expansão entre os séculos XIII e XVI, e veio com uma proposta de quebrar essa tradição bramânica, dando espaço para pessoas que viviam à margem da sociedade, como pessoas de baixa casta e mulheres. Apesar de ter surgido como um movimento religioso, acabou por influenciar na política ao abalar o sistema de castas até então muito bem estabelecido. A pesquisa tem como centro a figura de Mirabai (1498-1546) uma jovem mulher do Rajastão que compôs centenas de poemas sobre sua relação com Krishna, a deidade a quem dedicava sua devoção, e é considerada pelos indianos até os dias atuais como um símbolo de liberdade religiosa e resistência feminina.

"tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja": a participação do clero colonial em feitiçarias

Lara Custodio Vieira
Programa de Pós-Graduação em História (UNIRIO)

A presente pesquisa é um aprofundamento da minha dissertação e tem como objetivo contribuir com reflexões da História das Religiões durante o Brasil Colonial, na tentativa de compreender o clero a partir de interações com feitiçarias. Os casos analisados demonstram que, apesar de possuírem status e funções de defesa da ortodoxia católica, alguns religiosos

não agiram de acordo com suas posições, cores e qualidades. É preciso, portanto, definir o que entendo como feitiçaria: atividades mágico-religiosas que poderiam ser utilizadas para inúmeros fins, como desvendar o passado, revelar o futuro ou resolver questões que atormentavam o presente. O conceito possuía origem portuguesa e era empregado de forma genérica para compreender rituais que não seguiam a ortodoxia católica. Ao longo da Época Moderna, o termo foi alargado, servindo como um "guarda-chuva" para abrigar elementos europeus, africanos e indígenas, tornando equivalentes manifestações que não possuíam características em comum. Ao analisar especificamente os religiosos, busco o impacto que atitudes desviantes poderiam ter quando realizadas por quem deveria ser exemplo de conduta: se os padres agiram de forma contrária ao que era esperado pela ortodoxia, por que seus fiéis não poderiam fazer o mesmo?

As Freiras Visionárias Joana de Jesus e Filipa da apresentação nas Malhas do Santo Ofício Português: Misticismo, Espiritualidade e Gênero no século XVII

Karine Goulart de Almeida
Programa de Pós- Graduação em História Social (UERJ/FFP)

O objetivo desta comunicação é apresentar as análises que estão sendo desenvolvidas em nossa pesquisa, a qual visa o estudo do processo inquisitorial que envolveu as freiras visionárias Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, em Portugal, durante o século XVII. Buscamos encontrar o teor herético que fez com que a Inquisição processasse as religiosas citadas e as afastassem do grupo de santas. Lembremos que o século XVII é considerado pela historiografia como o “século da santidade”, mas também é o século da secularização das práticas religiosas. Pertencentes ao que nomeamos de “misticismo ascético”, essas visionárias buscaram vivenciar sua religiosidade, seguindo às práticas e padrões desenvolvidos por outras mulheres religiosas antecedentes a elas. Do mesmo modo, a secularização do século XVII trouxe descrédito e aumentou a desconfiança nessas ações, o que pode ter contribuído para o julgamento da Inquisição e para a recepção social desconfiada dos hábitos e práticas das visionárias. Assim sendo, utilizamos reflexões que envolvem os aspectos sociais, culturais, religiosos e de gênero para pensarmos as visionárias e ação do Tribunal inquisitorial sobre elas. Pensando o século XVII como acolhedor de fenômenos oriundos da “invasão mística” e o apogeu da contraposição entre a vivência conventual monástica e o cotidiano de mulheres pertencentes à Ordens terceiras, por parte de freiras e beatas, respectivamente, analisamos os processos de Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, freiras, aspirantes à santidade, que se encontraram na mira do Santo Ofício, em 1651.

Cristãos-novos e o império em movimento: o caso de Simão Pinheiro Morão (c.1618–1685)

A presente comunicação tem por objetivo apresentar aspectos centrais da trajetória de Simão Pinheiro Morão (c.1618–1685), médico cristão-novo perseguido pela Inquisição portuguesa no século XVII. Alvo de dois processos inquisitoriais por práticas judaizantes, condenado ao uso perpétuo do sambenito e obrigado a presenciar a execução de seu pai, Morão experimentou formas extremas de coerção impostas pelo Santo Ofício. No entanto, após sua libertação, conseguiu migrar para a América Portuguesa, onde reconfigurou sua posição social e escreveu um livro de temática médica a pedido do governador da capitania de Pernambuco. A análise desse percurso evidencia como a atuação inquisitorial não apenas cerceava a mobilidade de cristãos-novos, mas também era atravessada por lógicas sociais, econômicas e políticas que possibilitavam, em certos contextos, sua reinserção e legitimação. A partir do caso de Morão, esta comunicação propõe refletir sobre os limites e as possibilidades de agência de sujeitos perseguidos pela Inquisição, articulando sua experiência às dinâmicas do Antigo Regime português e às margens mais flexíveis do mundo colonial.

“Fizeram todos juntos o jejum”: religiosidade e sociabilidade conversa nos processos inquisitoriais (1670-1730)

Mylena Correia de Melo
Programa de Pós-Graduação em História (UNIRIO)

O presente artigo é fruto da minha dissertação de mestrado, defendida em maio de 2024, no Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO, cujo tema principal foi a complexidade das relações sociais e econômicas dos cristãos-novos naturais da Beira Interior, região de fronteira entre Portugal e Castela, residentes na Bahia entre os anos de 1670 e 1730. Relações que foram observadas a partir da análise dos processos inquisitoriais contra eles instaurados. Em parte da dissertação busquei compreender como a religiosidade dos conversos atuava como elemento agregador de laços entre as pessoas desse grupo social, não apenas como uma maneira de conectarem-se com as crenças e cerimônias de seus antepassados. Nesse sentido, o objetivo central é responder à pergunta: como os conversos utilizaram as cerimônias criptojudáicas para unir os membros de suas famílias, aproximar os amigos próximos e conectar pessoas de fora do seu círculo a sua rede de contatos? Para tanto, analisarei as falas dos réus acerca de suas crenças e as descrições das celebrações e encontros que aconteciam entre dois ou mais cristãos-novos a fim de entender a expansão da sua rede para conversos de fora do seu ciclo familiar e a manutenção dos contatos antigos ao redor do Atlântico. Os depoimentos prestados por cada um deles no decorrer dos processos fornecem informações imprescindíveis para o desenho de sua teia de relações socioeconômicas, afinal deviam falar de todas as “pessoas suas conjuntas e não conjuntas” para satisfazer os inquisidores. Desse modo, as sessões de denúncia, confissão e defesa ganham grande destaque, principalmente, quando buscamos entender a sentença determinada para cada um dos processados e como a sua passagem pelos cárceres do Santo Ofício interferiu nas suas trajetórias e nas redes que faziam parte.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

Ditadura e transição no Brasil

Coordenação: Renato Lemos (UFRJ)
Lucrécia de Mascarenhas Batista (UFRJ)

Resumo: Este simpósio busca reunir pesquisas que abordam o período do regime militar brasileiro iniciado em 1964, assim como o processo de transição política para a democracia, em sua multiplicidade de temáticas e abordagens. As discussões propostas visam tratar temáticas como a repressão perpetrada pelo regime, os projetos educacionais do governo, as guerrilhas, as formas de resistência e aspectos da cultura política durante esse período, o processo de transição e os debates políticos nele inseridos, além de trazer novas perspectivas a este processo a partir da inclusão de outros agentes históricos como os povos indígenas. Dessa forma, este simpósio visa ser um espaço de interlocuções e debates entre pesquisas que abordam a Ditadura e a transição política no Brasil por distintos prismas analíticos.

O projeto de Ensino Superior da Ditadura Civil-Militar: uma análise dos impactos no curso de História da UERJ (1964-1988)

Anna Klara Carvalho Consentino
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A comunicação é parte de uma pesquisa em desenvolvimento que tem por objetivo identificar os impactos das políticas educacionais da Ditadura Civil-Militar e do tripé vigilância – censura – repressão sobre a formação de historiadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) durante o período. O trabalho destaca as articulações entre os governos ditatoriais e o complexo IPES/IBAD com o intuito de promover políticas educacionais que estivessem alinhadas aos interesses econômicos da classe empresarial e consolidassem a hegemonia político-ideológica do regime a partir da produção de um consenso positivo sobre ele. A compreensão do conceito de hegemonia é feita aqui a partir do pensamento de Antonio Gramsci. Para o teórico, em uma sociedade capitalista, a dominação hegemônica não se dá exclusivamente a partir da coerção, mas também através da obtenção de consenso, isto é, através da habilidade de conquistar a legitimação da ordem social vigente. Nesse contexto, as classes dominantes buscam produzir consenso sobre seu projeto de sociedade através da naturalização de suas ideias como uma visão universal de mundo, utilizando-se das instituições sociais para isso. A hegemonia é, portanto, uma forma de exercer poder sobre a sociedade amparando-se no controle ideológico e cultural. Dessa forma, o conceito pode ser entendido como o poder conquistado e exercido a partir da produção de consenso. Não havendo currículo que seja politicamente neutro, as instituições de ensino se tornam espaços possíveis de naturalização e aceitação das ideias das classes dominantes a partir da construção de currículos e projetos de educação. Assim, o sistema educacional é utilizado para a manutenção do sistema dominante vigente a longo prazo. No contexto da Ditadura

Civil-Militar brasileira, as instituições de Ensino Superior se tornaram espaços nos quais esse projeto de produção de consenso foi colocado em prática. Nesse sentido, a partir da análise de documentos e de depoimentos orais de professores e alunos da Universidade durante o período, o trabalho busca se aprofundar na complexidade das relações estabelecidas no interior de um Departamento de História marcado por tendências conservadoras – espaço no qual a autocensura docente refletia a cultura do medo em vigor – e observar em que medida essa autocensura pode ter afetado a formação acadêmica.

Um projeto conservador de abertura política: algumas reflexões acerca do processo de transição à democracia no Brasil (1974-1988)

João Pedro Teixeira Ferreira Thimoteo
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar reflexões parciais de uma pesquisa em andamento sobre o último processo de transição à democracia no Brasil, com foco na atuação do núcleo dirigente do regime ditatorial (1964-1988) frente ao surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). A hipótese central do trabalho é que a emergência do PT, um partido de base operária e vinculado a novos movimentos sociais, representou um desafio específico e inesperado ao projeto de abertura política formulado pela cúpula do regime. Argumenta-se que a resposta do regime a esse desafio só pode ser plenamente compreendida se inserida na conjuntura política mais ampla da “distensão lenta, gradual e segura” anunciada por Ernesto Geisel em 1974. Parte importante da historiografia tem sustentado que as oposições de esquerda ganharam força ao longo do processo de abertura, impondo inflexões significativas ao projeto original do regime. No entanto, esta pesquisa parte da linha interpretativa defendida por autores como Renato Lemos e Rejane Hoeveler, segundo a qual o núcleo dirigente do regime logrou êxito em conduzir uma transição controlada, cujo objetivo estratégico era a constituição de uma nova base de sustentação política para a dominação de classes, sob uma democracia restrita. Tal projeto envolveria a articulação de um novo bloco de poder entre setores “moderados” da oposição e da própria ditadura, isolando tanto a extrema-direita militar quanto as forças de esquerda anticapitalistas e classistas das instâncias de poder político. A proposta de comunicação se estrutura a partir da análise de uma fonte primária central: a palestra “Conjuntura política nacional — o Poder Executivo”, proferida em 1980 pelo General Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra (ESG). Situada em um momento avançado da transição, a conferência expressa, de forma condensada, o balanço e a estratégia do regime para manter o controle sobre o processo de abertura. A leitura crítica desse documento será articulada a outras fontes primárias, especialmente informes da comunidade de informações, e à bibliografia especializada, com destaque para os trabalhos de Maria Paula Araújo, Francisco Carlos Teixeira, Marcos Napolitano, Renato Lemos e Rejane Hoeveler. Ao centrar-se na forma como o regime tentou dividir e administrar as oposições, promovendo a cooptação de setores “moderados” e reprimindo os “radicais”, a comunicação busca contribuir com os debates historiográficos sobre os limites e as possibilidades da transição brasileira, compreendendo-a como um

projeto democrático-burguês de reconfiguração da dominação de classes, e não apenas um remanejamento na relação entre uma sociedade civil desenraizada de diferenciações classistas e um Estado autoritário que se ergue sobre ela.

O Instituto Metodista Bennett durante a ditadura militar brasileira (1964–1985): práticas de resistência e cultura política

Adriany Souza de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho analisa a atuação do Instituto Metodista Bennett como espaço de luta política, intelectual e religiosa durante a ditadura militar brasileira (1964–1985). Localizado no Flamengo, Rio de Janeiro, o Bennett foi alvo constante da vigilância de órgãos repressivos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que o acusavam de promover “doutrinação subversiva” e “infiltração esquerdista”. Diante disso, almeja-se compreender como uma instituição de ensino confessional ligada à Igreja Metodista, conseguiu sustentar práticas pedagógicas críticas e posicionamentos públicos em favor da democracia e dos direitos humanos em meio ao autoritarismo. O referencial teórico fundamenta-se no conceito de cultura política, conforme formulado por Ângela de Castro Gomes (2007) e retomado por Adroaldo Almeida (2016), cujos trabalhos visam interpretar as formas pelas quais atores construíram sentidos políticos em suas práticas de resistência. A investigação ancora-se ainda nos pressupostos da terceira geração da Escola dos Annales, ao considerar a diversidade das fontes e as intersecções entre História Cultural e História Política. O objetivo da pesquisa é investigar as formas pelas quais o Instituto articulou sua atuação educacional e religiosa com práticas de enfrentamento ao regime, observando como o ecumenismo, a Teologia da Libertação e a presença de missionários progressistas influenciaram essa trajetória. A análise baseia-se nos relatórios do SNI, do DOPS, dos registros do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e algumas entrevistas com ex-integrantes da instituição. A metodologia deste trabalho envolve análise documental e leitura crítica, além de um cuidadoso olhar para a história oral, buscando reconhecer suas mediações e limitações. Dessa forma, será possível um cruzamento de dados que ofereça uma compreensão ampla e contextualizada do posicionamento do Bennett durante a ditadura militar. Sujeitos ativos como Livingston Santos, Onésimo de Oliveira e, especialmente, o bispo metodista Paulo Ayres Mattos desempenharam papéis centrais na consolidação da instituição como um espaço de acolhimento a vozes críticas e iniciativas libertadoras. Durante os anos 1980, eventos relevantes foram sediados, como reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia (1979), o I Simpósio Internacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (1981), encontros do Centro Brasil Democrático (CEBRADE, 1982), seminários populares e atividades culturais como o Festival de Música Popular Brasileira. Portanto, a pesquisa, até o momento, apresenta indícios da ação ativa do Instituto Metodista Bennett no tecido urbano do Rio de Janeiro. Articulando-se social e politicamente, o instituto atuou em espaços concretos e simbólicos com uma prática de ensino democrática e religiosa.

As violações de direitos humanos ocorridas no 1º BIB de Barra Mansa/RJ no período da ditadura militar (1964-1972)

Iohana Viana Araujo

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

O presente trabalho apresenta uma análise das violações de direitos humanos ocorridas no 1º BIB de Barra Mansa de 1964 a 1972, explorando seus principais aspectos e agentes, dando voz às vítimas e trazendo luz à problemática referente ao esquecimento institucional destes acontecimentos e do papel opressivo do batalhão de Barra Mansa no contexto da ditadura militar no sul-fluminense, e os meios de recuperação da história já vigentes na cidade. A presente pesquisa fez uso de referências bibliográficas, artigos científicos e fontes históricas do período, com especial destaque à investigação realizada pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda. Por meio de uma análise descritiva e exploratória, foi possível verificar a importância do 1º BIB como um lugar de memória, a necessidade de sua cultivação como parte do movimento “nunca mais”, por meio da efetivação do TAC nº 3/2016, a promoção do “Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos” e o aprofundamento de pesquisas históricas do tema.

A justiça de transição a partir da experiência dos povos indígenas: um estudo de caso sobre os aikewara e a repressão à Guerrilha do Araguaia

Maristela Costa Almeida da Silva

Programa de Pós-Graduação em História (Unifesp)

Esta comunicação oral baseia-se em pesquisa que se encontra em fase final de elaboração, mais especificamente na etapa de adequação da dissertação, segundo orientações da banca qualificadora, com fins de defesa para obtenção do grau de mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo. A presente pesquisa insere-se na lógica da linha de pesquisa denominada “Normas, espaços e deslocamentos” da referida instituição, que abriga investigações que problematizam formas organizativas sociais, sejam elas de natureza jurídica, corporativa, educacional, patrimonial, artística, políticocultural, eclesiástica, entre outras, como essenciais para se compreender a ação dos sujeitos sociais. A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a justiça de transição no Brasil, tendo como foco o pilar da reparação, a partir da experiência dos povos indígenas e o estudo de caso do impacto da repressão à Guerrilha do Araguaia sobre o povo aikewara entre os anos de 1972 e 1975. A abordagem será realizada a partir da interpretação discursiva e comparativa dos testemunhos prestados pelos integrantes da etnia à Comissão de Anistia no ano de 2014, face aos mecanismos institucionais e dispositivos legais vigentes no Brasil que tratam sobre a temática da justiça transicional. Como metodologia de interpretação das fontes, optou-se pelo uso da análise de narrativa e alguns conceitos relacionados à literatura do testemunho, a fim de

identificar padrões e divergências tanto entre os próprios testemunhos indígenas como em comparação com as outras fontes bibliográficas que tratam do período. Visamos, portanto, delimitar as potencialidades e desafios do processo transicional brasileiro e suas políticas de reparação frente à experiência dos povos originários, contribuindo para um cenário social mais diverso e comprometido com o encerramento das práticas genocídrias sobre tais grupos. Dentre as conclusões que a presente pesquisa alcançou ressaltam-se como principais: a demarcação territorial indígena como instrumento preferencial e urgente para aplicação da justiça de transição aos povos indígenas; a necessidade da inclusão de perspectivas advindas dos próprios povos indígenas para lidar com a esfera coletiva de reparação e anistia; a leitura atual que fazemos da justiça de transição, no Brasil, bem como dos direitos humanos, no geral, precisam ser expandidos para incluir visões heterogêneas de se estar no mundo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

Abordagens e perspectivas em História Social do Trabalho

Coordenação: Paulo Fontes (UFRJ)

Isabelle Pires (UFRJ)

Bianca Carneiro (UFRJ)

Resumo: Este simpósio busca reunir pesquisas que se inserem nos estudos dos mundos do trabalho, evidenciando aspectos como a construção de tradições políticas, identidades, cultura e experiências dos trabalhadores. As discussões propostas visam tratar temáticas como o associativismo, as organizações e atuações de trabalhadores na luta política, a interseccionalidade e debates raciais na formação da classe trabalhadora, assim como experiências na organização das lutas sociais e na construção de cidadania. Com um enfoque nos períodos dos séculos XIX e XX, este simpósio visa construir um debate e propor interlocuções entre pesquisas inseridas nos estudos sobre os mundos do trabalho e que abordam e propõem diversas perspectivas para a História Social do Trabalho.

As experiências e aspirações dos alunos-operários negros e o ensino profissionalizante do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (década de 1880)

Eduardo Supeleto Nascimento

Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio)

A pesquisa se volta ao ensino profissionalizante de ofícios no último quartel do século XIX, período de transformações importantes nos mundos do trabalho industriais e na própria relação entre mão de obra escravizada e livre no Rio de Janeiro. Focando nas experiências do corpo estudantil de um espaço educacional projetado para o “melhoramento” dos artífices e operários: O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LAO-RJ), instituição iniciada em 1858 e que vigora até os dias atuais. Instituição de iniciativa privada, foi proposta por membros da elite letrada congregados na Sociedade Propagadora de Bellas Artes para atender de forma gratuita a população do Rio de Janeiro. O LAO-RJ funciona a partir do investimento dos seus sócios e do Estado Imperial, contando com políticos relevantes da Corte em seu quadro de direção, como o primeiro presidente do educandário e Conselheiro do Estado Eusébio de Queiroz (1812-1868). Com o ensino dedicado às artes necessárias para os ofícios, seguia princípios propostos pelas sociedades industriais europeias, recuperando a perspectiva de ensino das artes menores abandonada pelo projeto inicial da Academia Imperial de Bellas Artes. Foi modelo inspirador para outros Liceus de Artes e Ofícios pelo Brasil, possuindo parte do seu auge na década de 1880, e reivindicando-se em documentos como o maior educandário, em número de alunos, de ensino de artes de ofícios do mundo – inclusive quando comparado com escolas francesas e inglesas. Suas aulas voltadas para uma juventude empobrecida e homens trabalhadores na manufatura e na indústria emergente aconteciam nas noites no Rio de Janeiro, para acesso dos mesmos após trabalharem. Seu

estatuto previa aulas para “livres e libertos”, e em suas salas de aula, nas primeiras três décadas de funcionamento, é computado uma maioria de alunos nacionais. Enquanto parte da bibliografia sobre o Liceu se preocupou pouco com as experiências dos estudantes e com a presença negra nas suas carteiras, nosso trabalho enfoca exatamente na relação entre essas experiências discentes, seus anseios e projetos, com o projeto político-pedagógico do Liceu. Além disso, ao visar entender as trajetórias desses sujeitos, a pesquisa pretende perceber os impactos dessa formação educacional nas vidas de operários negros. Assim, nos focaremos em apresentar um pouco o funcionamento do LAO-RJ, as perspectivas estudantis sobre esse ensino e seu mundo a partir do jornal discente “O Aspirante”, e algumas trajetórias de alunos-operários do Liceu que se vinculam as experiências do universo negro e operário do século XIX.

"A gente não quer só comida": Associativismos recreativos de trabalhadores no século XX no Brasil

Rodrigo Pereira de Sousa
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A pesquisa analisará o associativismo recreativo de trabalhadores brasileiros no século XX como espaço de sociabilidade, lazer e luta simbólica. Busca compreender como essas práticas contribuíram para a construção de identidades coletivas e dinâmicas de resistência nos mundos do trabalho.

Instrução, educação e voto: caminhos para a cidadania entre a classe trabalhadora (1880-1910)

Isabella de Souza Tavares
Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio)

Entre as décadas finais do século XIX e o início da República, se formulou a exclusão das camadas menos abastadas da população. Exemplo disso é a Lei Saraiva de 1881, formulada ainda no período imperial e responsável por excluir grande parte do eleitorado do país, instituindo rigorosa comprovação de renda e a exclusão dos analfabetos. O estabelecimento do voto direto e a modelação do eleitorado foram pensados em um contexto no qual a abolição da escravidão se aproximava. A instrução pública se configurou como uma questão social desde a década de 1870 na sociedade brasileira, tanto para o poder político quanto para as associações de trabalhadores da época. Os espaços educativos dentro das organizações de trabalhadores, além de valorizar o saber atrelado a escolarização, também foram ambientes de construção de experiências e saberes ligados às profissões e ofícios artísticos. Assim, o oferecimento de aulas noturnas para os associados e seus filhos, a construção de bibliotecas, promoção de conferências e edição de jornais se configuram como práticas alternativas em busca do enobrecimento e valorização do trabalho e da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é tratar das práticas educativas incentivadas pelas associações mutualistas, de resistência e sindicatos como uma resposta dos trabalhadores à exclusão do direito ao voto pelo analfabetismo. Buscamos demonstrar, ao unir voto e instrução, que a busca por cidadania por parte dos trabalhadores foi pautada pelas dimensões do direito político e social. Dessa forma, entendemos o acesso à educação como uma das formas de exercício da cidadania da classe trabalhadora, no recorte que compreende a queda da estrutura monárquica de poder e os primeiros passos da república no Rio de Janeiro, entre os anos 1880-1910. É importante salientar que partimos da perspectiva de uma classe trabalhadora racializada, em consonância com a recente historiografia do trabalho. Nos propomos a investigar como nos espaços de organização dos trabalhadores, a instrução/educação fazia parte da prática da cidadania. A partir do momento que o Estado se exime de suas responsabilidades com a instrução popular e a utiliza como artifício de segregação, a partir da década de 1880, a educação passa a ser o termômetro da cidadania. Para isto, analisamos algumas associações como a Associação de Socorros Mútuos Liga Operária, União Operária do Engenho de Dentro e Liga Federal dos Empregados de Padaria utilizando a pesquisa através de periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional demonstraremos como as práticas educativas de trabalhadores, sejam em aulas noturnas ou conferências populares fizeram parte da construção da cidadania no Brasil.

Movimento operário e antifascismo: A Aliança Nacional Libertadora no Piauí

Inghrid da Costa Masullo Mendes
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Em resposta ao surgimento do movimento integralista no Brasil, simpatizante da ideologia fascista, foi formada em 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Com um caráter amplo e reunindo diversos setores da sociedade brasileira, dentre eles uma significativa parcela do movimento operário, a Aliança Nacional Libertadora se destacou como a maior frente antifascista já criada no Brasil. Nesta pesquisa, pretende-se discutir a atuação da ANL no Piauí, chamando atenção à mobilização política dos trabalhadores neste Estado e sua participação nesta frente antifascista, num contexto em que a classe trabalhadora emergia enquanto importante força política no cenário nacional.

Nosso líder é a liberdade, nossa bandeira é chão: raça, memória, luta pela terra e o campo negro na formação da classe trabalhadora rural em Cabo Frio e São Pedro da Aldeia (1961-1978)

Lucas Nascimento
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a formação das classes trabalhadoras rurais nas cidades de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, ambas localizadas na região dos lagos, no estado

do Rio de Janeiro. Para isso, embora nosso recorte esteja delimitado entre as décadas de 1960 e o final da seguinte, faremos um exercício diacrônico para entendermos a formação de um espaço compartilhado entre os moradores da região da fazenda Campos Novos, localizada na área rural das duas cidades, que também é, ao mesmo tempo, uma área limítrofe entre os municípios. A formação de um espaço complexo de relações sociais diversas possibilitou o surgimento de uma forte identidade entre esses trabalhadores, principalmente a partir da defesa da terra e de seus costumes como direitos inegociáveis, forjados e conquistados no cotidiano. O campo negro que se forjou nessa região foi mantido, transformado e essencial nas lutas dos trabalhadores durante um período onde a repressão sobre aqueles que lutavam foi uma regra. Assim, objetivamos entender as estratégias que foram utilizadas por esses homens e mulheres, bem como complexificar o debate ao inseri-lo no extenso debate racial da recente historiografia do trabalho. Nesse sentido, a memória dos trabalhadores sobre o tempo do cativo, da escravidão foi usado para qualificar não só o tempo da escravidão, mas também a ditadura militar iniciada em 1964. Ser “escravo”, ou estar no “cativo” significava estar privado de suas agências e execução de seus projetos de liberdade e direitos. Assim, executaremos nesta pesquisa um íntimo diálogo entre os campos de estudos do Pós-abolição e o Mundos do Trabalho. Intui-se, portanto, que a luta pela terra no Brasil e, especificamente, nas cidades estudadas, carrega um forte caráter racial e, por conseguinte, deve ser refletida nas pesquisas do tema. Uma hipótese que se trabalha é a de que a ditadura militar (1964-85) apostou no mito da democracia racial para escamotear as formas de repressão racista sobre essas mulheres e homens do campo, insistentemente taxados de comunistas como forma de “legalizar” as medidas de exceção do regime. Ou seja, não se reprimiu, assassinou ou desapareceu com trabalhadores negros e negras, mas, sim, comunistas. Por fim, pretendemos construir uma reflexão sobre como a historiografia do período recortado ainda se concentra em representar uma ditadura urbana, com enfoque em personagens brancos e intelectuais, deixando, portanto, uma lacuna importante de como a repressão agiu sobre o campo durante todo o regime.

A Baixada Fluminense dos Trabalhadores: organizações e lutas sociais no município de Duque de Caxias (1945-1964)

Larissa de Oliveira Farias
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A Baixada Fluminense tem sido atrelada à uma imagem de “cidade-dormitório” na literatura desde a metade do século XX. O objetivo deste projeto é contrapor esta imagem recorrendo a análise das ações da classe trabalhadora por meio das organizações sindicais no município de Duque de Caxias entre 1945 e 1964. Em um período de “experiência democrática”, refletir sobre como as lutas sócio-políticas agenciadas pelos trabalhadores por meio da organização sindical seriam protagonistas durante o processo de urbanização e industrialização do município, e na esfera nacional, mobilizado pela identidade de classe. Assim, o projeto é desenhado a partir do arcabouço teórico-metodológico da História Social do Trabalho, e sua articulação com História Política e História Urbana, a fim de contribuir com uma narrativa

por meio da perspectiva “vista de baixo” dos processos históricos, levando em conta o mercado de trabalho, fluxo migratório nordestino, as relações étnico-raciais e de gênero presentes no município.

Polícia Política e greves: comando militar, sistema de desorganização das paralisações e resistência operária (1945-1957)

Artur Silva Lins

Programa de Pós-Graduação em História (UFF)

Na história do movimento de trabalhadores não é novidade a presença da polícia. No entanto, gostaria de discutir a dimensão ampla da repressão policial durante o período democrático entre 1945 e 1964 e para o que penso ser uma espécie de retração das suas atitudes mais violentas e ilegais na segunda metade dos anos 1950. No primeiro aspecto, proponho uma discussão acerca da relativa autonomia da Divisão de Polícia Política e Social (DPPS). No controle das polícias, a maioria dos seus chefes foram generais do Exército. Ou seja, as Forças Armadas não estiveram alheias ao controle constante do movimento social antes de 1964. Já na dimensão do fenômeno, a principal arma da repressão de Estado para que grevistas retornassem compulsoriamente ao trabalho foram a intimidação e as agressões físicas. Contudo, numa medida nada desprezível, o encarceramento vinha logo em seguida como a maior ameaça. Porém, a sua prioridade era neutralizar as redes de comunicação (leia-se, piquetes) e a orientação política dos trabalhadores (em geral sindicalistas e militantes de esquerda), visando, nesse objetivo, prender o que se chamava de os “cabeças” das greves. Ainda nessa seara, a partir de determinadas denúncias nos jornais, gostaria de discutir a dimensão das atitudes repressivas para além das fronteiras dos mundos do trabalho. Elas também atingiram as esferas da vida comunitária da classe operária, como invasões de residências e sequestros-relâmpago nas ruas, que não raro se convertiam em sessões de tortura. Entretanto, apesar das análises ainda precisarem avançar para o restante do período, gostaria de discutir a viabilidade de se pensar a hipótese de que, em alguma medida, as ações das forças policiais passaram por certo constrangimento em determinadas conjunturas do contexto democrático pré-64. Na segunda metade dos anos 1950, some dos jornais os sequestros, torturas e invasões de residência, por exemplo, mesmo quando ocorreram greves que bateram recordes de participação de massas. Embora violências pontuais tenham sido registradas nas greves gerais de 1957, tal retração geral nas atitudes mais violentas da polícia até mesmo gerou discussões na imprensa refletindo tal cenário atípico. Aliás, é também nessa conjuntura que o órgão chegou a reconhecer a legalidade de algumas paralisações. Obviamente, isso não teria ocorrido por benevolência da instituição. Pelo contrário, suas ações foram fortemente criticadas pelos próprios movimentos grevistas ocorridos na primeira metade da década. E é esta dinâmica que gostaria de chamar a atenção para refletir sobre uma força política da classe operária carioca que ainda não temos uma dimensão muito clara.

Petrobras e petroleiros na ditadura: breves reflexões sobre História Oral

Esta comunicação se insere na pesquisa em andamento sobre a responsabilidade empresarial da Petrobras na violação de direitos de trabalhadores na ditadura. Os agentes desse estudo são os petroleiros do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá. Esta apresentação busca dar conta de uma das metodologias empregadas na investigação que é a História Oral. Por se tratar de análises iniciais, terei como ponto de reflexão a implicação da metodologia oral na construção de uma representação de um passado mobilizado pela História do Tempo Presente. No diálogo buscarei refletir sobre alguns eixos que poderiam cercear a escuta de testemunhos para assim seguir na construção da análise histórica das trajetórias de sujeitos. Petroleiros, dirigentes sindicais com filhos para criar, foram demitidos em 1964, alguns seguiram sendo presos em diversas situações no decorrer da ditadura. Em 1980 ainda imploravam para retornarem ao quadro de funcionários da empresa. Perguntas em busca dos testemunhos surgem ao me debruçar diante de fontes institucionais: A principal é entender como a perseguição da Petrobras afetou o interior desses sujeitos ou seus familiares, como essa “ferida histórica”, nos termos de Dipesh Chakrabarty, foi mobilizada durante esse tempo.

O associativismo do judiciário trabalhista e o seu papel frente à ameaça à Justiça do Trabalho

Carla Bianca Carneiro Amarante Correia
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

O poder normativo da Justiça do Trabalho foi motivo de disputas, internas e externas, em inúmeros momentos desde sua instalação no Brasil, na década de 1940. Com o poder normativo, as cortes trabalhistas poderiam exercer funções legislativas, isto todavia, mesmo que em teoria, não agradava ao empresariado brasileiro. Após a aprovação em 1999 da Emenda Constitucional nº 248, uma série de tensionamentos se intensificam em torno da atuação, e até mesmo da continuidade, deste ramo do Judiciário. Muitas das alterações que passaram a vigorar já vinham sendo propostas e até mesmo aplicadas desde antes da promulgação da Constituição de 88. No entremeio das inúmeras tentativas de desestruturação e até mesmo de pôr fim da Justiça do Trabalho, teremos a atuação dos magistrados que compõem as 24 Associações espalhadas pelo território nacional, possuindo relações distintas com os demais trabalhadores e trabalhadoras, bem como com a manutenção do Judiciário trabalhista. Essas relações, carregadas de tensionamentos, marcam profundamente os embates entre o Estado, o Mercado e a Magistratura do Trabalho em torno do papel que deve ser exercido por este ramo do Judiciário. Tais embates vêm se materializando através da implantação de Memoriais da Justiça do Trabalho, instalados nos TRT's. É no período pós-ditadura empresarial-militar que os juizes da Justiça do Trabalho se mobilizam para construir meios para consolidar discursos próprios em torno dessa Justiça, narrados por eles e

em alguma medida para eles. Portanto, qual foi e vem sendo o lugar das AMATRA's na disputas em torno da Justiça do Trabalho?

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

Repressão política e censura na Ditadura brasileira

Coordenação: Maria Paula Araújo (UFRJ)

Lavinia Martins (UFRJ)

Isadora Gomes (PUC-Rio)

Resumo: Este simpósio propõe discutir as múltiplas formas de repressão política no Brasil, do final do século XIX ao fim da ditadura civil-militar (1988), com ênfase na censura e no controle policial. Reunindo abordagens historiográficas, culturais e sociopolíticas, os trabalhos analisam os mecanismos formais e informais de silenciamento empregados pelo Estado para controlar corpos, vozes e narrativas. Serão exploradas diferentes fontes, como registros jornalísticos, expressões musicais e espaços institucionais, a fim de refletir sobre as continuidades e transformações nas práticas repressivas, bem como sobre as formas de resistência, mediação e memória que emergiram frente a elas.

“As mentes abertas, sem bicos calados”: monitoramento e censura de Martinho da Vila durante a ditadura civil-militar (1967-1988)

Bruno Guedes Oliveira da Silva

Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ (PPHR)

O trabalho analisa o monitoramento e a censura contra Martinho da Vila entre 1967 e 1988, durante a ditadura civil-militar. Debateremos a partir da investigação de documentos, relatos e historiografia como o cantor e compositor foi vigiado e censurado pelos órgãos de repressão, por práticas culturais que iam de encontro às ideologias do regime. Com base em suas experiências de vida e a participação junto à escola de samba Unidos de Vila Isabel, abordamos também estratégias de resistência desenvolvidas pelo artista. Concluímos que motivado pelo seu alcance nacional e a circularidade popular das suas produções artísticas do Martinho, o Estado deflagrou vigilância sobre as atividades desempenhadas pelo sambista por considerá-lo opositor ao regime por suas ideias e produções.

A anatomia de uma pecha. Os usos da ideia de “esquerda festiva” no discurso memorial sobre o Pasquim

Eduardo Ferreira da Silva Pereira

Universidade Federal Fluminense (UFF)

A presente proposta de comunicação discute os usos da ideia de “esquerda festiva” na produção de narrativas memoriais sobre o semanário carioca O Pasquim. Criado em junho de 1969, sob o signo do desafio de realizar um projeto editorial humorístico para a cobertura dos

acontecimentos nacionais e estrangeiros. O periódico surgiu seis meses após a oficialização do Ato Institucional nº5. Numa quadra histórica marcada pelo recrudescimento das tensões sociais e políticas no Brasil. Acompanhado, de perto, pela ascensão de movimentos contestadores de massas no cenário global, tais como o Maio de 1968. A problemática central desta comunicação se encontra na verificação da presença da noção de “esquerda festiva” no discurso veiculado no documentário *O Pasquim: a Subversão do Humor*, do diretor Roberto Stefanelli. Produzido para integrar o acervo de conteúdos da TV Câmara. Vinculada à Câmara dos Deputados, em Brasília. A película documental, disponibilizada gratuitamente, em 2004, na plataforma de vídeos Youtube apresenta as facetas da atuação dos humoristas e jornalistas do semanário na resistência cultural brasileira (CZAJKA, 2010). Em oposição às expressões do autoritarismo dos governos da ditadura brasileira iniciada com o golpe de 1964. Na representação construída pela narrativa fílmica, os idealizadores do *Pasquim* são introduzidos como integrantes de um núcleo da resistência ao regime que se identifica pela vida noturna movimentada, bem como por práticas de sociabilidade heterodoxas. Em comparação com os supostos usos e costumes, habitualmente, disciplinados da militância de esquerda no país. Este enquadramento dá lugar à definição do grupo como parte da “esquerda festiva”. O que enseja a formulação de algumas questões importantes: quais são os significados políticos dessa abordagem? Quais características definem os sujeitos deste grupo? E por fim, quais as origens e usos dessa ideia no país? Com este panorama, procura-se examinar, de forma preliminar e introdutória, a relação do discurso memorial presente no documentário à luz da historiografia acadêmica sobre o semanário carioca. Para investigar as repercussões desta ideia no corpus de narrativas históricas sobre o veículo mais duradouro da imprensa alternativa brasileira dos anos 1960-1970. Além disso, serão debatidas as matrizes da ideia de esquerda festiva e as suas interfaces com o processo de construção de uma identidade social na história recente. (SOUTELO, 2015). Buscando situá-la nas disputas pela hegemonia no terreno delicado da memória pública.

Quando a polícia vier - Samba, imprensa, repressão e racialização na República Velha

Alipio Pereira do Carmo

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

No período da República Velha, a expressão samba representava um conjunto de práticas musicais e coreográficas, associadas aos negros, manifestas em reuniões familiares, festas religiosas ou jogos corporais, consideradas “perigosas” à ordem pública pelo projeto modernizador da cidade. Do mesmo modo, correspondia a matrizes culturais rurais de origem africana assimiláveis para a formação de uma possível cultura nacional, fosse pelo teatro, pela literatura, pela dança ou pela música. A presente proposta pretende analisar como essas duas compreensões estavam perpassadas pelo posicionamento das classes dominantes no tocante aos debates sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, por meio de teorias raciais e eugenistas articuladas, sobretudo, por discursos médicos e jurídicos, pelas discussões no meio artístico sobre a criação de uma arte brasileira e pelas produções dos

folcloristas. O trabalho se posiciona como contribuinte sobre as reflexões recentes da historiografia do samba em torno do conceito de paradigma da repressão.

“Não nos estigmatizem”: o edifício da Polícia Civil do Rio de Janeiro como símbolo da repressão para além da ditadura militar

Lavínia Izidoro Martins
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho busca apresentar resultados parciais de uma pesquisa sobre a disputa pelo prédio da Polícia Civil do Rio de Janeiro onde, durante a ditadura militar, funcionou a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Em uma disputa que evidencia a necessidade da memória e os usos possíveis do passado para diferentes grupos, nos chamou a atenção o medo apresentado pela Polícia Civil de que um museu da ditadura naquele espaço levasse à estigmatização da corporação, argumentando que a repressão representa apenas uma parte dos 100 anos do prédio. O objetivo da presente discussão é apresentar algumas bases para o contraponto a este argumento, defendendo a hipótese de que a repressão policial marcou a história do edifício desde a sua construção e, ainda, de que parte significativa do aparelho repressivo da ditadura militar teve como inspiração o aparelho já montado pela própria Polícia Civil.

Atuações policiais na cidade do Rio de Janeiro na década de 1950: os escritos de Eptácio Timbaúba no Diário Carioca

Gabriela Fernandes Petrungraro
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A década de 1950 representa para a cidade do Rio de Janeiro um período de intensas transformações, tanto nas modificações urbanísticas sofridas pela cidade, como nas questões sociais vivenciadas pela população. O Distrito Federal brasileiro, assim como o resto do mundo, enfrentava um contexto conturbado politicamente, tanto no que se refere a política externa, com o fim da Segunda Guerra Mundial, quanto internamente, com o fim do “Estado Novo” e o período de redemocratização. Por ser a capital federal, o Rio de Janeiro sediava ainda uma agitada agenda política, tendo os anos cinquenta se destacado pelas discussões acerca da organização administrativa da cidade, ou seja, da divisão e diferenciação das atribuições do Município e da União. Desde o início do século XX, com as reformas de Pereira Passos, o Rio de Janeiro experimentou uma série de modificações consideráveis na configuração da cidade. Observa-se então, o alargamento das ruas, o esvaziamento do centro da cidade, construções e destruições diversas, além da redistribuição de várias ocupações, em uma tentativa de “arejar” e “modernizar” o Rio de Janeiro. No entanto, uma das consequências desse reordenamento urbano é a produção de situações “novas”, as quais a população ainda não acostumada a lidar, delegava a tarefa à polícia. Nesse sentido, o estudo

irá analisar as reportagens escritas por um ex-policial, perito e ex-diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas, Eptácio Timbaúba da Silva, que ao se aposentar inicia uma coluna periódica no jornal Diário Carioca, onde narra as mais variadas situações do seu período. O objetivo desta pesquisa é, a partir de um levantamento considerável das referidas fontes, analisar as transformações – de ordem urbana e social – experienciadas pela cidade do Rio de Janeiro na década de 1950, e como a polícia lidou com estas alterações do espaço físico e social da cidade, refletindo sobre as características dos policiais e sua configuração no período proposto. Essa investigação se torna relevante na medida em que Eptácio oferece uma perspectiva singular sobre vários assuntos, se atendo especialmente a temas como, crimes, investigações, julgamentos, perícias e questões envolvendo o Rio de Janeiro. Ao longo da década de 1950, suas crônicas abordaram diversos acontecimentos, constituindo um vasto material, interessante para a análise das práticas policiais do período. Ainda que seus escritos representem apenas uma peça dentro do complexo quebra-cabeça que é a história da polícia e da cidade, estes funcionam como um registro único da perspectiva de um ex-policial sobre diversos eventos diários presentes no cotidiano dos cidadãos do período. Além disso, também refletem a visão de mundo de Timbaúba, que estava imbuída de preconceitos e moralismos. Por isso, é necessário que ao realizar a análise de seus textos, considere-se não apenas os eventos narrados por ele, mas também sua trajetória prévia no Exército e na Polícia Civil, elementos que influenciaram sua forma de interpretar e relatar os acontecimentos. Esta pesquisa contribui, portanto, no aprofundamento da compreensão sobre a atuação da polícia diante das transformações urbanas e sociais, bem como sobre o papel da imprensa na construção de representações sobre a segurança pública e a modernidade carioca no período.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

Escravidão e Pós-abolição no Brasil e nas Américas: historiografia, representações e experiências

Coordenação: Prof. Dr. Carlos Eduardo Coutinho (UFRRJ)
Lucas Nascimento (UFRJ)

Resumo: Os séculos XIX e XX constituíram um período histórico distinto por sua complexa dinâmica política e social no continente americano, profundamente marcado pela presença da escravidão e os desafios que sucederam o período com o fim desta instituição. No arco temporal que se estende da brutalidade da escravidão às primeiras conquistas no campo dos direitos trabalhistas, observam-se reconfigurações substanciais nas formas pelas quais os trabalhadores – escravizados e livres – se inseriram e resistiram nas esferas produtivas e sociais. Este Simpósio tem por objetivo analisar e discutir as experiências, os desafios e as representações dessas mulheres e homens em suas lutas pela efetivação de seus projetos de liberdade, bem como examinar as abordagens desenvolvidas pelas diferentes correntes historiográficas que se debruçaram sobre o tema.

A abolição após a abolição. Métodos, historiografias e fontes para pensar o pós-abolição da escravidão em Argentina durante a segunda metade do século XIX

Ariel Viola
Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio)

Em 1853 foi sancionada em Santa Fe a Constitución para la Confederación Argentina, estabelecendo a abolição da escravidão em todas as províncias, exceto em Buenos Aires, que aderiu à carta somente em 1860. Nas últimas duas décadas, a historiografia social argentina abordou qualitativamente a reconstrução da abolição gradual que ocorreu dentro do processo de independência iniciado em 1810, mas não avançou profundamente nos significados e nos caminhos da liberdade geral que os afrodescendentes receberam após 1853. Várias publicações exploraram sua presença em diferentes esferas públicas na segunda metade do século XIX, mas –além de não se agruparem em uma corrente histórica particular, nem serem articuladas em mesas específicas nos eventos acadêmicos– não se posicionam sobre o pós-abolição, nem questionam os significados das emancipações, nem se concentram de forma particular nos mundos do trabalho, um campo no qual temos motivos para pensar que os ex-escravizados habitaram condicionados pelo passado de cativo. Buscando gerar mais perguntas do que respostas, faremos uma imersão no debate historiográfico brasileiro, com o objetivo de encontrar problemáticas, estratégias documentais e perspectivas que nos ajudem a pensar um campo da pós-abolição da escravidão na Argentina, desde a “pampa gringa” santafesina, no meio século posterior à abolição, privilegiando as correntes que se introduzem nos mundos do trabalho e que refletem sobre os processos de emancipação, a precariedade estrutural dos sujeitos afrodiaspóricos, a “transição” para formas de trabalho “livre” e a

racialização das relações laborais na era do “progresso” argentino. Ao investigar essas problemáticas, espera-se colocar em questão a premissa constitucional que sustenta que no país “todos sus habitantes son iguales ante la ley, y admisibles en los empleos sin otra consideracion que la idoneidad” , para abrir a porta a um campo sobre o pós-abolição na Argentina.

Uma análise da escravização e das alforrias femininas nas páginas do Diário do Rio de Janeiro (1821-1824)

Gabriela de Melo Vieira
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

A pesquisa “Uma análise da escravização e das alforrias femininas nas páginas do Diário do Rio de Janeiro (1821-1824)” pretende entender aspectos diversos referentes a escravização das mulheres pardas e negras tendo como fonte e objeto um periódico central de informações políticas, sociais e culturais como o Diário do Rio de Janeiro no começo do século do século XIX. Objetiva-se analisar os anúncios e notícias relacionados à escravização de mulheres e suas alforrias, no recorte temporal proposto, para entendermos as representações produzidas e reproduzidas sobre elas no Diário, bem como suas resistências e agências. O Diário do Rio de Janeiro foi um periódico que, entre interrupções, publicou edições entre 1821 e 1878. Às suas páginas eram repletas de anúncios, declarações e notícias, seu criador Zeferino Vito de Meirelle, estava “[...] convencido da utilidade, que ao público resultará de um Diário, no qual gratuitamente se imprimam todos e quaisquer anúncios ou notícias particulares (que convenham e seja lícito imprimir)” (Diário do Rio de Janeiro, n.º 1, 1 de junho de 1821). Dentro do que era considerado “lícito imprimir” temos anúncios de compra e venda de itens diversos, declarações da Coroa e da Intendência da Polícia, divulgações científicas, teatrais, notícias marítimas e afins. No contexto de um Brasil extremamente escravocrata, também era prática comum publicações sobre escravizados e escravizadas. O uso de periódicos para a divulgação da escravização e suas práticas começou, pelo menos no Rio de Janeiro, com a Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro periódico impresso no país, em que suas páginas eram repletas de anúncios de compra, venda, aluguel e leilão de escravizados(as). Tal prática teve continuidade em outros periódicos, como o Diário, quando a Gazeta parou de circular. Nesse sentido, utilizamos um periódico de grande circulação e preço módico, para responder à seguinte reflexão: como às mulheres escravizadas aparecem representadas no Diário do Rio de Janeiro entre 1821 - 1824? Para responder a esse questionamento, utiliza-se o aporte teórico da História Cultural e da História Política. Como metodologias, utiliza-se a pesquisa quantitativa documental na forma de uma tabela numérica com a quantidade de publicações identificadas, a cada ano do recorte, separadas de acordo com as tipologias de anúncios apresentadas no periódico e notícias particulares para identificarmos as seções mais utilizadas do Diário do Rio de Janeiro, recorrências e/ou mudanças. Além disso, também irá se trabalhar com a pesquisa qualitativa por meio da análise de conteúdo para identificarmos as principais informações produzidas e as funções atribuídas a essas mulheres escravizadas e forras. Os resultados iniciais indicam que muitos desses anúncios envolvem a divulgação de vendas, compras e aluguéis feitas pelos senhores e senhoras dessas mulheres para atividades

relacionadas a serviços de porta a dentro, expressão utilizada no Diário do Rio de Janeiro, como engomar, cozinhar, cozer e vestir senhoras. Outro aspecto muito presente nas páginas do periódico é a venda, aluguel ou demonstração de interesse em mulheres escravizadas para amas de leite, fator tão comum naquele período que existia uma seção própria no Diário para as publicações voltadas a essa atividade. Muitos desses anúncios informam se essas mulheres eram recém-paridas, o número de “barrigas” que já tiveram e outros aspectos violentos que envolviam todo esse processo de escravização. Em menor quantidade existe a divulgação de serviços de porta a fora, novamente expressão utilizada no periódico, que se referem a práticas como vender quitutes e fazer compras. Em todos esses tipos de anúncios citados têm-se que, por vezes, eles acompanhavam breves informações sobre essas mulheres, por exemplo, idade e nação, além de dizerem se elas possuíam “vícios” e/ou “moléstias”.

Escrita de si na escravidão: trajetórias de Mahommah Gardo Baquaque e Juan Francisco Manzano (Brasil e Cuba, século XIX)

Flavia Almeida de Freitas Cardoso
Programa de Pós-Graduação em História (UNIRIO)

A figura principal dessa pesquisa é o escravizado. É a história de seres humanos vivendo em seus limites e, além disso, passando pela experiência traumática de um cotidiano escravista. A partir de relatos dos próprios sujeitos históricos, este trabalho se concentra em analisar como a vivência da escravidão influenciou nas formas de resistência e as visões de liberdade dessas pessoas. Entendendo essa questão como parte do processo que moldou a experiência do cativo nas Américas, minha hipótese é a de que a narrativa de si de um sujeito escravizado em sua biografia pode ser utilizada para compreender a dinâmica da escravidão, na qual cada sujeito histórico interpreta o conceito de liberdade de forma distinta dentro de sua experiência traumática do cativo e da história de violência em que foi vítima. Embora estivessem sob o jugo da escravidão nas Américas, Juan Francisco Manzano e Mahommah Gardo Baquaque possuem trajetórias diferentes. Manzano, conhecido como poeta-escravo, nasceu na província de Matanzas, em Cuba, no ano de 1797. Tendo sua mãe sido comprada, cresceu como escravizado na ilha e ele, um poeta, com a permissão de seus proprietários, publicou sua autobiografia e poemas ao longo do século XIX, sendo reconhecido socialmente, dentro dos limites do racismo hispano-cubano, e com o apoio de antiescravistas. Do outro lado do Atlântico, na década de 1820, nascia Baquaque no território de Zoogoo, África Central (atual Benin). Era próximo e de confiança do líder político local e por ser uma pessoa de prestígio social, era muito visado por inimigos e acabou não conseguindo escapar dos horrores da escravidão no Brasil. Sendo um dos poucos relatos que existem descrevendo a travessia da África para as Américas, Baquaque fala da repugnância dos porões de um navio escravagista, algo que afirma que nunca será apagado de sua memória. A experiência traumática dessa travessia fez com que ele se sentisse grato quando chegou em Pernambuco, no Brasil, na década de 1840. Meu objetivo neste trabalho se concentra em analisar as trajetórias desses sujeitos históricos dentro da dinâmica da escravidão nas Américas a partir da escrita de si. Essa perspectiva através de um relato vívido me induz, nesta pesquisa, em

deixar em evidência como a experiência da escravidão moldou e fez com que os escravizados articulassem suas perspectivas e tentativas de resistência, levando em consideração que a era da liberdade foi moldada e estruturada em cima da exploração de seres humanos.

O velho João Miguel e o Nosso Sagrado: a indumentária de terreiro como objetos de memória de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro (1890-1930)

Isis Saraiva Leão Medina

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Ao indagar “É crime nós cultuarmos orixás?” durante uma mesa de debate sobre o acervo Nosso Sagrado, em 2020, Mãe Meninazinha de Oxum evidenciou a persistência da repressão histórica às religiosidades de matrizes africanas no Brasil. A partir desse questionamento, é possível refletir sobre os controles e as formas de resistência das tradições religiosas formadas a partir da diáspora africana no país. O acervo em questão, que hoje está sob guarda do Museu da República (RJ), reúne mais de 500 objetos afrorreligiosos, incluindo itens do vestuário, que foram apreendidos pela polícia na Primeira República. A apreensão dos objetos acontecia quando das batidas policiais em casas de santo, sob o amparo de artigos como o 157 do Código Penal de 1890, que proibia “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios”, sob pena de “prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$000 a 500\$000”. Foi o caso de João Miguel Pereira da Costa, negro africano de 80 anos de idade. Na noite do dia 29 de agosto de 1898, o capitão Carvalhaes Pinheiro, delegado da 10ª circunscrição, chegou, na companhia dos funcionários da delegacia, à casa do feiticeiro João Miguel, localizada na Praia Formosa, nº 273. Assim a casa de João foi descrita pelo *Gazeta de Notícias* (RJ): “a casa é de rotula e duas janellas. A entrada escura e immunda. O delegado penetrou na sala da frente. Que horror! Havia nesta sala enorme quantidade de tigellas, missangas, santos etc. etc.”. Os adjetivos utilizados refletem os discursos pautados na medicina científica e numa ideologia higienista que moldou o final do século XIX e início do XX. O caso do velho João Miguel nos é caro à medida que se relaciona com o acervo Nosso Sagrado: nas notícias da batida policial em sua casa, dezenas de objetos foram descritos e apreendidos — santos, missangas, velas, tigelas cheias d’água, alguidar, entre outros — “tal foi a quantidade de objectos de feitiçaria encontrada, que o delegado viu-se na contingencia de os conduzir para a delegacia em uma carroça”. Desse modo, o objetivo deste resumo, que parte da dissertação de Mestrado da autora, é propor o encontro entre João Miguel e o Nosso Sagrado, refletindo sobre as aproximações entre os objetos apreendidos em sua casa e aqueles que compõem o acervo, nos detendo principalmente aos itens de indumentária. Nesse sentido, esta proposta investiga as indumentárias de terreiro como objetos de memória da população afrodiaspórica no Rio de Janeiro — numa espécie de memórias trajadas — a partir das disputas simbólicas e políticas em torno do Nosso Sagrado. Pretende-se compreender como essas vestimentas, em suas dimensões materiais e simbólicas, estavam inseridas no cotidiano dos terreiros e quais histórias e memórias elas evocam, revelando experiências afrodiaspóricas na cidade. Assim, buscamos, como propôs Stallybrass (2008), tecer relações

entre roupa, memória e poder, apreendendo práticas religiosas e cotidianas no contexto das chamadas classes perigosas do início da República (Chalhoub, 1996; Moraes, 2017).

Dos paradigmas às possibilidades: uma história da historiografia brasileira sobre escravidão e fugas

Carolina Gonçalves de Pontes

Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio)

A presente comunicação tem por finalidade discutir criticamente os deslocamentos interpretativos em torno da escravidão e das fugas de africanos escravizados no Brasil, com ênfase na constituição de uma historiografia que, ao longo do século XX e início do XXI, passou a reconfigurar a posição do cativo no interior das análises históricas. Partindo da problematização de abordagens inauguradas pela Escola Paulista de Sociologia, que atribuíram à população escravizada um papel passivo e estruturalmente subordinado às engrenagens do sistema escravista, observa-se a progressiva disputa dessas categorias por meio da incorporação de perspectivas marxistas, que enfatizaram a violência como lógica organizadora da dominação, e, posteriormente, por abordagens que deslocaram o eixo da análise para práticas de agência, negociação e elaboração de clivagens por parte dos próprios sujeitos escravizados. O exame dos distintos enquadramentos da fuga permite identificar as transformações metodológicas e epistemológicas no tratamento da experiência escrava. A análise fundamenta-se em uma leitura comparada da literatura historiográfica, como Gilberto Freyre, Octavio Ianni, Suely Queiroz, Clóvis Moura, Manolo Florentino, Mary Karasch, Sidney Chalhoub, Flávio Gomes e outros, a fim de mapear rupturas e continuidades no modo como se tem narrado o agir escravizado, com especial atenção às implicações políticas dessas escolhas narrativas. A metodologia adotada articula levantamento e análise da bibliografia historiográfica com a mobilização de aportes teóricos da história social, da teoria crítica e dos estudos da subalternidade, com o objetivo de evidenciar os mecanismos pelos quais determinados regimes de visibilidade foram historicamente instituídos. A proposta busca, assim, contribuir para o aprofundamento dos debates em torno da agência escrava, da pluralidade das experiências de fuga e das operações historiográficas que conferem inteligibilidade ao passado escravista, em diálogo com os impasses da memória, da identidade e da produção de saber histórico no presente.

Do Grêmio Recreativo ao Sindicato: Cultura, Trabalho e Resistência Negra no Porto do Rio

Maria Augusta Gama do Nascimento

Programa de Pós-Graduação em História (UFRRJ)

Esta apresentação tem como foco a relação entre o Grêmio Recreativo Recreio das Flores e o sindicato dos estivadores na cidade do Rio de Janeiro, no contexto do pós-abolição. O estudo

busca compreender como espaços recreativos, muitas vezes vistos apenas como ambientes de lazer, desempenharam um papel central na organização política e trabalhista da população negra, especialmente dos trabalhadores portuários. Localizado no bairro da Saúde, o Recreio das Flores se destacou não apenas como um ponto de confraternização, mas como um espaço multifuncional, que articulava cultura, lazer e mobilização social. Sua sede servia também como local de reunião do sindicato dos estivadores, o que evidencia a forte conexão entre o grêmio e as lutas por melhores condições de trabalho e direitos. Ao compreender o lazer como um direito negado à população negra após a abolição da escravidão, esta análise destaca como os grêmios recreativos funcionaram como estratégias de resistência, solidariedade e afirmação de cidadania, revelando o papel ativo dos trabalhadores negros na construção de seus próprios espaços de sociabilidade e luta.

Dinâmicas Coloniais na América: interações locais e conexões atlânticas

Coordenação: Natália Miranda (UFRJ)

Resumo: A ocupação colonial do continente americano, desde os processos iniciais no século XVI até o fim dos sistemas de colônia no século XIX, é uma temática que provoca diversas questões e abordagens. São praticamente mais de três séculos de história que organizaram diferentes sociedades a partir de estruturas colonizadoras da era moderna. Por conseguinte, vidas desse tempo estiveram caracterizadas tanto por dinâmicas locais nas respectivas colônias americanas quanto por interações além-mar com o continente europeu e o africano. É pela justificativa de pensar esse amálgama que o presente simpósio reúne diferentes pesquisadores para ampliar mais ainda o debate acerca do período colonial na América, valorizando pontos relativos à administração, à habitação e ao conflito.

Cobrando dívidas e corrigindo injustiças: os autos de petição no âmbito da Provedoria dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos da cidade do Rio de Janeiro de 1740 a 1750.

Ariadne Pires Barbosa
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A Provedoria dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos foi um órgão responsável por administrar os bens e demais heranças deixadas pelos falecidos em terras estrangeiras ou no além-mar e transferir os montantes que restavam para os herdeiros que se encontravam no reino. Na cidade do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XVIII, havia constantes movimentações de pessoas e mercadorias em seu porto devido à importância da cidade para a economia colonial. Essas movimentações de gentes e produtos acarretavam falecimentos nas terras coloniais, sublinhando de forma marcante a importância da Provedoria dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos como um órgão administrador dos bens dos falecidos e da Coroa portuguesa em sua governamentalidade ao utilizar seu poder para gerir pessoas e coisas em seus territórios através de regimentos específicos ao órgão. Nos documentos analisados, os autos de petição localizados no Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa, encontramos casos como o de Mathias Martins, pequeno comerciante falecido no Rio de Janeiro. Mathias Martins saiu de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1741 transportando uma carga com produtos como couro de nelore e lâmpadas de cotom em parceria com João Carvalho, que permaneceu em Lisboa. Mathias Martins faleceu no Rio de Janeiro, como mencionado anteriormente, e João Carvalho entrou com uma ação no Juízo da Índia e Mina querendo ser reconhecido como credor legítimo de Martins, tendo assim, a prerrogativa para receber uma parte da herança quando ela fosse executada e dada para as herdeiras. A dívida deixada por Mathias Martins com João Carvalho girava em torno de 230\$000 réis. Enquanto a ação contra as herdeiras de Mathias Martins corria, outra ação também relativa ao falecido

corria tendo sido aberta por António Ribeiro de Faria. Ele entrou com uma ação para reaver o valor de pouco mais de 40\$000 réis confiscado pelos agentes régios da Provedoria dos Defuntos e Ausentes da cidade do Rio de Janeiro chegou à sua residência para fazer a execução dos credores e das dívidas de Mathias Martins. Como considerava o confisco do valor injusto porque alegava que não era devedor dele, António Ribeiro de Faria entrou na justiça para reaver seu dinheiro e obter a justiça que lhe era devida. Nosso intuito com a pesquisa que apresentamos é mostrar, através dos autos de petição e outros documentos adjacentes, como a Provedoria dos Defuntos e Ausentes da cidade do Rio de Janeiro pelas ações dos agentes régios alocados em sua administração, poderia cometer injustiças enquanto praticava suas atividades rotineiras fazendo com que quem quisesse justiça por parte dela, buscasse outro juízo para executá-las.

Gênero, poder e economia nas experiências femininas da América portuguesa (séculos XVIII-XIX)

Myrella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)
Caroline Cardoso Planinschek
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Esta comunicação propõe uma reflexão histórica sobre as relações entre gênero e economia, a partir da atuação de mulheres em contextos de restrições jurídicas, sociais e simbólicas. Ao problematizar noções como agência, honra, poder doméstico e administração de patrimônio, buscamos compreender como mulheres de diferentes grupos sociais se articularam diante de normas que restringiam sua presença em espaços decisórios. Ancorada nas contribuições de Judith Butler (performatividade de gênero), Joan Scott (gênero como categoria de análise), Erica Windler (honra e representação feminina) e Joana Pedro (papéis sociais e agência), a presente exposição tem como principal objetivo oferecer ferramentas teóricas para pensar as relações entre gênero e poder em diferentes contextos históricos, em especial na América portuguesa entre os séculos XVIII e XIX. Para tanto, dois estudos de caso serão apresentados. O primeiro acompanha a atuação da condessa de Ficalho, D. Eugénia Tomásia de Almeida Portugal. Com base em fontes documentais, como testamentos e requerimentos ao Desembargo do Paço, analisaremos como, na ausência de figuras masculinas, ela assumiu funções centrais na administração jurídica e patrimonial de sua família. Visamos destacar as estratégias utilizadas por mulheres da elite para legitimar sua presença em espaços tradicionalmente masculinos, além de pedidos de renegociação de dívidas que dizimavam o patrimônio de Casas nobres ligadas ao serviço ultramarino. O segundo estudo de caso a ser apresentado como uma das possibilidades de relação entre gênero e economia versa sobre as experiências de mulheres na prática da alforria do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX. A produção historiográfica sobre as alforrias aponta, desde ao menos a década de 1980, um consenso de que, em diversos contextos da América portuguesa, as principais beneficiadas com a concessão da liberdade eram as mulheres. Este estudo dedica-se, num primeiro momento, a examinar a relação entre esse protagonismo feminino e as

representações do feminino naquela sociedade, bem como a sua conexão com a visão de mundo vigente na época.

Quem são os conquistadores? Discursos sobre Texcoco na guerra hispano-indígena (1519-1521) em cartas e crônicas na Nova Espanha durante os séculos XVI-XVII

Andressa Alves da Silva

Programa de Pós-Graduação em História (UFRRJ)

O presente trabalho tem por objetivo analisar as representações de Texcoco na guerra hispano-indígena (1519-1521) em cartas e crônicas escritas nos séculos XVI e XVII. A partir disso, identificaremos como se representa o protagonismo de Texcoco em relação à Tlaxcala neste processo histórico nos respectivos documentos. Para isso, utilizamos a metodologia da Análise do Discurso, juntamente com a noção de representação debatida por Roger Chartier (1991) e François Hartog (1999), para o trato documental das Cartas y relaciones de Hernan Cortés al emperador Carlos V (1866) [1519-1526], do Códice Ramírez (1987) [158?] e das Obras Históricas de Don Hernando Alva Ixtlilxochitl (1891 e 1892) [ca. 1600-1640?]. A hipótese central é a de que o(s) autor(es) mais favorável(eis) à perspectiva texcocana — seja por descendência ou convivência com os habitantes — representa(m) a cidade como protagonista. Em contrapartida, Cortez, por contar a perspectiva espanhola e individual de si, se coloca como personagem principal. Os resultados preliminares da pesquisa provam esta hipótese, além de demonstrar que o Códice Ramírez e as Obras Históricas utilizam uma estratégia discursiva que enaltece Texcoco ao passo que desmoraliza os tlaxcaltecas. Essas diferentes versões do mesmo evento evidenciam uma luta pelo legado de protagonismo da conquista por diferentes grupos.

A estruturação política do Ndongo e as relações diplomáticas com os representantes portugueses, segunda metade do século XVI

Luciana Lucia da Silva

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

O Ndongo se situava na região que ficou conhecida como Angola a partir do início da presença portuguesa e era habitado por um subgrupo entre os mbundu, os falantes do kimbundu que ocupavam uma larga faixa da África Centro Ocidental. À medida que o século XVI marca o período de consolidação do Ndongo na região e de sua inserção no tráfico atlântico de escravizados – que levou à presença de agentes oficiais portugueses na região –, esse período é marcado pela disputa por poder, que envolvia interesses locais e atlânticos. Dessa forma, esta proposta de comunicação tem por objetivo pensar aspectos ligados à história do Ndongo durante esse período, questionando alguns acontecimentos e refletindo sobre o desenvolvimento do poder político local e a alteração de sua posição na África Centro Ocidental nesse período. Uma vez que a tentativa de compreensão de componentes políticos

de períodos mais recuados das sociedades mbundu, podem ajudar no preenchimento de lacunas do entendimento da heterogeneidade social e política durante os contatos externos. Assim, buscaremos compreender aspectos das relações de poder internas entre grupos locais a partir do estabelecimento de contatos diplomáticos e do desenvolvimento das relações entre as chefias do Ndongo e representantes portugueses. Pois instrumentos como a instituição de amos e o avassalamento, utilizados nesse contato, demonstram que o estabelecimento de tais relações teve como referência as relações de poder previamente estabelecidas entre o ngola e os soba. Além de apontar para a dependência portuguesa em relação a esses sobas, sendo importantes contribuintes à discussão sobre a natureza do poder no Ndongo e ao conhecimento de sua história ao longo dos séculos XVI e XVII. Buscaremos pensar a história do Ndongo no século XVI e discutir as implicações desses contatos estabelecidos para as dinâmicas locais por meio de análise de documentos relativos à presença portuguesa e à atividade missionária e da administração portuguesa na região, em diálogo com a historiografia sobre o tema.

Reflexões sobre Violência e Escravidão (Rio de Janeiro, século XVIII)

Kevin Wetter Pereira Lima

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

"O tema da violência requer considerar seu conceito no tempo e no espaço a fim de aprimorar as análises historiográficas. O olhar contemporâneo sobre a violência pode conduzir a anacronismos conceituais e julgamentos a-históricos. Sendo assim, há aspectos conceituais a serem tratados no que diz respeito à relação, não raro automática, entre violência e escravidão. Com efeito, não é descabido afirmar que a historiografia, em geral, concebe escravidão e violência como aspectos indissociáveis. Assim, a violência é apresentada como inerente a escravidão, ou seja, um senhor de escravos poderia utilizar de práticas violentas para a reafirmação de seu domínio. Todavia, cabe perguntar como a escravidão se manteve presente séculos na América Portuguesa sem a percepção escrava de sua amiúde superioridade numérica, que poderia sobrepujar o domínio senhorial? A depender da resposta, relativiza-se a violência como suporte da escravidão. As narrativas de viajantes e a iconografia de artistas, eivado de ideias abolicionistas e/ou antiescravistas, desempenharam um papel central na associação entre escravidão e violência.. Ao enfatizar essa perspectiva, a historiografia corre o risco de cristalizar uma visão simplista da violência, sem considerar suas diferentes percepções por agentes de época. Mas ainda, a dinâmica da escravidão necessita de uma compreensão crítica das narrativas criadas sobre escravidão baseadas em acepções acerca da erradicação da violência. Obviamente, a depender da acepção, na história social a violência pode ser vista para além da coerção física. No entanto, cabe perguntar se os que viveram em uma sociedade escravista tinham conceito de violência manifesta em aspectos que extrapolavam a coerção física. Na historiografia brasileira, a ênfase na violência como ferramenta de manutenção da escravidão tem levado a certo descuido na diferenciação entre os conceitos de violência e castigo físico, que, enquanto prática, era comumente empregado para não escravos. Sendo assim, a definição de conceitos de violência é

fundamental para evitar uma visão anacrônica sobre violência inerente à escravidão. Primeiramente, a palavra violência era uma categoria de época? Sevícias e maus tratos eram, necessariamente, sinônimos de violência, ou expressavam mais uma ideia de senhor que pecava como cristão? Pelo exposto, a comunicação tem por objetivo problematizar a associação direta entre escravidão e violência, a fim de concebê-las conforme aspectos morais, políticos, culturais e sociais de sua época. O cenário escolhido para a análise é a capitania do Rio de Janeiro do século XVIII, que passou por profundas transformações, como o crescimento contínuo dos desembarques de cativos africanos no porto da cidade do Rio de Janeiro, o crescimento do número de senhores e de escravos. A análise se conduz pelo diálogo com a historiografia pertinente, pelo uso de escrituras públicas, inventários post-mortem, relatos de viajantes setecentistas e cronistas de época.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

América Latina e narrativa transnacionais

Coordenação: Norberto Ferreras (UFF)

Juliana Carvalho (UFRJ)

Resumo: Este simpósio reúne trabalhos que debatem América Latina em uma perspectiva transnacional, abarcando discussões sobre cultura, teoria política e circulação de ideias, migrações e futebol. Integrando temas plurais pretende-se estabelecer um diálogo entre trabalhos que permitem questionar: como esses fluxos – de pessoas, ideias e símbolos – reconfiguraram poder, resistência e identidades na região?

Revolução e Cultura: Propostas para um estudo cruzado de Astrojildo Pereira e José Carlos Mariátegui

Eulália da Costa Guarinello

Programa em Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ)

A presente pesquisa propõe analisar comparativamente o surgimento e o desenvolvimento de movimentos sociais e revolucionários no Brasil e no Peru na primeira metade do século XX, tomando como referência as obras dos intelectuais Astrojildo Pereira e José Carlos Mariátegui. As principais questões exploradas são: como cada autor interpreta o comunismo, as aproximações entre os movimentos operários no Brasil e no Peru, o papel da imprensa revolucionária, o uso da literatura social pelos comunistas e a valorização da cultura nacional. O estudo se baseia nas produções textuais de Pereira e Mariátegui, considerando suas trajetórias políticas e intelectuais. O recorte temporal abrange um período de grandes mudanças socioeconômicas na América Latina, como a modernização econômica, o crescimento das classes médias e do proletariado e a ascensão de movimentos sociais. Pereira e Mariátegui, apesar de suas diferenças, são pioneiros na adaptação do materialismo histórico e dialético às realidades locais. Mariátegui se destaca por sua abordagem inovadora ao combinar o marxismo com as tradições indígenas peruanas, valorizando a cultura local e questionando o colonialismo. Suas obras, como *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, são fundamentais para entender as dinâmicas sociais e políticas da América Latina. Pereira, por sua vez, manteve uma ativa participação na vida partidária e produziu obras que abordam desde a política global até o movimento operário brasileiro, demonstrando sua capacidade reflexiva e interdisciplinar. Ambos autores ocuparam posições heterodoxas dentro dos movimentos revolucionários, oferecendo interpretações originais do marxismo adaptadas às suas realidades nacionais. Assim, a presente proposta busca destacar as diferenças entre suas obras, ao mesmo tempo que analisa como suas reflexões sobre cultura, política e sociedade contribuem para a compreensão das complexas dinâmicas latino-americanas.

Fronteira México x Estados Unidos: Migração e Revolução (1880-1930)

Bárbara de Andrade Campos
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

As relações entre o México e os Estados Unidos e a constituição de suas fronteiras foram marcadas historicamente pela assimetria de poder e pela diferença linguística, racial, religiosa e cultural, sendo necessário pensá-las em múltiplos enfoques. Este trabalho analisa o processo de constituição da fronteira México-Estados Unidos a partir de suas raízes históricas, bem como algumas das contradições vividas por mexicanos ao cruzar a fronteira estadunidense, entre os anos de 1880 a 1930. Pretende-se, ainda, analisar de que forma a Revolução Mexicana impactou esses fluxos migratórios e como se deu o exílio político de revolucionários nos Estados Unidos, com destaque para o caso do Partido Liberal Mexicano (PLM) e suas articulações com redes de ativismo estadunidenses. Assim, busca-se compreender fatores que impulsionaram o início de uma migração massiva de mexicanos rumo aos Estados Unidos em fins do século XIX e início do século XX, refletindo sobre os diálogos e tensões que marcaram a experiência migrante desses sujeitos.

Debates sobre o indigenismo mexicano: perspectivas sobre a “questão indígena” durante o período revolucionário (1910-1945)

Vanessa de Souza Vieira da Rocha
Programa de Pós Graduação em História Social (UFRJ)

A presente comunicação tem por objetivo reconhecer os diálogos/embates entre as principais perspectivas do indigenismo mexicano acerca da chamada “questão indígena”, que em durante décadas embasou-se na percepção de um suposto isolamento destes povos diante da comunidade nacional. Devido à diversidade das perspectivas indigenistas e aos limites de uma apresentação acadêmica, daremos destaque à teoria da mestiçagem, popularizada por José Vasconcelos, e à teoria soviética das nacionalidades oprimidas, apropriada pelo marxista mexicano, Vicente Lombardo Toledano. Para situar ambas interpretações acerca da problemática indígena, será realizado um breve apanhado do contexto indigenista revolucionário, diferenciando as concepções de incorporação e integração, propostas essas voltadas para a inserção dos povos nativos na cultura, na economia e na sociedade mexicana, todavia a partir de estratégias divergentes. A revolução de 1910, enquanto um movimento impulsionado pelas comunidades camponesas e indígenas, conferiu destaque a estes atores sociais, suscitando debates sobre a necessidade do estabelecimento de um pacto nacional mais diverso e democrático. Entretanto, a própria formação do indigenismo aponta para as limitações deste movimento heterogêneo impulsionado, em sua maioria, por intelectuais não indígenas das camadas médias. Neste sentido, compreendemos que a configuração do debate indigenista parte de um lugar de exclusão dos intelectuais indígenas na definição das suas próprias necessidades.

Revista *Punto Final*: a construção teórica e prática do marxismo no Chile sob a Unidad Popular (1971-1973)

João Pedro Doria Rossi Barreira
Programa de Pós Graduação em História Social (UFRJ)

A presente pesquisa visa analisar a Revista *Punto Final*, uma revista fundada em 15 de setembro 1965 e formada por intelectuais e militantes identificados com o projeto revolucionário no Chile, sob o recorte temporal que compreende o governo do socialista Salvador Allende (1971-1973). A vitória eleitoral, em 1970, da Unidad Popular (UP) representou a possibilidade da construção do socialismo por meio do aparato democrático-burguês, algo inédito, até então, no cenário latino-americano. O ineditismo do caso chileno levanta questões teóricas e práticas como reforma ou revolução, por parte dos partidos e movimentos de esquerda, e revolução ou contrarrevolução, oriundas dos conflitos com setores sociais reacionários, estimulando e elevando o papel dos intelectuais no ambiente político e intelectual do Chile entre 1970 e 1973. Sendo os intelectuais parte importante para a compreensão da Unidad Popular e o contexto chileno. Dessa forma, a Revista *Punto Final* (PF) ganha destaque por ter entre seus colaboradores diversos intelectuais vinculados a partidos revolucionários que compunham ou não a UP e por sua capacidade de incidir no debate do campo revolucionário. Sendo assim, buscamos, com base nas contribuições da teoria marxista, entender a atuação destes intelectuais identificados com o projeto político socialista e/ou comunista, compreendendo não somente o que se propunha como teoria revolucionária, como, também, a constituição de uma chave de entendimento do desenvolvimento do marxismo latino-americano.

“Malandro aqui, e mal pago, artista lá e, e respeitado”: êxodo de jogadores brasileiros no mercado futebolístico global (1978-1990)

Victor Brandão de Oliveira
Programa de Pós Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho tem como objetivo analisar, à luz do fenômeno da globalização, as transformações que se sucederam no mercado futebolístico internacional entre 1978 e 1990, com ênfase nos impactos provocados na circulação de jogadores brasileiros ao redor do globo. A partir da investigação de fontes jornalísticas, especialmente por meio da revista *Placar* e do *Jornal dos Sports*, pretendemos examinar os discursos veiculados pela imprensa esportiva que, à época, denunciavam uma “crise do futebol brasileiro”, bem como avaliar a perspectiva de um possível “êxodo” de craques que se instaurou. Nesse sentido, o próprio ofício do jogador de futebol passou a adquirir, por vezes, uma conotação ambígua: enquanto no Brasil os atletas podiam ser estigmatizados como “malandros”, ou associados à uma ideia de indisciplina, no exterior a perspectiva que se tinha era de que seriam mais valorizados técnica e economicamente. Essa dualidade, em certa medida, contribuiu para ampliação do

imaginário de que as condições de trabalho no estrangeiro seriam melhores, sobretudo em um momento de expansão do comércio internacional e flexibilização das regulamentações acerca da mobilidade dos jogadores. Assim, das (re)aberturas no mercado futebolístico global, aos problemas estruturais enfrentados pela administração do futebol brasileiro, nosso intuito é compreender de que forma essas dinâmicas globais e locais se articularam, fomentando a construção de uma representação do Brasil como país exportador de pés-de-obra.

O futebol como forma de dominação cultural e mercadológica: Buenos Aires e Rio de Janeiro

Lucas Levinson Almeida Guedes

Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ)

O seguinte trabalho analisa como o futebol, esporte de origem europeu, foi apropriado e ressignificado pelas sociedades do Cone Sul, com enfoque nas cidades do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Nos propomos a analisar e compreender como o esporte foi utilizado como forma de dominação cultural, amparados principalmente, pelas teorias estruturadas por Edward Said e Enrique Dussel, ao mesmo tempo que serviu com forma de afirmação identitária nessas localidades periféricas. Apesar de sua origem europeia, o futebol na América Latina tomou contornos próprios, tanto na estruturação de seus clubes, como no estilo de jogo de seus jogadores, mas principalmente na forma em que seus torcedores experienciam a prática torcedora. Nesse contexto, onde o futebol se torna um importante instrumento de identidade nacional latino-americano, surgem nos países as organizações torcedoras, as torcidas organizadas no Rio de Janeiro e as barra bravas no caso de Buenos Aires, essas organizações estimulam um sentimento de pertencimento e expressão cultural, reforçando os vínculos sociais entre torcedores e seus clubes e o orgulho nacional advindo dos êxitos da prática esportiva. A presença popular e a paixão vivida nas arquibancadas reforçam o papel do futebol como fenômeno social e cultural, que vai muito além da prática esportiva em si. Contudo, o processo de modernização do futebol, principalmente as diretrizes que estimulam a padronização do futebol mundial ao estilo europeu imposta pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), foi atrelada ao interesse comercial de transformar o futebol em um produto rentável ao mercado global. Essa padronização imposta rompe com a lógica tradicional e afetiva da vivência do futebol nos países latino-americanos. O torcedor deixa de ser sujeito ativo da festa esportiva para se tornar um consumidor, estimulado a seguir padrões de comportamento e consumo que muitas vezes não condizem com sua realidade econômica e cultural. Os efeitos concretos já observados dessa modernização futebolística são a exclusão das classes populares dos estádios e a criminalização das torcidas organizadas, frequentemente associadas à violência pela mídia e pelo Estado. O discurso das agências de segurança em conjunto com a mídia legitimam a repressão e o afastamento dos setores populares dos eventos esportivos, restringindo o acesso ao futebol e enfraquecendo seu caráter coletivo e comunitário. Para compreender essas dinâmicas, a pesquisa adota a metodologia da História Comparada, investigando as semelhanças e especificidades entre Brasil e Argentina. O método permite observar como, mesmo em contextos distintos, os dois

países adotaram políticas semelhantes no tratamento das torcidas, revelando padrões compartilhados de controle social e mercantilização do esporte. Ao comparar as trajetórias das torcidas organizadas brasileiras e das barras argentinas, é possível entender como o futebol, antes símbolo de resistência e identidade popular, tornou-se mais uma fronteira de exclusão na era do neoliberalismo.

Fascistas, corporativistas e latino-americanos: integralismo brasileiro e urrismo peruano em análise

Tamires de Moura Nogueira Rosa
Programa de Pós-Graduação em História (UFJF)

Na América Latina, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Unión Revolucionaria (UR) foram os mais bem-sucedidos partidos políticos de caráter fascista nos anos 1930. Ao utilizarem a imprensa periódica como principal meio de divulgação de seus ideais, esses movimentos divulgaram a ideia de que o fascismo era um fenômeno que transcendia as fronteiras europeias, apresentando-se como expoentes do fenômeno na América Latina. No entanto, para além da noção de mimetismo, essas organizações desenvolveram características próprias e atuaram diretamente em seus contextos sociais e políticos. A AIB foi fundada em 1932 por Plínio Salgado, na cidade de São Paulo. O movimento, que, posteriormente, tornou-se partido político, adotou o uso de camisas verdes, o lema "Deus, Pátria e Família" e a saudação "Anauê!". A UR teve trajetória distinta, já que sua primeira fase (1931-1933) foi caracterizada pelo nacionalismo e pelo autoritarismo de Luis Miguel Sánchez Cerro, tornando-se abertamente fascista sob a liderança de Luis Alberto Flores, somente após a morte de seu primeiro chefe. A AIB e a UR partilharam o anseio em comum pela implementação do Estado Corporativo (e Integral, para os fascistas brasileiros). Isto é, buscava-se concretizar um modelo autoritário de representação social, política e econômica, assentado em categorias ditas "orgânicas", como a família, a profissão e o município. Com isso, tinha-se o propósito de estabelecer a harmonia social, evitando a luta de classes, e trazendo centralidade ao Estado, cujo papel seria coordenar a nação e seu povo. Os projetos corporativistas da AIB e da UR foram veiculados em seus jornais e revistas. Desse modo, objetivava-se analisar como o corporativismo fascista foi difundido na imprensa integralista e urrista, especialmente nos diálogos transnacionais estabelecidos, direta ou indiretamente, com a Itália fascista. Nesse sentido, percebe-se que houve a construção de uma rede intelectual no entreguerras que propiciou o trânsito de ideias fascistas e corporativistas entre a Europa e a América, com projetos que visavam reordenar as relações sociais e de trabalho no Brasil e no Peru.

A eugenia na formação da identidade nacional de Brasil e Argentina através dos periódicos La Semana médica e o Boletim da Eugenia (1912-1933)

Este projeto de pesquisa pretende analisar as diferenças entre os planejamentos eugenistas argentino e brasileiro e o papel dos afrodescendentes e dos povos originários, na formação da identidade Nacional no Brasil e na Argentina. Serão utilizadas como fonte primárias as revistas *La semana Médica*, cujo editor chefe era Victor Delfino, além do periódico brasileiro *Boletim de Eugenia*, organizado por Renato Kehl. As ferramentas teóricas incluem obras como *Comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson, para explorar a emergência do sentimento nacional. Além do conceito de biopolítica, de Michel Foucault, que representa o exercício do poder da modernidade, caracterizado pela incitação, reforço, controle e vigilância gerido sobre a vida das pessoas. A pesquisa será conduzida por meio da análise bibliográfica das revistas supracitadas, visando entender como esses discursos racialistas são moldados neste cenário. A apropriação e o apagamento serão explorados como métodos de violência simbólica, estrutural e institucional, revelando as dinâmicas de poder e exclusão que permearam esses períodos históricos.

Arte, Imagem, Memória e Preservação: entre o material e o imaterial

Coordenação: Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)

Resumo: As memórias estão intimamente ligadas às instituições e as políticas públicas, uma vez que estão relacionadas a institucionalização e a defesa dos patrimônios públicos como elementos reveladores das condições sociais, políticas e culturais. Este Simpósio Temático reúne trabalhos que discutem as relações entre memória e patrimônio, disputas sobre espaços e narrativas, políticas de preservação e papel das instituições públicas, perpassando as fronteiras (ou entrecruzamentos) entre o material e o imaterial na construção da identidade de diferentes grupos sociais e étnicos no Brasil.

Patrimônio, silêncio e política de memória: disputas simbólicas entre o Memorial do Holocausto e o Museu da Escravidão no Rio de Janeiro

Bianca Pereira Bastos

Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio)

A pesquisa investiga como a gestão pública do patrimônio cultural no Rio de Janeiro operou, entre 2017 e 2020, sob a liderança de Marcelo Crivella, uma política seletiva de memória que hierarquizou experiências históricas e reorganizou narrativas identitárias em nome de um projeto simbólico de nação. A partir da análise de dois museus — um efetivamente construído (o Memorial às Vítimas do Holocausto) e outro reiteradamente adiado (o Museu da Escravidão e da Liberdade) — discute-se como a memória da catástrofe nazista foi monumentalizada como paradigma universal de sofrimento, enquanto a memória da escravidão negra permaneceu no campo da reivindicação social e da resistência territorial. Dialogando com autores como François Hartog e Michael Pollak, explora-se a formação de um “regime de historicidade” presentista e sacrificial, que instrumentaliza o patrimônio como tecnologia de poder e seleção simbólica. A partir da contraposição entre branquitude e negritude nos aparelhos culturais, a pesquisa propõe uma análise crítica sobre os modos de inscrição — ou apagamento — das identidades raciais na paisagem memorial brasileira. Ao tratar o patrimônio como operador de disputas morais e raciais, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre os usos políticos da memória e sobre os desafios de se construir, no presente, narrativas históricas plurais frente ao avanço do negacionismo e da extrema direita religiosa.

Entre ausência e presença: patrimônio ferroviário em Sobral, Ceará

Jaciara Azevedo Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em História (UFRJ)

A referida proposta trata-se de uma pesquisa de Doutorado em andamento. Com isso, eu pretendo envolver a participação social no que se refere às suas memórias sobre o trem de passageiros relacionando às suas percepções sobre o patrimônio ferroviário local, os modos de pertencimento da comunidade ao redor do prédio da estação e as redes de sociabilidades. A partir do despertar dessas oralidades, será possível caminhar na elaboração do conceito de patrimônio ferroviário considerando as memórias dos sujeitos que vivenciaram as décadas de funcionamento do trem de passageiros no interior cearense. Desse modo, será investigado como os documentos acerca da preservação ferroviária da cidade de Sobral abordam ou não as lembranças dos sujeitos. A metodologia se fundamenta na pesquisa participante e na História Oral, priorizando o diálogo com os próprios atores sociais, cujas memórias configuram espaços vivos de recordação que ressignificam o passado ferroviário. Para concretização da pesquisa, é feito cotejamento entre fontes orais, iconográficas e documentais, buscando articular os fragmentos da experiência coletiva em uma nova compreensão do patrimônio ferroviário enquanto campo dinâmico de identidade, memória e pertencimento social.

Dimensões de gênero na memorialização de Mariana Grajales Cuello

Mariana Ventura Martins

Programa de Pós-Graduação em História (UFRRJ)

Esta pesquisa visa propor uma nova leitura historiográfica sobre Cuba. Tomando gênero como categoria analítica, discutiremos a construção da memória de Mariana Grajales Cuello (1815–1893), figura feminina negra engajada na primeira fase do processo de independência cubana, a Guerra dos Dez Anos (1868–1878) e, posteriormente, conhecida pelo título de “Mãe da Pátria cubana”. O mecanismo de memorialização de Grajales ganhou notoriedade a partir do triunfo da Revolução em 1959. Dessa forma, compreendemos que a matrona que conhecemos hoje é parte de um ideário político, resultado de uma memória seletiva e patriarcal, integrada a um contexto de disputas e silenciamentos.

A construção da identidade uchinanchu e a preservação da cultura okinawana através do taiko em São Paulo

Carolina Araújo Higa

Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidade (UFF)

A prática do taiko de Okinawa se popularizou entre a comunidade okinawana-brasileira no final da década de 1990, desde então suas apresentações são requisitadas nos festivais de cultura japonesa e okinawana em São Paulo. O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da identidade uchinanchu por meio da prática do taiko entre os descendentes de Okinawa. Ainda nesse sentido, busca-se compreender de que forma essa prática contribui para a preservação da cultura okinawana na comunidade e no Brasil. O grupo Ryukyu Koku

Matsuri Daiko é o precursor e o mais popular representante do estilo sosaku eisa, uma vertente modernizada do eisa - também conhecido popularmente como taiko de Okinawa. Fundado em 1982 na província de Okinawa, o grupo surgiu com o propósito de oferecer uma alternativa de lazer para os jovens, contribuindo para a redução do vandalismo na região. Atualmente, o grupo conta com 11 filiais distribuídas pelo Brasil e tem como objetivo central preservar e difundir a cultura okinawana por meio do sosaku eisa. Devido a sua relevância no cenário contemporâneo do taiko, este trabalho busca a partir de entrevistas com líderes e integrantes do grupo, investigar o papel que essa prática desempenha na vida de seus integrantes e na construção da identidade. Ademais, para compreender o taiko e suas articulações com outros aspectos da cultura okinawana, procura-se examinar o maior festival do país sobre a cultura de Okinawa - o Okinawa Festival - onde foi realizada uma pesquisa de campo através de observação participante na sua vigésima edição. Compreendendo assim os objetivos do festival, as apresentações do grupo, a recepção do público e a sua importância na construção da identidade uchinanchu. Além disso, este estudo explora os conceitos de memória e identidade, articulando-os com os relatos obtidos nas entrevistas. Dessa forma, destaca-se a importância do taiko na experiência individual e coletiva dos participantes. Segundo o conceito de Pierre Nora (1993) identifica-se o taiko como um lugar de memória, uma vez que sua prática ativa e preserva as memórias da comunidade okinawana, seja ela através das músicas tocadas pelo grupo, seja nos festivais em que se apresentam, reafirmando a identidade uchinanchu na comunidade.

Os dezenove de abril: estudo comparado acerca dos significados do Dia dos Povos Indígenas a partir da análise do acervo do Museu Nacional dos Povos Indígenas e do evento dos Potyguara da Paraíba

Beatriz dos Santos da Silva

Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ)

Criado no Brasil, em 1943, a partir do Decreto-lei 5.540, posto pelo presidente vigente da época, Getúlio Vargas, o dia 19 de abril foi instituído no calendário nacional brasileiro como uma efeméride dedicada a celebração do “índio americano”, de acordo com a recomendação do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano de 1940. Assim, o dia 19 de abril passou a representar um “corpo simbólico indigenizado”, no qual a criação do Dia do Índio esteve inserida dentro de um complexo projeto político que visava a homogeneização das sociedades indígenas a partir de sua nacionalização. Através da prática da tutela, reforçada sob a ação dos Postos Indígenas, a ritualização do Dia do Índio tinha como objetivo o resgate simbólico das memórias das sociedades indígenas a fim de criar um "outro" indígena que fosse eleito, pelo governo, como o verdadeiro símbolo da brasilidade. Nesse contexto, a seguinte pesquisa tem por objetivo explorar as políticas indigenistas postas em prática pelo Estado brasileiro e seus impactos na vida das sociedades indígenas, ao passo que objetivamos compreender os interesses por trás da criação da efeméride, o Dia do Índio. Diante disso, trazemos para o debate a perspectiva de olhar para o dia 19 de abril não apenas o elegendo como detentor de um único significado, mas mobilizar diferentes perspectivas de pensar as celebrações do 19

de abril, segundo o momento em que foram celebradas, por quem e para quais fins. Portanto, mobilizamos, enquanto abordagem teórico-metodológica a História Comparada, a fim de comparar como as celebrações desse dia aparecem no acervo do Museu Nacional dos Povos Indígenas, a partir de 1978, com o evento do dia 19 de abril realizado pelos indígenas Potyguara no estado da Paraíba (PB). Dessa maneira, enxergamos o dia 19 de abril enquanto um lugar de memória que através de sua relação com o passado, possibilita o resgate de narrativas submersas e ocultas, mas também questiona narrativas ditas como verdades absolutas. Para além de interpretar o 19 de abril como um lugar de memória concreto, que desperta rememorações sobre o passado no presente, esta pesquisa busca compreendê-lo como uma data que provoca reações de quem a “celebra”, vivencia e se relaciona. Tendo em vista que a seguinte pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento, ainda não foram alcançados resultados parciais e finais. De todo modo, salientamos a importância de refletirmos sobre os múltiplos dezoitos de abril, ao passo que destacamos as sociedades indígenas enquanto agentes históricos ativos na história do Brasil, como também nas diferentes formas de celebrações do dia 19 de abril que foram sendo postas em prática no curso da história.

Fronteiras étnicas e o processo de indigenização dos museus no Alto Solimões (AM) na década de 1990: o Museu Nacional/UFRJ e o Museu Magüta - de objetos a protagonistas

Vitória Luyza Cardoso Barbosa
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Esta comunicação visa apresentar os resultados parciais de minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), orientada pela Prof. Dr.^a Andrea Casa Nova Maia e sob coorientação do Prof. Dr. Cesar de Miranda e Lemos. A constituição do primeiro museu indígena do Brasil indica uma mudança de paradigma não só na museologia, mas também na historiografia e nas questões sociais. Outrora regidos pelas ideias colecionistas de exotismo e apropriação dos objetos-outro, o Museu Magüta apropria-se de epistemologias ocidentais para desenvolver projetos próprios de memória e identidade no Alto Solimões amazônico na década de 1990. As históricas concepções antropológicas de primitivismo das sociedades indígenas são substituídas pelo protagonismo indígena nas questões que lhes dizem respeito, como práticas socioculturais. Nesse sentido, a coalizão epistemológica promovida pelo Grupo Magüta por meio de uma fronteira étnica da aliança demonstrou-se fundamental para inserir no tempo histórico e na realidade social a memória e identidade Ticuna. Ademais, uma vez que toda afirmação de si implica a afirmação do não-ser-outro, o Museu Magüta também representa uma maneira de se apresentar e dialogar com o outro, diferenciando-se dele. Assim, a fronteira étnica produz aproximações e afastamentos que, ao fim e ao cabo, refletem a agência dos povos indígenas, negando o histórico estereótipo que lhes foi atribuído de “fósseis vivos”. Acompanhando o movimento da Nova Museologia, o processo de indigenização do Museu Magüta transfigurou a relação de alteridade proporcionada pela fronteira étnica já que Aquele que antes falava

sobre o Outro passa agora a testemunhar o Outro falando de si mesmo e das relações socioétnicas que também compõem sua identidade.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09

Ensino de História e Educação Antirracista: desafios e experiências

Coordenação: Odara Philomena (UFRJ)

Profa. Laís Neves (UFF)

Resumo: O ensino de história na educação básica foi, nos últimos 20 anos, objeto de importantes discussões no meio acadêmico e fora dele. Com a aprovação da última BNCC e o avanço de movimentos conservadores, como o Escola Sem Partido, as disputas pelo o que deveria ser ensinado em história ficaram ainda mais visíveis, dentro e fora de sala de aula. Ao mesmo tempo, vozes que foram sistematicamente silenciadas emergem ao debate público, questionando o currículo eurocêntrico e excludente, além de formularem um projeto de ensino de história mais diverso e crítico. Esse simpósio tem por objetivo debater as vivências de profissionais de ensino de história, as novas abordagens no tema e os desafios enfrentados no dia a dia, no chão da escola e fora dele.

Que História contamos? Valorizando narrativas diversas no ensino de História

Talita Rodrigues Siqueira

Profhistória (UERJ)

A partir de experiências vividas com turmas de sétimo ano do ensino fundamental de uma escola municipal do Rio de Janeiro, no bairro da Taquara, entre 11 e 13 anos, o presente trabalho traz reflexões acerca do ensino de história e suas abordagens pedagógicas. Estudar História não está relacionado apenas com o passado, mas diretamente conectado às questões do presente e às expectativas para o futuro. Nesse sentido, o professor tem um compromisso ético e político dentro de sala, que envolve desde a seleção de recursos didáticos, até a condução do debate de modo a contemplar a diversidade de narrativas, apesar de um currículo eurocentrado. Afinal, seguir um currículo eurocentrado, sem problematizá-lo, muitas vezes replicando aulas que tivemos quando tínhamos essa mesma idade, serve a quais propósitos? Penso que as projeções que fazemos para o futuro trazem a tal busca por sentido que buscamos ao ensinar História, mas que futuro estamos alimentando a partir de nossos planos de aula, e qual a relação dele com as identidades dos estudantes que passam por nossas aulas? Se os alunos trazem suas vivências para a sala de aula e se a construção de suas identidades passa também por esse espaço, que expectativas de futuro o currículo eurocentrado traz para esses estudantes? Acredito que os estereótipos negativos que reforçamos, involuntariamente, ao reproduzir planos de aula que reduzem histórias dos povos originários dos continentes americano e africano à poucas aulas, enquanto o restante do tempo trata da cultura, política e economia europeia e de seu impacto em nosso continente / país, são de grande relevância no não reconhecimento discente dentro dos processos históricos, ou, ainda pior, o reconhecimento apenas por um viés negativo, que o subalterniza de alguma maneira. Ao trazer uma diferente perspectiva acerca do estudo da História,

avaliando principalmente as escolhas curriculares, o histórico da disciplina em suas trajetórias escolares e os estereótipos construídos ao longo de suas vidas, não apenas na escola, mas também fora dela, incentivamos a reflexão crítica, considerando a faixa etária, que os leva a perceberem-se como parte importante no debate, e não apenas parte submissa dentro do processo educacional.

Educação Antirracista: Desafios e Práticas na Formação Docente Brasileira

Lucilene Muniz

Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (UFRB)

Dayane Silva de Souza

Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (UFABC)

Este texto aborda a educação antirracista no Brasil, destacando a exclusão histórica do negro e a importância da luta do Movimento Negro para a valorização de suas culturas e histórias. Analisa as desigualdades educacionais agravadas pelo racismo estrutural e a ineficácia das políticas públicas em garantir direitos constitucionais. Defende uma formação docente crítica, interdisciplinar e comprometida com práticas pedagógicas emancipatórias, baseadas no diálogo e na escuta ativa. Propõe ações integradas governamentais, acadêmicas, socio-pedagógicas e individuais para uma educação plural, inclusiva e transformadora.

Aprendizagem histórica e futuros possíveis a partir do trabalho com temas sensíveis

Marina de Freitas Giovanetti

Programa de Pós-Graduação em História Social (UERJ)

Na última década o Brasil foi palco e ator de um fenômeno político e social específico que gerou consequências duradouras para a pesquisa e o ensino de História. Desde 2013 observa-se no país um avanço da extrema direita e do conservadorismo, processo que intensificou as disputas relacionadas à educação. Na área de História, a legitimidade das narrativas estabelecidas pelos profissionais foi questionada, assim como o lugar da escola enquanto espaço democrático e de valorização das alteridades. Nesse jogo político, a educação é um campo de disputa que dialoga diretamente com um projeto de sociedade a ser construído e a aprendizagem escolar não está descolada da conjuntura em que está inserida. Assim, disputas políticas se tornam também disputas educacionais. Projetos como os estabelecidos pelo Movimento Escola sem Partido, cuja pauta é direcionada não somente para a construção curricular, mas especialmente para o fazer docente, refletem diretamente tais disputas. Ao passo que os educadores passam a ser interpretados como “inimigos”, uma guerra cultural (Rocha, 2021) é tecida e a sala de aula, enquanto um espaço de construção de conhecimento, se torna um espaço muitas vezes hostil quando certos temas são abordados, especialmente os temas ditos sensíveis (Alberti, 2014). Nesse sentido, a presente investigação

possui como tema a investigação da relação entre o contexto de avanço do conservadorismo e a realização das aulas de história sobre temas sensíveis a partir da perspectiva docente. Através da realização de entrevistas com professores de história que atuam na educação básica nas cidades do Rio de Janeiro e São Gonçalo, buscamos entender sobre a maneira como as disputas no campo político influenciam - ou não - o desenvolvimento das suas aulas no recorte temporal 2013 - tempo presente. Partimos da hipótese de que uma das grandes consequências da polarização política para as aulas de história é o desinteresse de uma parte dos estudantes em relação aos temas sensíveis, como é o caso da ditadura militar e da escravidão indígena e africana no país. Isso se dá porque o ensino escolar dialoga diretamente com os outros espaços de convivência dos alunos, portanto, a formação do conhecimento histórico parte de uma dinâmica relacional entre diversos “lugares” que tratam sobre a história. Esses lugares podem ser as redes sociais, filmes e séries, discursos de familiares, de amigos e, também, discursos políticos. Portanto, a sala de aula se torna o lugar de confluência e trânsito das bagagens (Rocha, 2009) carregadas pelos indivíduos que atravessam e são atravessadas pelas aulas de história. Dessa maneira, buscamos, através da discussão historiográfica, análise de conjuntura e das entrevistas, relacionar o contexto político com a aprendizagem escolar dos temas sensíveis.

Maria Yedda Leite Linhares: os primeiros passos de um estudo biográfico

Lucrécia de Mascarenhas Batista

Programa de Pós Graduação em História Social (UFRJ)

Trata-se de uma primeira incursão no estudo biográfico de Maria Yedda Leite Linhares. Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011) foi uma historiadora brasileira. Ela desempenhou relevante papel na profissionalização do ofício da História no Brasil, mas não se limitou à atuação acadêmica. Foi também uma gestora pública de destaque, sendo exemplar a sua atuação na implementação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) como Secretária de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (1983-1986). O objetivo é apresentar em linhas gerais a pesquisa de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro de modo a compartilhar os primeiros passos e a agregar eventuais contribuições advindas do debate coletivo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

História e Literatura: percursos críticos e temporalidades

Coordenação: André Jobim Martins (UFRJ)

Lucas Sampaio (UFRJ)

Resumo: Este simpósio reúne investigações que exploram as interseções entre história e literatura, mobilizando abordagens teóricas e críticas para refletir sobre as múltiplas temporalidades que atravessam a narrativa ficcional e o pensamento historiográfico. Os trabalhos apresentados propõem leituras que desafiam modelos cronológicos convencionais, tensionam os limites entre criação e crítica, e expandem as possibilidades interpretativas dos textos literários como espaços de produção de sentidos históricos. Ao articular literatura, filosofia, teoria crítica e memória, o simpósio convida à reflexão sobre como os textos literários operam como laboratórios conceituais para repensar o tempo, a história e a subjetividade.

Entre tropos e topoi: uma epistemologia das imagens literárias na crítica borgeana

Nicolay Goldschmidt Vitorino

Programa de Pós Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho propõe uma análise do ensaísmo crítico de Jorge Luis Borges no volume *Otras Inquisiciones* (1952) a partir do que chamamos de “imagens literárias” – formas simbólicas que figuram enquanto motivos estéticos e retóricos, e que são o objeto central da investigação crítica borgeana nos ensaios analisados. Essas imagens podem ser metáforas, lugares-comuns, arquétipos, parábolas filosóficas; formas literárias produzidas pela imaginação e persistentes no imaginário, portanto, imagens enquanto “unidades imaginativas”. O que se propõe é a investigação das possibilidades de análise das imagens literárias no contexto da crítica borgeana, construída em torno da identificação e comparação dessas formas através de procedimentos ensaísticos e especulativos. Diante disso, visualizamos um espaço de análise que aponta simultaneamente para a topologia – o estudo das imagens literárias enquanto arquétipos, formas “atemporais” em constante transformação – e para a tropologia – o estudo das imagens literárias enquanto figuras de linguagem, operações associativas que tensionam o significado literal das palavras. No eixo topológico, estabelecemos um diálogo entre a tópica histórica de Ernst Robert Curtius e o procedimento de composição imagética de Aby Warburg, investigando possíveis simetrias entre a sobrevivência dos topoi clássicos (lugares-comuns) e a “vida póstuma” das imagens (no caso de Warburg, figuras pictóricas). No eixo tropológico tratamos especialmente da metáfora e da alegoria, dialogando com Hans Blumenberg e João Adolfo Hansen, respectivamente. Borges parece atribuir certa centralidade à metáfora, sendo que a alegoria muitas vezes aparece enquanto uma contraparte menos célebre do primeiro tropo; assim, nos dedicamos a examinar

as congruências e dissonâncias entre as duas formas. Em suma, este trabalho pretende traçar um panorama metodológico no qual podemos situar a análise dos textos borgeanos, comparando as possibilidades epistemológicas de compreender as imagens literárias enquanto tropos ou topoi.

Por uma crítica materialista: a importância de Brecht, Benjamin e Tyniánov para o pensamento intelectual de Ricardo Piglia

Gabriel Rodrigues da Costa Farias
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

O presente trabalho é o recorte de uma pesquisa que analisa a trajetória intelectual do escritor argentino Ricardo Piglia (1941-2017) entre as décadas de 1960 e 1970, mais precisamente as ideias e as leituras de Piglia sobre os campos literário, cultural e intelectual daqueles anos. No caso, Piglia foi um intelectual dentro do campo da esquerda revolucionária que tinha como algumas das suas principais preocupações as relações entre cultura de esquerda e produção artística, além de trazer importantes contribuições no modo de se pensar a literatura e a crítica literária argentina daqueles anos. Nesse sentido, Piglia vai abordar todas essas questões a partir da influência de um determinado corpo teórico marxista. Ricardo Piglia, durante esses anos, buscou pensar uma tradição teórica marxista que divergia tanto das contribuições de Georg Lukács sobre o “Realismo” quanto dos posicionamentos de Jean-Paul Sartre sobre a questão do “engajamento” do escritor- intelectual. Piglia, em um primeiro momento, buscou suas referências na tradição literária italiana de Cesare Pavese. No entanto, foi com a leitura das obras teóricas de Bertolt Brecht e Walter Benjamin, e a relação que Piglia tentou fazer destes autores com a vanguarda artística e formalista soviética da década de 1920, que Piglia conseguiu encontrar um quadro teórico que elucidou algumas das suas principais indagações. A ligação, nesse sentido, entre os ensaios e as críticas teóricas de Brecht, Benjamin e Iuri Tyniánov ofereciam, para Piglia, novas formas de pensar acerca da arte, da crítica literária e da prática social dos intelectuais de esquerda. No centro dessa reflexão se encontrava a tentativa de fundar, na prática, uma teoria marxista da produção literária que fosse capaz de inscrever os resultados deste trabalho específico no espaço da luta de classes, resultando, nesse sentido, em uma crítica verdadeiramente materialista. Essas análises de Piglia são encontradas, principalmente, na sua produção intelectual da década de 1970, a partir dos seus ensaios e entrevistas publicados em periódicos argentinos da época. No quadro teórico-metodológico da pesquisa, pretendemos trabalhar essas questões a partir das propostas do historiador norte-americano Dominick LaCapra (1998). Acreditamos que suas perspectivas acerca do campo da chamada “História Intelectual” podem ser eficazes para tentarmos compreender a produção intelectual de Ricardo Piglia.

O trágico em perspectiva: percurso teórico e filosófico

Stefanie Machado Costa

O trágico, longe de ser um conceito uniforme, atravessa a história da literatura e da filosofia, operando de diversas formas e adaptando-se às maneiras diferentes de produzir e pensar o texto poético. Surgido inicialmente com o teatro grego, o trágico foi recuperado pela modernidade em dois momentos distintos, primeiro no período renascentista com Shakespeare e pela filosofia moderna pós século XVIII. No entanto, cabe salientar que na Antiguidade não houve o desenvolvimento de uma teorização sobre o trágico. Aristóteles, principal pensador sobre a Tragédia Grega, baseia sua análise em aspectos formais e estéticos, sem pensar diretamente no trágico como um conceito teórico. Essa ideia viria a ser desenvolvida posteriormente, com a filosofia trágica moderna, que desloca a análise aristotélica de um gênero literário para uma cosmovisão de mundo. Examinar o trágico, dessa forma, é buscar compreender as suas transformações ao longo da história, de modo a pensar como o trágico é recebido, pensado e repensado, como forma ativa de questionamento de uma realidade que se apresenta em conflito com o sujeito. Essa relação é profundamente dialética: o trágico moderno nasce da herança da tragédia grega, mas ao mesmo tempo transforma suas formas e sentidos. Portanto, se o teatro grego fornece um modelo originário do trágico, o trágico moderno, por sua vez, herda esse modelo para ressignificá-lo. A partir disso, esta pesquisa propõe uma investigação sobre o percurso teórico e filosófico do trágico, com o objetivo de mapear suas principais reflexões na tradição ocidental, desde a tragédia grega clássica até as releituras contemporâneas. O trabalho parte da hipótese de que o trágico não é apenas uma categoria estética ou literária, mas uma estrutura de pensamento que tensiona as fronteiras entre linguagem, e subjetividade. Desse modo, o objetivo do trabalho não é se aprofundar sobre o trágico em cada época, mas estabelecer parâmetros de investigação que deem conta de tratar sua dinamicidade histórica e a forma como, a partir de cada contexto histórico, o conceito se desenvolveu e se teorizou. Desse modo, a análise metodológica da pesquisa concentra-se em três momentos centrais, privilegiando a análise textual e o diálogo interdisciplinar entre filosofia, literatura e teoria crítica: (1) a constituição do trágico nas tragédias áticas; (2) as reformulações filosóficas modernas, com destaque para as contribuições de Hegel, Schiller e Nietzsche; 3) as retomadas críticas do trágico na contemporaneidade, em autores como George Steiner, Raymond Williams e Peter Szondi. Assim, a partir de uma abordagem comparativa, o estudo busca compreender de que modo o trágico se desloca historicamente da cena teatral para o campo da filosofia, transformando-se em um objeto conceitual que problematiza os limites da razão, da liberdade, do discurso e da ação humana.

**Literatura indígena contemporânea no Brasil: temporalidades avessas
à modernidade e ao tempo hegemônico do colonizador**

Henrique Bresolin

Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ)

O presente trabalho busca compreender o conceito de temporalidades indígenas, e de que maneira ele diverge da concepção linear do tempo trazida ao Brasil pela colonização europeia. Outro objetivo deste artigo é elencar de que maneira o conceito se demonstra na Literatura Indígena Brasileira Contemporânea. Se aproveitando das aproximações entre História e Literatura que compõem a História Cultural representada por autores como Roger Chartier e Sandra Pesavento o presente trabalho visa utilizar este movimento literário como fonte histórica para compreender as dinâmicas e transformações do conceito de “Temporalidades” inseridos nas obras dos autores pertencentes a esta corrente. A Literatura Indígena Brasileira Contemporânea, corrente literária que se desenvolve desde o fim do século XX, pode ser caracterizada como “um dos fenômenos político-culturais mais importantes de nossa esfera pública” que “se insere nessa dinâmica ampla de ativismo, militância e engajamento de minorias historicamente marginalizadas e invisibilizadas de nossa sociedade”, como apontam os pesquisadores Julie Dorrico Leno e Fernando Danner (2018). Com uma gama de autores que incluem Eliane Potiguara, Olivio Jekupe, Maria Kerexu, Ailton Krenak, Sulamy Katy, Ely Macuxi, Márcia Wayna Kambeba, Jaider Esbell, Daniel Munduruku, Graça Graúna, Kaka Werá e Auritha Tabajara o movimento literário visa representar a visão de mundo por intermédio dos próprios indígenas brasileiros, suas histórias, memórias, projeções de futuro e anseios de seu cotidiano. Como demonstra Gersen Baniwa (2006), na chegada dos europeus nas Américas na virada do século XV para o século XVI, estimativas demográficas indicavam que a região que viria a ser o Brasil era habitada por 5 milhões de nativos originários, chamados Índios por um erro geográfico. “Após 500 anos de massacre, escravidão, dominação e repressão cultural” (2001), o censo do IBGE de 2022 aponta 1,6 milhões de indígenas no Brasil. Com esses dados, o objetivo final do trabalho é pensar se maneira diferentes de perceber a relação entre o passado, presente e futuro podem contribuir para opções mais inclusivas e menos hierarquizadas de lidar com o tempo.

Sob o signo da ruína: um estudo de *Pedro Páramo* (1955) e o tempo desconjuntado

Leonardo Provenzano Cardoso
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

O presente trabalho pretende explorar o campo da história a partir de um romance latino-americano. Para tal, selecionamos o romance “Pedro Páramo” (1955) do escritor mexicano Juan Rulfo, obra fundamental para o desenvolvimento subsequente do espaço literário no continente. Nesta obra poderemos analisar uma certa apreensão histórica e uma conflitiva junção de diferentes temporalidades. Por não possuir capítulos, apenas curtos fragmentos, e se utilizar do recurso da quebra da linearidade narrativa, o romance se coloca em uma posição de destaque para se pensar a temporalidade no que se refere aos estudos históricos. Nesse sentido, dois elementos são fundamentais na obra para tal: a figuração do fantasma e a metáfora do oceano. Argumento que essas duas imagens que se apresentam na narrativa são fundamentais para se pensar o tempo em nossa presente experiência histórica.

Com os desenvolvimentos recentes do trabalho de Ethan Kleinberg creio que mais do que nunca é necessário se pensar soluções criativas para resistir ao loop temporal em que estagnamos historicamente. A partir de seus trabalhos, assim como a partir de “Pedro Páramo” pretendo explorar como a figura do fantasma e a metáfora do oceano se apresentam como marcadores de um tempo desconjuntado. Isto é, um tempo onde as categorias de passado, presente e futuro não se apresentam da forma linear e estável tal como uma determinada concepção historicista as coloca. Um tempo desconjuntado e anárquico é um tempo em que são possíveis novas configurações e misturas entre as categorias temporais, ou seja, um tempo em que novas soluções criativas são possíveis. Argumento, a partir da figuração do fantasma e da metáfora oceânica, em favor dessas novas configurações temporais. Creio que um dos maiores constrangimentos à novas soluções imaginativas no campo da história é justamente um constrangimento temporal. Apesar dos avanços recentes no campo da teoria da história no que se refere a pensar novas e distintas soluções temporais, o que se enxerga no trabalho dos historiadores ainda é uma concepção temporal baseada na visão historicista. O esforço deste trabalho, portanto, vai na esteira de, através da literatura, tensionar o campo da história em seu entendimento temporal. Isso significa abandonar a concepção de um realismo ontológico do passado e aceitá-lo também na imensidão de sua ausência. Poderemos enxergar como “Pedro Páramo” articula múltiplos estratos temporais em sua narrativa fragmentária, impondo desafios e revelando possibilidades outras que a resignação para com o presente alargado da temporalidade dominante. Ressaltar a pluralidade e a estratificação do tempo é ressaltar novos modos de se relacionar com o passado e formas de abrir outras possibilidades de futuro. Em suma, desconjuntar o tempo é trazer novas soluções criativas e imaginativas: novos passados, o que significa novos futuros.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

História e Natureza

Coordenação: Lise Sedrez (UFRJ)
Paula Fortini Moreira (COC-Fiocruz)

Resumo: Este simpósio temático visa reunir pesquisas que investigam as relações entre história, natureza e meio ambiente. Prioriza trabalhos que discutam temas diversos, como saberes alimentares, impactos ambientais e sociais, biodiversidade, práticas alimentares e formas de resistência cultural diante dos modelos econômicos de desenvolvimento. O simpósio busca estimular debates que ampliem o entendimento das interações históricas entre humanidade e ambiente, considerando práticas culturais, políticas e econômicas. Além disso, oferece um espaço para refletir sobre os desafios e resistências que emergem nesses processos, contribuindo para a análise das transformações ambientais em contextos históricos específicos.

História e Conservação da Biodiversidade: um estudo de caso em História Ambiental

Claudia Ravello Lopes
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

O desafio de conservar a biodiversidade envolve a avaliação das espécies quanto a seu risco de extinção, de modo a poder melhor direcionar recursos e esforços para aquelas que se encontram ameaçadas. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, é a instituição responsável por elaborar a lista da flora do Brasil ameaçada de extinção – a lista vermelha – por meio do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora). Para dar conta dessa tarefa, o CNCFlora adaptou e consolidou o uso das categorias e critérios estabelecidos pela International Union for the Conservation of Nature (IUCN). Entre essas categorias, existe uma que é aplicada às espécies das quais não se obteve dados suficientes para que se possa fazer a avaliação, e que por isso são classificadas como DD (Data Deficient). Trata-se de plantas que não são coletadas em campo há décadas, tornando-se verdadeiros enigmas para os botânicos. Por não poderem ser avaliadas, elas estão fora da lista vermelha e, assim, não são alvo da proteção legal dispensada às ameaçadas. O presente estudo se debruça sobre o caso de uma espécie DD, a *Gurania cogniauxiana*, da família Cucurbitaceae, a mesma da abóbora. Endêmica do RJ, a espécie foi coletada pelo naturalista Barbosa Rodrigues no Jardim Botânico em 1893 e descrita por ele no ano seguinte. Ela voltou a ser coletada na natureza em 1932, 1942, e 1944. Uma coleta realizada em 1998 tem histórico de determinação controverso, pois os especialistas encontram dificuldade em distinguir a *G. cogniauxiana* de outra espécie, a *Gurania bignoniaceae*, com a qual tem grande semelhança morfológica. As questões que se colocam aqui são: considerando o período que vai do final do século XIX às primeiras

décadas do XXI, o que, no processo de trabalho científico, nas dinâmicas dos territórios e nas características biológicas dessa espécie, pode explicar que ela se encontre atualmente na categoria DD? A investigação histórica sobre plantas DD pode lançar luz sobre aspectos do fazer científico que não estão muito claros? A história pode fornecer uma contribuição significativa para a resolução dos enigmas que envolvem essas espécies? Enfim, o que a abordagem histórica sobre uma planta DD têm a nos ensinar? Para começar a enfrentar essas questões, a proposta é seguir as pistas das exsicatas (amostras botânicas depositadas em herbários), estudos científicos, relatos, notícias, biografias dos atores humanos cujas interações com a espécie foram de algum modo registradas (coletores, autor, determinadores) e instituições envolvidas, mapear essas interações e integrá-las num contexto mais amplo. O que se descortina até o momento é uma história que entrelaça ciência e suas vicissitudes, política, desastre ambiental, criação de invisibilidades e visibilidades e a possível agência de uma espécie vegetal no contato com os seres humanos.

A cozinha e o alimentar em um mundo em negação: possibilidades dos estudos históricos alimentares

Cristina Antunes Divano Cunha
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Considerando que em tempos de tensões políticas e, principalmente, durante períodos de guerra ou conflitos, o recurso “alimento” é uma ferramenta de negociações, no qual embargos e sanções de provimento alimentar afetam diretamente a população local. Como um mecanismo de controle social, o acesso ou não a gêneros alimentícios se configura, cada vez mais, como arma de guerra. Restringir a alimentação e cuidados médicos básicos se revelam como métodos eficientes de limpeza étnica e expansionismo promovida por Estados autoritários contemporâneos. O século XXI se adentra em um mundo desestabilizado nas suas relações econômicas, sociais e políticas, com acirramentos entre nações conhecidamente bélicas, onde o capitalismo, em crise, provém um cenário conflituoso e de constantes disputas pela hegemonia no controle das narrativas. Neste trabalho destacamos a alimentação, como objeto de estudo interseccional e dinâmico com múltiplos agentes históricos, nos abrindo um campo de possibilidades analíticas capazes de nos auxiliar na compreensão histórica de sociedades a partir das suas relações alimentares e as circunstância sociais, políticas e econômicas entre os indivíduos e o alimento. Portanto, propomos pensar três pontos sobre a relevância da historicidade dos estudos alimentares: primeiro, como requisito salutar do indivíduo. Sendo um dos arcabouços das experiências humanas mais primordiais, comer e “cozinhar” o alimento, se torna, tão logo, promotor de história e memória de uma comunidade. Outro ponto, observamos o elemento peculiar do “prover”, “alimentar”, e “saciar” como um agregador de sociabilidades, capaz de promover não só cultura, mas também memória e História locais. E, por último, o uso político da alimentação como mantenedor de desigualdades em relações assimétricas de poder envolvendo os donos da produção e distribuição alimentar e aqueles que não possuem os mecanismos de acesso universal ao alimento. Em tempos de negacionismos e de crises ecológicas, as questões

alimentares são objeto de discussões que variam entre a propaganda maciça dos ultraprocessados, o culto a restrições alimentares estéticas, a desqualificação dos saberes ancestrais na comensalidade ou a negativa dos processos violentos de restrição e controle do acesso à alimentação. Tratando destes temas recorreremos à teoria crítica da Interseccionalidade como método de compreender o chão de cozinha que fomenta tais discussões. Dessa forma, propomos analisar a história da alimentação com intencional contra colonialidade observando os assuntos alimentares a partir dos quesitos de gênero, raça e classe.

Entre Vinhos e Conservas: Alimentação, Poder e Distinção Social no Rio de Janeiro Oitocentista

Sabrina Bogeia Oliveira

Programa de Pós-Graduação em História (UNIRIO)

O presente trabalho explora como a importação de alimentos de luxo articulava-se com os projetos de afirmação de status social e de idealização de uma identidade cosmopolita, isto posto, a análise é executada diante o processo criminal de Antônio José Peixoto, comerciante luso-brasileiro envolvido em um escândalo financeiro. A partir da transcrição paleográfica do processo criminal, que inclui um inventário rico em detalhes dos bens comerciais da casa de secos e molhados do acusado, torna-se viável mapear os produtos alimentares vendidos à elite carioca. Itens de consumo como vinhos do Porto e Madeira, champagne, azeite de oliva, frutas em conserva, licores, ostras, salames, sopas e doces importados constituíam o panorama de um consumo que transcendia o valor nutritivo e manifestava uma atribuição simbólica, como por exemplo, reafirmar identidades europeizadas e demarcar fronteiras de classe. Combinando uma abordagem micro-histórica e sociocultural, a pesquisa utiliza o caso Peixoto como chave interpretativa para entender as redes comerciais transatlânticas, os práticas de consumo urbano e as formas pelas quais a alimentação integrou-se às ferramentas de distinção da elite carioca. A análise parte da cultura material e dos registros judiciais, mostrando que os alimentos importados também funcionavam como marcadores de capital simbólico e participavam ativamente da construção de uma identidade própria.

Quando o Progresso Cala: O Maranhão e os Silêncios do Desenvolvimentismo

Jean Pedro Silva de Sousa

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A apresentação propõe uma reflexão sobre os silêncios produzidos pelo discurso desenvolvimentista durante a Ditadura Militar, a partir do governo de José Sarney e Pedro Neiva de Santanano Maranhão (1966–1975). Ao investigar documentos e ações daquele período, observa-se como a ideia de progresso foi utilizada para justificar intervenções estatais, ao mesmo tempo em que ocultava contradições e apagava experiências que não se

alinhavam ao projeto oficial de modernização. Ao revisitar esse passado, a história se apresenta como ferramenta para questionar heranças ainda presentes e romper com narrativas que naturalizam modelos excludentes de desenvolvimento.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

Estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro

Coordenação: Camila Pizzolotto (UFF)
Pedro Alexandre de Albuquerque (UFRJ)

A cidade do Rio de Janeiro é um espaço que suscitou e ainda suscita diversos estudos e debates. Um território que atravessou diferentes momentos e que podem ser vistos ainda em remanescentes na atualidade ou apenas em indícios de fenômenos que, pela urbe, ocorreram. Em vista disso, o presente simpósio reúne pesquisas que buscam compreender essa realidade carioca e suas dinâmicas de ocupação de espaço, concentrando-se no final do século XIX e no decorrer do século XX para apresentar aspectos que compuseram sua realidade citadina e por meio de diversas manifestações no domínio social, cultural e arquitetônico.

A Capital Federal e a cidade: o Rio de Janeiro entre ficções concretas e realidades utópicas

Rapahel Soares Mioti
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

Este trabalho tem como finalidade apresentar novos olhares sobre as obras de Maximiano Coelho Neto (1864-1934), principalmente aquelas vinculadas ao seu processo de escrita durante as décadas de 1890 a 1910. O recorte escolhido é fruto das tensões exercidas pelo campo da literatura sobre as transformações urbanísticas e comportamentais vividas na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. O uso de fontes literárias proporciona narrativas interessantes sobre o período; as obras ficcionais desempenharam um papel de destaque como arena de debates em torno do cenário urbano carioca, que, a partir da segunda metade do século XIX, começa a sofrer sensíveis modificações em seus espaços físicos. As narrativas ficcionais atuavam de maneira significativa nas mentalidades e subjetividades ligadas ao viver urbano e ao pertencimento a uma nova maneira de experimentar a cidade. O uso de imagens dialéticas manejadas por Walter Benjamin (2009) dá suporte ao processo de inteligibilidade sobre parte dos fatores de formação de ideários de pertencimento, adaptação ou recusa. Em muitos momentos, há a coerção da sociedade carioca aos modos de vida burgueses e anseios, manifestados por vezes como verdadeiros impasses contidos em torno da ideia de modernização. Além disso, encontram-se as tensões que tais movimentos traziam com relação à historicidade urbana do Rio de Janeiro de fim de século. O campo literário não apenas fomentou debates, produzindo através da ficção possibilidades, como também forjou novos anseios e necessidades dentro das mentalidades e da cultura da grande cidade. Desta forma, a ficção não será abordada como apenas o reflexo ou mera ilustração dos processos. O que se procura é analisá-la como uma poderosa ferramenta que, ao apresentar suas nuances e perspectivas próprias, fez ampliar o leque de possibilidades e impasses no que concerne ao pertencimento e apropriação dos sentidos modernizantes. O uso de textos literários e

periódicos mostra-se de grande valia para que se possam formular perguntas sobre as tensões entre os grupos em disputa, os discursos que estariam movimentando os debates ligados ao pertencimento à cidade e suas subjetividades. Em um ambiente marcado pelo sentimento exacerbado de transitoriedade e causador de variadas rupturas em antigos arranjos sociais, torna-se de grande importância a indagação e problematização de algumas questões ligadas ao campo da história em seu aspecto cultural. Através da literatura, apresentam-se diversos sentidos caros ao período pelo qual a cidade era atravessada. Isso inclui suas concepções imagéticas e o impacto que as representações realizadas pelo campo literário afetaram ideias de pertencimento e tradição no imaginário carioca. A cidade transformada pelas Reformas, como ficou conhecido no ambiente acadêmico, o conjunto de melhoramentos e reformulações urbanísticas elaboradas pelo poder público no Rio de Janeiro, ainda é palco de inúmeras querelas em relação aos modelos propostos e sua distância no que se refere ao que se viu concretizado. Mais ainda, traz consigo uma série de tensões e disputas, principalmente ligadas à tradição e seus embates com os preceitos da modernidade. A modernização da cidade ainda deixa muitas lacunas e perguntas sobre o período e suas reminiscências. As relações entre os mais diversos interesses econômicos e políticos, e a maneira como foram percebidos e adaptados pela intelectualidade e pelo campo literário, são, ainda na atualidade, chaves de grandes debates em torno dos limites e possibilidades que a literatura teve ao tentar reproduzir ou produzir novos sentidos. Esses novos sentidos poderiam dar sustentação aos modos cosmopolitas e burgueses que, dia a dia, colocavam em xeque a tradição e os valores contidos nas estruturas e arranjos da cidade. O presente trabalho tem como premissa investigar de que maneiras a relação entre cultura literária e modernização foi capaz de engendrar novas perspectivas, principalmente ligadas ao novo modo de se perceber a cidade do Rio de Janeiro, onde o viés do embelezamento, e as narrativas e contradições em torno deste, produziram ferramentas de consenso e coerção nas representações sobre a cidade ao longo do século XX. A cidade, desde a década de 1870, sofre intensas transformações nas suas estruturas físicas, fruto direto da necessidade de adequação e melhoramentos para suprir as novas exigências do mercado internacional. Os novos parâmetros de produção em escala capitalista já se apresentavam incompatíveis com muitas estruturas sociais e econômicas. A cidade do Rio de Janeiro era uma espécie de observatório dos crescentes problemas histórico-sociais ligados ao colapso do sistema escravista, ao declínio do governo imperial e às incontáveis crises sanitárias. Essas crises estavam no bojo das pautas ligadas às reformas empreendidas entre as décadas de 1870 e 1900.

**Experiências da Modernidade nos subúrbios cariocas:
perspectivas para uma Belle Époque suburbana (1900-1922)**

Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida
História Social do Território (UERJ)

Este trabalho compõe uma pesquisa de doutorado em andamento que propõe analisar os impactos da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX a partir das experiências vividas pela população suburbana. A partir disso, apreciamos como se

apropriaram de pensamentos e práticas da modernidade, representando-as em sua vivência no sócio-espacial, estruturando uma identidade social suburbana que exaltava e valorizava as potencialidades suburbanas em comparação à vida no centro da capital federal, nos permitindo enxergar uma belle époque suburbana. Nesta investigação são utilizadas fontes periódicas - jornais e revistas - da grande imprensa e da imprensa local.

**Luis Carlos Prestes sob a ótica do carnaval carioca
- Acadêmicos do Grande Rio (1998)**

Gustavo Santos Pringi
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

O presente projeto de pesquisa concentra seus esforços reflexivos e metodológicos acerca das narrativas produzidas pelo enredo da escola Acadêmicos do Grande Rio (1998) com o título “O cavaleiro da esperança” em homenagem a Luís Carlos Prestes e seus efeitos na memória coletiva nacional. Tomando como elemento central os componentes imagéticos, documentais e todo script oficial do desfile, essa investigação propõe levantar discussões que passam pelo eixo da História Cultural e Social. As construções metodológicas levarão em conta o acervo oficial do desfile disponibilizado pelo Centro de Memória da LIESA e os documentos arquivísticos da Fundação Luís Carlos Prestes serão elementos essenciais para chegar às proposições e levantamentos previstos.

**Pensar as noites cariocas e coloridas:
possibilidade de uma história das boates gays no Rio de Janeiro**

Pedro Alexandre de Albuquerque
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Este resumo apresenta um estudo que está sendo desenvolvido sobre o surgimento das casas noturnas homoafetivas no Rio de Janeiro desde seus primórdios em 1960, ainda sob uma conotação “guetificada”, até um caminhar para uma possibilidade espetacular a ser oferecida na cidade, que se amplifica em 2007. No esforço de compreender isso, a pesquisa investiga as impressões despertadas sobre esses espaços noturnos na sociedade carioca ao longo dos anos, tanto para frequentadores quanto para observadores externos. E, em outra dimensão, há também o esforço em se entender as práticas que eram realizadas nesse circuito para o cultivo de uma cotidianidade, assim como acerca dos sistemas simbólicos lá apreendidos e veiculados para construir essa realidade. Toda essa empreitada é realizada sob a perspectiva de que tal conjuntura é uma construção histórica, entendendo-se assim a importância de se considerar o cenário carioca de então para compreender a emergência e desenvolvimento desses espaços e sua vida interna. Também se faz assim levando em conta que esse fenômeno é resultado de uma relação com um sistema capitalista de consumo, conseguindo entender mais sobre sua construção e desenvolvimentos. Desse jeito, é uma

abordagem que acata perspectivas de uma cultura urbana e consumista para compreender tal fenômeno de casas noturnas homoafetivas, e que naturalmente recorre também a uma discussão envolvendo questões de gênero, sexualidade e identidade. Em vista disso, a pesquisa conta com uma diversidade de fontes a fim de adquirir um entendimento enriquecido sobre esse passado. Debruça-se assim sobre fontes textuais, como jornais e etnografias; fontes audiovisuais e digitais, como entrevistas com empresários e personalidades dessa realidade noturna; e fontes orais, preferencialmente com homens que tenham frequentado esse circuito de casas festivas no período recortado. Em questão de objetivo, a pesquisa busca, em uma perspectiva geral, compreender as maneiras com que o circuito de casas noturnas homoafetivas no Rio de Janeiro estabeleceu traços de uma cultura homossexual festiva, noturna e urbana; considerando também, já em questões específicas, transformações internas dos espaços e práticas neles executadas, como também a presença dessas casas na malha urbana carioca e com suas respectivas transformações. A nível de resultado, a pesquisa compreende a possibilidade de elaborar uma periodização desse fenômeno em três momentos: (1) 1960–1975; (2) 1975–1992; (3) 1992–2007. Nela, o principal guia é a forma com que esse circuito e algumas casas em específico são referenciados na documentação selecionada, possibilitando notar, com essa cronologia defendida, o sair de um "gueto", enquanto mercado escuso, para se tornar um serviço de consumo reconhecido; da mesma forma que entender nessa periodização mudanças internas de práticas e expectativas de ocupação de espaço.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

História e Cultura Política no Século XX: ideologias, práticas e representações

Coordenação: Vinicius Liebel (UFRJ)
Nathara Mariano (UFRJ)

Resumo: Este simpósio tem como objetivo reunir pesquisas que explorem a história política do século XX, sobretudo no contexto europeu, em suas múltiplas dimensões — das práticas concretas de organização, mobilização e ação política às construções ideológicas, discursivas e simbólicas que as sustentaram. Pretende-se abarcar investigações que examinem regimes autoritários, movimentos radicais, partidos políticos, redes de sociabilidade e estratégias de poder, assim como estudos voltados para a cultura política e os imaginários que estruturaram visões de mundo, legitimaram ações e moldaram memórias coletivas. Serão bem-vindos trabalhos que mobilizem abordagens diversas — da história social e cultural do político à história intelectual — e que considerem a política tanto como prática situada no espaço social quanto como campo de disputa de significados, valores e representações. O simpósio busca, assim, criar um espaço de diálogo interdisciplinar capaz de articular diferentes escalas e objetos, iluminando as complexas relações entre poder, ideologia e sociedade no século XX.

Entre o Futuro e o Passado: modernismo e reacionarismo na União Britânica dos Fascistas (1935 - 1937)

Anna Carolina da Silva Ventura
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A presente pesquisa objetiva investigar de que forma a União Britânica dos Fascistas (UBF) — pequeno movimento fascista surgido na década de 1930 na Inglaterra — articulava, em seu discurso, a defesa simultânea da inovação e da tradição. Isto é, buscamos analisar como se dava a conciliação, no projeto político do movimento, entre um imaginário de modernidade — associado ao progresso técnico, à ordem e à autoridade — com referências reacionárias ao passado britânico. Como fonte utilizaremos textos publicados no periódico *The Fascist Quarterly* entre 1935 a 1937. No campo teórico, a pesquisa é orientada pela História Cultural do Político e pela Sociologia. A História Cultural do Político, abordada por Pierre Rosanvallon, define o político como a interseção entre o social e sua representação, sendo um campo simbólico onde a experiência coletiva se reflete. Essa abordagem dialoga com a cultura, a sociedade e a política, categorias importantes na construção teórica da pesquisa, além de conceitos como mito e representação, explorados por autores como Raoul Girardet e Roger Chartier. No campo sociológico, a definição de fascismo de Michael Mann (2004) é fundamental. Mann foca na ascensão do fascismo, permitindo o estudo de movimentos menores, como a UBF. Ele define o fascismo como a construção de um

estado-nação transcendente, expurgador, sustentado pelo paramilitarismo. Cada um dos cinco elementos presentes na definição de Mann é essencial para a compreensão do fascismo, com suas tensões internas. A metodologia adotada é o método documentário de interpretação de Karl Mannheim, com contribuições de Ralf Bohnsack, que objetiva uma análise qualitativa. O método documentário visa transcender o sentido imanente das fontes para um nível sociogenético, compreendendo as estruturas e transformações sociais. Ao invés de perguntar “o que” é uma realidade social, o método se concentra no “como” ou “de que forma” essa realidade é constituída, focando nas visões de mundo e no *modus operandi* da ação. Em suma, buscamos chegar na hipótese de que essa aparente tensão entre reacionarismo e modernismo no discurso da UBF revela, na verdade, uma retórica que oferece uma resposta totalizante à crise da modernidade liberal, moldando a modernidade segundo valores autoritários e propondo a restauração de uma suposta “unidade espiritual” da nação.

As relações econômicas do imperialismo e a prática colonial no contexto da escravidão sexual japonesa na Coreia

Daniel Gonçalves de Oliveira Barreto
Programa de Pós-Graduação em História (UFF)

O presente trabalho analisa as relações econômicas do imperialismo japonês e a prática colonial na península coreana, enfatizando como a escravidão sexual militar das “mulheres de conforto” esteve diretamente ligada às condições materiais da população camponesa coreana entre 1931 e 1945. Argumenta-se que, embora as questões de gênero sejam centrais para compreender a violência sofrida por essas mulheres, o fator classe social foi determinante para sua vulnerabilidade, uma vez que a expropriação de terras e a exploração econômica promovidas por conglomerados japoneses, como a Toyo Takushoku, agravaram a pobreza rural, forçando muitas mulheres a buscar trabalho fora de suas comunidades sob falsas promessas. O estudo destaca ainda que essa dinâmica colonial restritiva e violenta não só sustentou a acumulação de capital japonês, mas também configurou um estado de exceção permanente que facilitou a implementação do sistema de escravidão sexual militar, reforçando a necessidade de uma análise que articule gênero, classe e colonialismo no entendimento desse capítulo histórico. Para tanto, utiliza-se de métodos da história econômica e quantitativa, aliado a teoria marxista de reprodução ampliada do capital e do imperialismo.

Contra-discursos social-democratas: estratégias do Partido Social-Democrata da Alemanha diante da estigmatização anti-socialista entre católicos (1890–1933)

Yurhii Steinmetz Stephan Woldföckell Budzynkz
Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ)

Com a revogação das Leis Antissocialistas em 1890 no Império Alemão, o Partido Social Democrata da Alemanha (Sozialdemokratische Partei Deutschlands ou SPD) reencontrou espaço para retomar suas campanhas de propaganda e agitação oficialmente, mas enquanto em regiões predominantemente protestantes o partido conseguia conquistar um número crescente de eleitores, o mesmo ocorria em um grau muito menor em áreas católicas. O partido voltou-se então com estratégias voltadas aos trabalhadores católicos, mobilizando sua organização de base, a sua imprensa partidária e o recrutamento pessoal nesses locais. Em resposta, círculos paroquiais e associações católicas intensificaram uma propaganda anti-socialista já existente, (inclusive nas escolas) que acusava o SPD de ateísmo, de pretender destruir a família e subverter valores religiosos, suscitando o temor do ostracismo comunitário entre os trabalhadores católicos. Esse embate discursivo entre as iniciativas social-democratas de demonstrar compatibilidade entre fé e socialismo aos trabalhadores católicos e as denúncias eclesiásticas e institucionais serve de caso para analisar as estratégias do SPD, seus sucessos e fracassos, e os fatores que podem explicar estes resultados.

A visualidade da radicalização: a queima de livros de 1933

Gabriel de Aquino Mobrício Sanches
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho tem como objetivo analisar a radicalização da sociedade alemã a partir da série fotográfica disponível no acervo digital do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, em Washington DC, referente à queima de livros ocorrida em 10 de maio de 1933, em Berlim. Com base nas ideias de Ulpiano Meneses, sobre o valor documental da fotografia como instrumento de análise social, as imagens são concebidas para além da motivação de sua produção, constituindo meios nos quais e pelos quais práticas e pensamentos se fazem circular nas sociedades. A análise considera a queima de livros como uma performance de força simbólica do ainda recente governo nazista, como prática e implicação de sua Weltanschauung (visão de mundo). Complementarmente, o trabalho recorre à análise de periódicos contemporâneos ao episódio como forma de caracterizar o ambiente político e cultural de radicalização, assim como a circulação do evento e das imagens.

O caso Luck, Weberling, Burgers, Lettieri e a cidade de Natal durante a Segunda Guerra: cotidiano, crime e memória

Renno Allesy Veras de Senna Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

No dia 22 de junho de 1942, Natal/RN, os alemães Ernest Walter Luck, Hans Weberling, Richard Robert Burgers e o italiano Guglielmo Lettieri foram presos pelos crimes de espionagem e de propaganda nazifascista. A peça processual do caso e as apelações dos

advogados de defesa permitem observar a atuação de círculos Pro-Eixo, em meio a uma cidade que foi base estadunidense durante a Segunda Grande Guerra, bem como as contraditórias e conflituosas relações do Estado Novo com os blocos envolvidos no conflito. O crime também enseja uma análise da memória produzida sobre Natal durante a guerra, pois o caso ou é silenciado ou é encarado como algo "excepcional". Para este trabalho, foram utilizados a peça processual do caso e as apelações dos advogados de defesa já mencionadas, as fotografias das residências e dos bairros onde viveram os personagens, os recortes de jornal que anunciam a prisão dos envolvidos, bem como trechos de crônicas que narram o cotidiano da cidade durante o conflito e dos textos de escritores memorialistas. As fontes judiciais foram tratadas através do método onomástico (Ginzburg e Poni, 1989), valendo-se dos nomes dos quatro envolvidos no caso para remontar as sociabilidades dos círculos pró-Eixo anteriormente mencionados. Já as imagens e os escritos memorialísticos foram tratados a partir da concepção de que a memória é algo construído, operando nessa construção seleções, silêncios e esquecimentos (Pollack, 1989).

O termo ‘fascismo’ e a criação de memórias nacionais: Alemanha Oriental (1976-1979)

Rafael Bezerra Targino

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Em "O Passado, Modos de Usar" (2012), Enzo Traverso aponta que, na Alemanha Ocidental, o conceito de “fascismo” desapareceu da historiografia, em um movimento que se acentuou após a Reunificação Alemã, em 1990 (2012, p. 130). Segundo o autor, a principal obra de referência na academia alemã que trata diretamente do “fascismo” é a tradução de um livro polonês. Em sentido oposto, a noção de “fascismo” era presente e fortalecida na Alemanha Oriental, integrando um movimento de construção de uma memória nacional que reforçava a ideia de que a União Soviética - bússola ideológica do país socialista - havia libertado os alemães do nazismo. O próprio Muro de Berlim, construído em 1961 pelas autoridades da Alemanha Oriental, era chamado no Leste de “Barreira de Proteção Antifascista” ("Antifaschistischer Schutzwall"). Nesta comunicação, apresento a análise de duas fontes produzidas na Alemanha Oriental - a edição de 1979 do "Dicionário do Jornalismo Socialista" e o relatório do 9º Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, de 1976 - com o objetivo de discutir como o termo “fascismo” era utilizado e elaborado nos documentos da Alemanha Oriental. O "Dicionário" integrava o material didático do curso de Jornalismo da Universidade Karl Marx de Leipzig, única instituição de ensino superior do país a oferecer essa graduação; o relatório, por sua vez, foi publicado na edição de 25 de maio de 1976 do jornal oficial "Neues Deutschland", e estabelecia as diretrizes do partido para o país nos cinco anos seguintes. Apesar de não conter um verbete específico sobre o tema, o "Dicionário" traz ao menos dez menções, em diferentes contextos, ao termo “fascismo”. O documento do partido também apresenta diversas referências ao conceito. Juntas, as duas fontes se complementam e oferecem um quadro rico sobre o uso do termo na Alemanha Oriental.

“Apelos à Juventude Europeia”: Léon Degrelle e o discurso neofascista no pós-Guerra Fria

Augusto Cesar Oliveira Martins
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho investiga o panfleto *Appel aux jeunes Européens* (1992), redigido por Léon Degrelle durante seu exílio espanhol, como testemunho da reaparição de imaginários colaboracionistas no ocaso da Guerra Fria. Partindo de uma metodologia que integra história cultural da memória e psicanálise lacaniana, propomos: (1) contextualizar o texto na longa duração do discurso rexista; (2) analisar, à luz dos conceitos de fantasia e identificação, a reelaboração dos mitos de pureza racial e pan-europeísmo; e (3) avaliar em que medida tais operações simbólicas sustentam narrativas revisionistas sobre a Segunda Guerra Mundial. A pesquisa investiga o documento à luz da análise discursiva psicanalítica, tensionando a dialética entre registro histórico e registro imaginário. Os resultados parciais revelam um deslocamento da identidade belga para uma “comunidade” continental, sustentado por imagens agraristas, tecnocráticas e messiânicas que visam recompor o laço social frente ao “hipercapitalismo americano”.

Stalinismo sob as lentes da história intelectual das ideias: definições e percepções de um conceito difuso e multifacetado

Breno Ventura Barbosa
Programa de Pós Graduação em História Comparada (UFRJ)

A presente pesquisa objetiva conceituar o fenômeno do stalinismo. Tal empreitada demanda uma passagem pela história dos conceitos e pelas classificações que a atravessam, o que nos leva a identificar o stalinismo enquanto um fenômeno social e político que ocorreu com a ascensão de uma casta burocrática que, ao incorporar discursos de seus antecessores políticos, e em um processo de disputa no interior das fileiras do Partido Bolchevique, consubstanciou-se em uma nova fórmula política no interior da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nossa investigação perpassa o olhar atento às produções historiográficas- a chamada soviologia- acerca do tema, bem como as formulações que buscam igualar o fenômeno com outros regimes autoritários da época, tais como o nazismo e o fascismo, por meio do paradigma do totalitarismo. Nossa posição é a de que se trata de um fenômeno cuja definição se encontra em disputa ao longo do tempo, o que é notável já nas formulações feitas por Leon Trotski, de que se trata de um novo *modus operandi* que se caracteriza, principalmente, por uma nova leitura acerca do materialismo histórico, mais deturpada e que busca legitimidade por meio de seus antecessores, diga-se Vladimir Lenin. Devido ao teor político que por décadas envolveu as produções acerca da União Soviética - no período da Guerra Fria e dos chamados Cold Warriors- detecta-se uma dificuldade no estabelecimento de um conceito “estável” de stalinismo. Nosso objetivo é de dar maior

acabamento para esse conceito, retomando as contribuições de Leon Trotski e incorporando noções de historiadores da década de 1970, como Moshe Lewin, e contemporâneos, como Kevin Murphy, para um dimensionamento apropriado acerca dessa questão em específico. Ademais, nossa metodologia atravessa autores que versaram justamente sobre a visão de mundo e suas diferentes dimensões. Refiro-me, aqui, a construção de uma perspectiva que envolve não somente uma ideologia política em específico, mas sim diferentes dimensões do cotidiano que se imbricam e tomam forma daquilo que o sociólogo alemão Karl Mannheim chamou de *Weltanschauung*. Karl Mannheim fala sobre 3 diferentes níveis de significação expressos em produções culturais. O primeiro, seria o objetivo (natural, expressos por símbolo ou formas), o nível expressivo (transmitido por palavras ou ações) e o nível documentário, expresso em uma ação prática. Buscamos contemplar o conceito de stalinismo em suas 3 dimensões, levando em conta também as diferentes produções acerca do tema e seus impactos políticos e sociais, abrangendo a nova forma de conduzir o partido e o desdobramento do fenômeno sobre os diferentes estratos sociais que se mobilizaram sob essa nova dinâmica específica. Somada a essa dimensão, a fim de contemplar os aspectos da história intelectual das ideias, apropriando-nos do aparato metodológico fornecido por Pierre Bourdieu em suas obras *Economia das trocas linguísticas* (1982) e *Coisas ditas* (1988), pretende-se, aqui, incorporar a noção de *habitus*, a fim de detectar as diferentes formas com que, em consonância com as conjunturas históricas, a sociedade intelectual impõe visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação em suas mais variadas formas.

À beira do abismo - criminosos nazistas nas obras de Hannah Arendt e Gitta Sereny

Nathara Marriel Mariano

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

O trabalho é baseado na tese de doutorado que está sendo desenvolvida, a qual tem por objetivo analisar formas de pensar sobre criminosos nazistas. Para realizar tal tarefa, nos debruçaremos sobre um dos escritos da filósofa Hannah Arendt intitulado *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*, de 1963. Para obtermos uma perspectiva de comparação na forma de pensar esses indivíduos, utilizaremos também dois livros da jornalista Gitta Sereny, o primeiro intitulado *No meio das trevas – Da eutanásia ao assassinato em massa: um exame de consciência*, de 1974, e o segundo sendo *Albert Speer – Sua luta com a verdade*, de 1995. Consideramos que esses três escritos sobre esses criminosos podem nos oferecer um retrato sobre a forma de enxergar, compreender e buscar sentido nas ações de criminosos nazistas.

O fenômeno totalitário na literatura distópica: uma análise de *Jogos Vorazes*

Isabel Christmann de Miranda

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a (re)construção do imaginário político e as representações do Totalitarismo em obras de ficção distópica, a partir de uma metodologia de análise qualitativa de caráter reconstrutivo da trilogia de livros *Jogos Vorazes*, da autora Suzanne Collins. Como ferramenta para análise, é utilizado a alternativa do método documentário, desenvolvido por Karl Mannheim e Ralf Bohnsack. A pesquisa foi elaborada à luz da tradição historiográfica da História Cultural, explorando a relação entre literatura e história a partir dos pressupostos teóricos de Dominick LaCapra e o conceito de representação, redigido por Roger Chartier, entendendo, assim, a literatura como uma ferramenta e fonte de análise e compreensão da realidade e das visões de mundo. Desse modo, investiga-se o Totalitarismo do século XX a partir das representações de seu imaginário político (re)construídas na obra literária de Collins, com base nas definições políticas de Hannah Arendt, Michel Foucault e outros autores relacionados. Assim, o trabalho destina-se a analisar e interpretar como o Totalitarismo é representado e construído na literatura distópica, diante de um estudo de caso de *Jogos Vorazes*. Portanto, procura interpretar como o fenômeno totalitário se constrói nas distopias, a partir de um sistema próprio e específico de representação (Chartier, 2002) e de visões de mundo (Weller, 2005), o quais orientam as práticas sociais e culturais e a produção dessa literatura específica.

Imaginário extremista em *A Revolta de Atlas*, de Ayn Rand

Dora Vaz Nunes

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A comunicação proposta parte de questões investigadas acerca de representações anticomunistas na distopia *A Revolta de Atlas*, de Ayn Rand. Sendo uma continuação da pesquisa previamente iniciada na monografia em História, a mesma é desenvolvida no Laboratório Europa: Literatura, Arte, Política e Sociedade (LAELAPS/UFRJ) sob orientação do Prof. Dr. Vinícius Liebel. Sendo um produto da Guerra Fria, o livro de Ayn Rand ocupa um lugar importante na formação de um imaginário extremista que vigora até os dias atuais em diversos países do Ocidente, como é o caso dos Estados Unidos. As representações elaboradas pela autora corroboram para a elaboração de uma visão de mundo extremamente radicalizada a partir da defesa de um Estado ultraliberal, a noção de que a prosperidade é alcançada apenas a partir do esforço individual e da defesa da abolição de programas de distribuição de renda. Nosso trabalho tem como base a noção das distopias como gênero literário de significativa importância na formação do imaginário social desde o final do século XIX. A partir das considerações de Valéria Medeiros e Andrea Mateus acerca das intrínsecas relações entre a literatura distópica e História após a Segunda Guerra Mundial a partir da adoção de uma perspectiva pessimista na projeção de futuros possíveis, identificamos que nossa fonte expressa justamente o medo de um regime autoritário baseado no cerceamento das liberdades individuais pelo Estado, característica marcante de outras distopias da época. O aporte teórico de nossa pesquisa é composto principalmente pelas formulações de Jacques Rancière acerca do conceito de “partilha do sensível”. O autor se debruça principalmente sobre as questões acerca da relação entre o campo da política e a

estética. Para Rancière, a política é responsável pela manifestação e provocação de sentimentos diversos e, simultaneamente, é a regulação de tais manifestações e atos que uma comunidade pode ou não produzir. Partilha, para o autor, possui um sentido de segmentação: no caso das democracias liberais contemporâneas, o autor entende que a participação dos sujeitos é desigual. Considerando nosso trabalho como inserido no campo da História Cultural, as formulações de Roger Chartier acerca de representações e apropriação também serão mobilizadas. Tomamos como definição de tal conceito os discursos presentes nas formas de expressão individuais e coletivas, a partir dos quais é possível compreender o funcionamento e uma sociedade e definir as operações intelectuais que permitem a apreensão do mundo. Consideramos, ainda, que, como ressalta Chartier, as representações são uma ferramenta primordial mobilizada pelos indivíduos e grupos sociais para atribuição de sentido ao mundo, sendo, portanto, indispensáveis para nossa pesquisa. Aliado às formulações de Chartier, o conceito de imaginário para Cornelius Castoriadis também será mobilizado em nossa pesquisa. As considerações do autor partem do princípio de que o imaginário é a capacidade humana de criar significações que não derivam diretamente da realidade empírica ou da lógica racional. Tais significações são instrumentos simbólicos da vida social e cultural, por meio das quais os grupos sociais dão sentido à sua própria existência. A partir do exposto, tomamos como hipótese central a ideia de que as representações elaboradas em *A Revolta de Atlas* corroboram para uma defesa do status-quo do capitalismo liberal e, ainda, fornecem um imaginário político e emocional propício para a radicalização dos indivíduos.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

Autoridade, Gênero e Representações no Mundo Antigo e Medieval

Coordenação: Lorena Lopes (UFRJ)

Luisa Monteiro (UFRJ)

Amanda de Carvalho Santos Lima (UFRJ)

Resumo: Este simpósio reúne pesquisas que exploram as múltiplas dimensões da autoridade política, social e simbólica a partir das experiências de figuras históricas e discursos culturais nas sociedades antigas e medievais. A partir de abordagens que articulam questões de gênero, poder e representação, os trabalhos discutem as estratégias e os limites da agência feminina em contextos imperiais, monárquicos e religiosos, bem como interpretações médicas e filosóficas sobre o desejo. Os trabalhos também abordam os mecanismos de inclusão e exclusão cívica na Atenas clássica, os usos da performance nas práticas epistolares papais, e o papel das relações financeiras na dinâmica social do Mediterrâneo antigo. Dessa forma, o simpósio pode ser um espaço de discussão a quem se interessa por refletir sobre como as imagens de autoridade e alteridade foram construídas e tensionadas no mundo antigo e medieval.

O maldito prazer: o enquadramento do desejo como patologia no discurso médico de Célio Aureliano (sec. V d.C.)

Luisa Amado Monteiro

Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ)

Para Jacques Le Goff, a doença pertenceria não apenas à “história superficial dos progressos científicos e tecnológicos, como também dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades” (1985, p. 8). Semelhante concepção foi preconizada por Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, ao afirmarem que a doença, na qualidade de um elemento de organização e desorganização social, torna visíveis as articulações essenciais dos grupos sociais, sobretudo os jogos de força e as tensões que os transpassam. Desse modo, a doença seria o “lugar privilegiado” de onde melhor se observaria a significação dada aos mecanismos de poder, às práticas religiosas e, em maior grau, à imagem que uma sociedade teria de si mesma (1976, p.144). Meio século nos separa deste pioneiro e notável convite à realização de uma História das Doenças que considerasse o “acontecimento mórbido” como parte de um contexto sociocultural e ideológico mais amplo. Embora reconheçamos esta perspectiva como um incontornável ponto de partida para as pesquisas a serem desenvolvidas no âmbito da História das Doenças, defendemos a necessidade de associá-lo aos recentes debates suscitados pelos Estudos de Gênero. Isso porque entendemos a doença como uma ocasião, por excelência, de observação das práticas e saberes envolvendo a regulação comportamental e o estabelecimento preciso da diferença sexual. À vista disso, a presente comunicação objetiva analisar o discurso médico nosológico

preconizado pelo autor bizantino Célio Aureliano acerca das patologias sexuais que poderiam acometer homens e mulheres. Para tanto, nos debruçaremos sobre as seções dedicadas ao homem efeminado, às satíriases e ao clitóris com tamanho excessivo presentes nos tratados médicos *De Morbis Acutis et Chronicis* (Sobre as Doenças Agudas e Crônicas) e *Gynaecia* (Ginecologia), ambos datados do século V d.C.

Exílios trágicos: imaginário social e alteridade cívica na Atenas do século V a.C

Bruno Amaral Oliveira

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho inspira-se na temática das crises migratórias tão potentes no cenário contemporâneo e, consequentemente, tema sensível às discussões políticas e aos debates escolares. Decidiu-se analisar como tais dinâmicas se davam na Antiguidade Clássica pelo estudo de peças teatrais trágicas. É possível encontrar o espaço dado ao “não-cidadão” na Atenas Clássica em tais expressões culturais? Como essa pessoa era retratada? Quem era? A escolha por tal objeto de pesquisa também se dá pelo fato de que a democracia ateniense é um dos principais modelos de organização social e política sobre o qual a maioria da sociedade contemporânea ocidental baseou-se. Portanto, apesar da pesquisa concentrar-se em compreender as dinâmicas culturais e de identidade cidadã (e, consequentemente, “não-cidadã”) de Atenas no final do século V a.C., também será possível estabelecer diálogos com a contemporaneidade. Tal conexão, a princípio, pode parecer inusitada e mesmo perigosamente anacrônica, mas não é a intenção deste trabalho criar paralelos diretos ou comparações entre a sociedade contemporânea e a Atenas Clássica, tampouco sugerir uma continuidade ou reprise de suas problemáticas. Apenas busca-se situar como fonte da inspiração uma questão do presente, que impulsiona e inspira esta pesquisa sobre o passado, porém sem moldá-lo às expectativas e pressupostos. O referencial teórico articula autores da história cultural e da antropologia histórica da Grécia antiga, com destaque para Jean-Pierre Vernant, Nicole Loraux e Bronislaw Baczko, destacando-se o uso do conceito de imaginário social, entendido como o conjunto de representações simbólicas que tornam pensável e legítima a ordem social, sendo a tragédia um de seus espaços privilegiados de formulação e debate. A partir da análise da peça trágica do Século V a.C. *Édipo em Colono* e sua comparação com apontamentos e estudos de outras obras, discute-se os conceitos de migração forçada, asilo, exílio, refúgio e súplica na Antiguidade Clássica. Dessa maneira, atenta-se às principais semelhanças ritualísticas e “procedimentais” no recebimento e na realização da súplica. Tais congruências permitem não só definir o “processos” comuns à instituição de asilo e o valor da hospitalidade na Atenas Clássica, como também perceber suas diferenças. Assim, percebe-se que cada experiência de refúgio é “única”, pois a identidade do “expatriado” não se limitará à sua condição de exilado. Sob essa ótica, busca-se discutir como a experiência do exílio atravessa as personagens, com uma especial atenção às mulheres, nas tragédias selecionadas, além das condições e a visão dos atenienses acerca dos exilados, as congruências e as diferenças das experiências de exílio de acordo com as identidades e circunstâncias destes “não-cidadãos”. Apesar deste cuidado com o

anacronismo, salienta-se que, como na Atenas Clássica, o potencial pedagógico e reflexivo da narrativa se mantém: a peça pode ser usada como alegoria e ser associada às crises migratórias contemporâneas, bem como as discussões sobre pertencimento, identidade e cidadania. Como Édipo, os refugiados modernos são frequentemente vistos como estranhos e são recebidos com suspeita e medo pelas comunidades que procuram se juntar. A peça explora temas de culpa, punição e sofrimento, que também são relevantes para as experiências de refugiados e solicitantes de refúgio que frequentemente buscam escapar de guerras, perseguição, sofrimento, pela sua própria sobrevivência ou outros eventos traumáticos. Portanto, tanto na peça quanto nas crises migratórias modernas, ao que pese as diferentes causas e motivações e contextos para não cometer anacronismos, talvez seja possível perceber como a problemática da migração forçada intensifica-se e transforma-se, porém mantém-se a questão de quem tem o direito de pertencer a uma comunidade e a responsabilidade desta comunidade em fornecer-lhes refúgio.

Comentários iniciais sobre a função social das relações financeiras no Mediterrâneo Antigo (Séc. V-I AEC)

Ian Cartaxo

Programa de Pós-Graduação em História Social (USP)

A presente comunicação possui como tema as transformações da função social do endividamento no período que construiu e consolidou a dominação das elites romanas no Mediterrâneo Antigo, entre os séculos V e I AEC. Uma vez que ainda estamos em fase inicial do desenvolvimento de nossa pesquisa no doutorado, nosso propósito será o de tecer comentários iniciais sobre os impactos das dívidas — enquanto um conceito social — para a conformação e consolidação dos grupos sociais dominantes de Roma, tanto na formação social romana quanto no Mediterrâneo Antigo. Por consequência, faremos observações sobre a composição de uma possível “rede mediterrânica” — a qual fazia uso de uma “cultura de endividamento” — e que construiu, a partir da interação de diversos grupos sociais, o fortalecimento e consolidação da política imperialista das elites romanas.

Negociando a autoridade e a performance maternal: A experiência da maternidade para a rainha Joana I de Nápoles nas cartas papais (1343-1378)

Joseane Passos Ferreira

Programa de Pós Graduação em História (UFRRJ)

Em um estudo de queenship, a maternidade se apresenta como um dos artifícios fundamentais mobilizados pelas rainhas no medievo para alcançarem validação social, ampliando seu poder e agenciamento. A principal obrigação de uma rainha, independente de sua titularidade, é reproduzir, dando continuidade à dinastia. Além da responsabilidade biológica e dos riscos do parto, ela deve participar ativamente da educação dos futuros herdeiros, exercendo a

maternagem, ao cuidar de forma nutritiva, afetiva e disciplinar dos filhos. Entendemos a maternidade, portanto, como um espaço complexo, instável e dinâmico para construção do poder régio feminino. E que “ser mãe” é uma performance culturalmente construída e constantemente negociada, inclusive, indo além do caráter meramente biológico. Diante disso, damos destaque à figura de Joana I de Nápoles (1326-1382), que por trinta e oito anos governou o reino napolitano enquanto vassala do papado romano. A sujeição da soberana à instituição político-religiosa da Igreja impactou diretamente em esferas da sua vida, como em sua maternidade. Através da análise do conjunto epistolográfico papal, sabemos que Joana engravidou algumas vezes durante seu reinado, no entanto, todos os seus herdeiros faleceram ainda na infância. Esta comunicação visa introduzir uma reflexão acerca das cartas papais endereçadas à soberana napolitana que evidenciam a prática da maternagem com suas sobrinhas, Joana e Margareth. Revelando dinâmicas e conflitos de poder entre a rainha e o papado em prol do cuidado político, financeiro e dinástico que a rainha napolitana teve com as jovens. Assim, as ações da soberana Joana perante o papado demonstram que existem múltiplas possibilidades de construir autoridade, performar e vivenciar a maternidade através do cuidado familiar para uma rainha no medievo.

Um estudo sobre a autoridade feminina na Antiguidade Tardia: o caso da imperatriz Élia Eudóxia (395-404) e a expansão do cristianismo niceno em Gaza

Amanda de Carvalho Santos Lima
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

No contexto da consolidação e institucionalização do cristianismo no Império Romano, na passagem do século IV para o V, a imperatriz romana do Oriente, Élia Eudóxia (395-404) foi uma figura de fundamental importância para a propagação do cristianismo niceno. No entanto, a religião se impôs a um ritmo desigual nas diversas regiões do Império, sendo a cidade de Gaza um exemplo de região que permaneceu com uma maioria não cristã mesmo no fim do século IV, após o Editto de Tessalônica, que reconheceu o cristianismo como religião oficial do Império Romano. Após a nomeação do bispo Porfírio (395-420), porém, houve uma aproximação com a corte imperial afim de obter apoio e patrocínio para a cristianização da cidade. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar como a aproximação do bispo Porfírio com a corte imperial, principalmente com a imperatriz Eudóxia, mais envolvida nas questões eclesiásticas, levou à construção de uma igreja no centro da cidade de Gaza. A imperatriz financiou a construção, que recebeu o seu nome ao ser finalizada: Igreja Eudoxiana. Tal construção foi de grande importância para a propagação do cristianismo na região. O corpus documental selecionado é a *Vita Porphyrii*, escrita por Marcos, o Diácono, discípulo de Porfírio e alegada testemunha ocular, que relata a luta do bispo de Gaza contra o paganismo e fornece, pela primeira vez, informações sobre a construção da Igreja Eudoxiana em Gaza. O documento narra os confrontos entre cristãos e pagãos na região na virada dos séculos IV e V e é amplamente utilizado como fonte histórica sobre a cristianização da Palestina e o funcionamento da corte imperial.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15

Estudos sobre África e Oriente Médio

Coordenação: Murilo Meihy (UFRJ)

Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção (UFRJ)

Resumo: O simpósio Estudos sobre África e Oriente Médio propõe um espaço interdisciplinar de debate sobre as múltiplas dimensões históricas, políticas, culturais e sociais dessas regiões, articulando diferentes escalas de análise e perspectivas críticas. Partindo de questões como colonialismo e pós-colonialismo, disputas geopolíticas e econômicas, transformações no campo cultural e artístico, bem como relações entre memória, identidade e resistência, buscamos reunir pesquisas que ampliem e complexifiquem a compreensão sobre esses contextos. Interessa-nos discutir desde processos históricos de reconfiguração e disputas geopolíticas, passando por experiências de resistência, até a análise de representações midiáticas, práticas culturais e intercâmbios transnacionais. Ao propor esse encontro, convidamos trabalhos que, a partir de abordagens teóricas e metodológicas diversas, explorem as conexões históricas e contemporâneas entre África e Oriente Médio, problematizando suas inserções no sistema internacional, suas dinâmicas internas e seus diálogos com outras partes do mundo.

O X marca o petróleo: geografia imaginada do Oriente Médio (1956-1958)

Matheus Paranhos Giolo Mezadri

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Em 1956, diante da estatização do Canal de Suez e do crescente sentimento anti-ocidental no Oriente Médio, um problema surgia com o novo posicionamento dos Estados Unidos na região. Mesmo não sendo diretamente dependentes do petróleo da região, o crescente nacionalismo árabe e o constante desgaste com esses países, por conta do apoio a Israel, colocavam em risco o abastecimento de toda a Europa Ocidental. A fragilidade das ex-potências coloniais e a aproximação do Egito com a União Soviética também se tornaram pontos a serem levados em consideração. Em resposta, a doutrina Eisenhower, em 1957, permitiu intervenções diretas dos Estados Unidos na região. Por outro lado, a imprensa já havia desenhado a região para seus leitores — dados demográficos, reservas de recursos e bases militares —, trazendo generalizações e quantificando as sociedades do Oriente Médio. Nesse esforço, o recorte da geografia da região para o público estadunidense foi confeccionado apoiado em uma certa ótica do Oriente Médio. Os mapas, dados e gráficos não somente agiam com uma interpretação jornalística, na tentativa de tornar cognoscível essa região, mas criavam uma realidade do que seria a região para seu interlocutor.

A crise da forma estatal no Oriente Médio: historicidade e crítica política a partir do pensamento curdo

Paulo Cesar Machado Farias Junior
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Ao examinar a crise da forma estatal no Oriente Médio, esta comunicação propõe analisar as disputas históricas do povo curdo por autodeterminação como parte de um problema estrutural amplo, legado do período pós-colonial. Tal crise está enraizada na reconfiguração territorial imposta pelas potências coloniais após a Primeira Guerra Mundial, particularmente por meio dos tratados de Sykes-Picot (1916) e de Sèvres (1920), que fragmentaram o espaço otomano segundo interesses externos e desconsideraram as dinâmicas sociopolíticas locais. Esse arranjo inaugurou um modelo estatal baseado na tutela imperialista, que fragilizou ainda mais a coesão das populações locais. O que perpetuou, sob a lógica da colonialidade do poder, um modelo político baseado na centralização autoritária, na homogeneização das identidades e na negação das pluralidades étnicas e culturais, cuja consequência direta foi a produção de Estados frágeis, marcados por disputas internas e por uma soberania precária. A questão curda, nesse contexto, evidencia o impasse da forma estatal moderna na região: ao mesmo tempo em que os curdos foram frequentemente instrumentalizados por projetos de poder nacionalistas e por estratégias geopolíticas internacionais, tiveram sua própria aspiração por autodeterminação sistematicamente suprimida. A partir dessa análise, o pensamento político curdo contemporâneo, particularmente a formulação do Confederalismo Democrático, pode ser compreendido não apenas como uma resposta estratégica local, mas como uma matriz crítica de alcance mais amplo, que questiona os fundamentos da soberania estatal moderna e propõe formas alternativas de organização política baseadas na democracia direta, no pluralismo e na autonomia local.

Perspectivas subalternas da Crise de Suez (1956-1957) como alternativa historiográfica em diálogo com a obra Notas sobre Gaza, de Joe Sacco.

Vandercleo Costa Corrêa Junior
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Em 1956, o Oriente Médio foi abalado pela Crise de Suez, um curto conflito entre o Egito e uma coalizão formada por Israel, França e Inglaterra. Ao abordar esse acontecimento, a historiografia e a imprensa tradicionais costumam privilegiar o papel dos Estados e suas lideranças ou o impacto da guerra na geopolítica local. Nesse contexto, fica em segundo plano a ocupação da Faixa de Gaza, na época administrada pelo governo egípcio, pelas Forças de Defesa de Israel, que durou até março de 1957. Durante o período em questão, foram cometidos dois brutais massacres pelo exército sionista nas cidades palestinas de Khan Younis e Rafah, deixando centenas de mortos. Em 2009, o jornalista Joe Sacco publicou a obra Notas sobre Gaza, caracterizada pelo uso da linguagem das histórias em quadrinhos para a construção de uma narrativa sobre as referidas violências com base em testemunhos de

palestinos sobreviventes e habitantes das cidades atacadas na época. A partir de um diálogo com esse material, a pesquisa busca entender as perspectivas consideradas subalternas – isto é, dos palestinos – sobre a Crise de Suez, argumentando que, para esses sujeitos, a situação é vista como parte de um ciclo contínuo de violência perpetrado por Israel como parte de seu projeto colonial que tem como objetivo a ocupação de todo o território da Palestina e a limpeza étnica de seu povo nativo. Em primeiro lugar, serão analisadas obras historiográficas que abordam a Crise de Suez, a fim de mapear os elementos principais das visões tradicionais e hegemônicas sobre a guerra. Em seguida, será discutido de que forma as histórias em quadrinhos podem ser usadas como uma fonte histórica, destacando os precursores, influências e especificidades da obra de Joe Sacco, além de sua relação com os campos da história e do jornalismo e com a Questão Palestina. Por fim, com base nas considerações de Chute (2016) sobre os trabalhos de Sacco como documentação visual de situações traumáticas envolvendo conflitos, serão explorados fragmentos de Notas sobre Gaza, com o objetivo de entender a especificidade da perspectiva palestina sobre a Crise à luz da discussão promovida por Spivak (2010) sobre a enunciação subalterna.

No festival da liberdade, recuso minha própria liberdade: movimento refusenik israelense (1980)

Ana Caroline Paiva Lourenço
Programa de Pós-Graduação em História (UFF)

Esta pesquisa explora o heroísmo, a memória e o sacrifício no contexto do movimento Yesh Gvul, fundado em 1982 durante a Primeira Guerra do Líbano. O foco recai sobre as motivações que levaram soldados das Forças de Defesa de Israel (FDI), particularmente do Exército Israelense, a aderirem à recusa voluntária ao serviço militar obrigatório e as consequências desse ato, especialmente entre os reservistas alocados na Cisjordânia no período de 1982 a 1992. Como fontes principais, destacam-se as cartas escritas por esses soldados ao se declararem Refuseniks — termo ressignificado pelos militares israelenses a partir de sua origem na antiga URSS, significando "aquele que se recusa". Essas cartas, muitas delas compiladas por Peretz Kidron no livro Refusenik – os rebeldes do Exército Israelense, oferecem um testemunho direto das escolhas individuais desses soldados, que preferiram enfrentar a prisão militar e o estigma social a obedecer às ordens consideradas moralmente inaceitáveis. A pesquisa questiona: o que leva esses soldados a desafiar o militarismo israelense, uma instituição profundamente enraizada na identidade nacional, e a sacrificarem suas liberdades pessoais em nome de suas convicções? Para responder, examina-se a construção histórica das FDI, marcada por guerras e por um ethos de sacrifício pelo Estado de Israel. Além disso, a investigação dá atenção ao papel coletivo dos movimentos Yesh Gvul e Peace Now, pioneiros na recusa espontânea e sustentados por uma ética de desobediência civil. No período de 1982 a 1992, a pesquisa também analisou as transformações no perfil do soldado israelense, tanto ativo quanto reservista, considerando aspectos como nível de instrução, classe social e impacto dessas mudanças na sociedade israelense. Nesse contexto, conceitos como violência, desobediência civil e resistência são

fundamentais para compreender as tensões entre o micro e o macro: os testemunhos pessoais dos soldados oferecem um olhar interno sobre o conflito israelense-palestino e as formas de resistência surgidas nesse cenário. A versão incorpora os elementos de heroísmo, memória, sacrifício, a relevância do soldado reservista, o testemunho e a importância dos movimentos Yesh Gvul e Peace Now.

A OTAN na Líbia: Guerra Imperialista e os Interesses do Capital Ocidental

Anna Beatriz Cardoso Teixeira
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A intervenção militar da OTAN na Líbia, em 2011, foi oficialmente legitimada pelo discurso da proteção de civis sob acusações de massacres cometidos pelo governo de Muammar Kadafi durante os levantes da Primavera Árabe. Análises aprofundadas apontam que os verdadeiros motivadores da ofensiva estavam relacionados à proteção e promoção dos interesses econômicos e geoestratégicos das potências ocidentais. França, Reino Unido e Estados Unidos protagonizaram a intervenção, oferecendo suporte bélico, logístico e de inteligência às forças rebeldes com o objetivo de desestabilizar e depor o regime líbio. O resultado imediato foi a violenta deposição e execução de Kadafi, seguida pela desintegração das estruturas estatais e o mergulho do país em um cenário prolongado de instabilidade, guerra civil e fragmentação territorial. A desintegração da Líbia deve ser compreendida como expressão concreta do imperialismo contemporâneo, no qual a guerra opera como mecanismo de acumulação por espoliação. Longe de um colapso acidental, a fragmentação do Estado líbio serviu aos interesses do capital financeiro internacional, que, sob a tutela das potências centrais, instrumentalizou a intervenção militar como meio de expropriação de recursos estratégicos e reconfiguração de esferas de influência. A OTAN, nesse contexto, atua como braço armado do capital, legitimando a destruição de formações estatais periféricas em nome da reprodução ampliada do sistema capitalista global. Para uma compreensão mais aprofundada, os e-mails vazados pelo WikiLeaks constituem uma fonte fundamental de análise. Esses documentos diplomáticos revelam aspectos ocultos da intervenção na Líbia, oferecendo subsídios empíricos que contrariam o discurso oficial pautado na proteção de civis. Por meio deles, é possível identificar indícios claros de que os reais objetivos da ação militar estavam centrados na expansão da presença econômica de empresas ocidentais e na consolidação da influência política das potências ocidentais sobre o Norte da África.

Essa é a mistura do Brasil com o Egito: dança do ventre no Cairo e no Brasil

Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Atualmente, a chamada “dança do ventre” também conhecida como “dança oriental” (ou raqs sharqi em árabe) possui uma grande comunidade de praticantes e profissionais espalhadas por

todo o mundo. Isto acaba produzindo um mercado global de aulas, oficinas, festivais, competições e performances relacionadas à dança. Nesse sentido, o Egito atrai dançarinas(os) amadoras(es) e profissionais de diferentes regiões que anseiam pelo contato com o que é considerado o berço cultural de sua prática. Entretanto, embora dançarinas(os) e turistas estrangeiras(os) idealizem a dança egípcia como uma “prática antiga e sagrada”, os sentimentos locais sobre ela estão repletos de ambiguidades e contradições. No Egito, embora muito popular, a dança do ventre profissional é comumente vista como um entretenimento vulgar, inadequado para as mulheres e inaceitável para os homens. A presente proposta visa discutir essas ambiguidades e complexidades, expondo e analisando as diferentes perspectivas que são negociadas na comunidade brasileira de dança do ventre e sua relação com a indústria egípcia de entretenimento. Ela se baseia na observação participante do envolvimento de um grupo de dançarinas brasileiras e turistas em um festival de dança do ventre no Cairo em 2019 e de meu envolvimento pessoal na comunidade de dança do ventre no Brasil como praticante (desde 2005) e como profissional (desde 2015). Considerando uma relação Sul-Sul, a análise leva em conta a política de negociação entre dançarinas(os), empresárias(os) e consumidoras(es) de dança no Egito e no Brasil e como os papéis de gênero, religião, etnia, raça e questões de classe e nacionalidade operam para criar barreiras e estereótipos, mas também nichos e possibilidades de ação nos diferentes mercados de dança.

Imprensa, cinema e sociedade: uma leitura da primeira edição da revista egípcia al-Kawākib (1932)

Rafane da Silva Nunes

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

A comunicação tem por objetivo identificar a importância das revistas de variedades na década de 1930 no Egito, por meio da análise da revista al-Kawākib. O recorte temático faz parte do projeto de pesquisa "As estrelas do Egito: como a mídia egípcia elevou dançarinas ao status de “celebridades”, aprovado no Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, em 2025. Em primeiro momento, destacamos que a imprensa árabe surgiu ainda na segunda metade do século XIX, tendo Cairo como um dos principais centros editoriais. Com o investimento na educação e a ascensão de uma burguesia egípcia, uma nova classe de leitores passou a consumir e se expressar por meio da imprensa. No entanto, foi apenas na década de 1920 que um cenário de transformação política e social permitiu novas discussões por meio da imprensa. Nesse contexto, o nascimento da revista ilustrada ofereceu um amplo campo temático, permitindo a circulação de novos gostos e valores. Paralelamente, o campo artístico passava por um processo de renovação com a valorização da língua árabe e de produções nacionais no teatro e no cinema. Portanto, a comunicação propõe a análise da primeira edição da revista al-Kawākib, um semanário focado no mundo do cinema e das celebridades que surgiu na década de 1930. Com essa análise, destacamos a importância da revista na afirmação de uma identidade nacional egípcia, sobretudo a partir da década de 1920, ao valorizar e estimular o interesse pelas produções cinematográficas nacionais.

Notas introdutórias sobre a noção de branquitude

Bernardo Moraes Ferreira Reis
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os desenvolvimentos preliminares de uma experimentação teórico-empírica com a noção de branquitude. Essa experimentação é resultado de um desconforto enfrentado no contexto da pesquisa que deu origem a minha dissertação, defendida em 2024 e intitulada “Intelectuais em Movimento: disputas, engajamentos e sentidos políticos em torno da produção de conhecimento no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (1973 - 1983)”. Nessa pesquisa pude analisar as redes articuladas em torno do interesse político-diplomático-comercial pelo continente africano e delimitar um processo de construção de identidade no qual práticas culturais associadas à "herança africana" foram desracializadas a partir de sua apropriação na construção de uma noção de brasilidade, o que identifiquei como particularidade da branquitude brasileira. Os desenvolvimentos dessa interpretação foram produzidos a partir da percepção de que as experiências analisadas não poderiam ser generalizadas como branquitude brasileira. Essa constatação me levou a um levantamento bibliográfico sobre as formas de nomear e entender os brancos em contextos não-ocidentais, bem como à tentativa de operacionalizar a noção de branquitude a partir de um olhar pras relações e interações nas quais as branquitudes são negociadas e atualizadas no movimento de situações sociais concretas. Revisito, portanto, um par de cenas histórico-etnográficas analisadas na dissertação para iniciar um exercício de operacionalização da noção de branquitudes enquanto projetos existenciais situados.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

História e Cinema

Coordenação: Carlos Eduardo Pinto de Pinto (UERJ)
Dora Vaz (UFRJ)

Resumo: O simpósio História e Cinema propõe um espaço de diálogo entre a produção cinematográfica e a reflexão histórica, explorando o cinema como campo de disputa política, expressão cultural e instrumento de construção de memórias e identidades. Partindo de abordagens que contemplam diferentes contextos nacionais e temporais, buscamos reunir pesquisas que examinem o cinema como meio de propaganda e resistência, como forma de crítica social, seu papel na formulação de imaginários e como lugar de afirmação de vozes historicamente marginalizadas. Interessa-nos discutir desde a análise de narrativas cinematográficas ligadas a regimes autoritários até a crítica de cinema como prática intelectual. Ao propor este encontro, convidamos trabalhos que, a partir de múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas, debatam as relações entre cinema, história e sociedade.

Violência, fascismo e cinema: uma análise do filme *Velha Guarda* (1934)

Pedro Dideco Antunes Guettner
História Comparada - UFRJ

A violência é um elemento fundamental para ideologia fascista. A própria ascensão dos fascistas na Itália se deu por meio de um processo violento, a Marcha sobre Roma. Para esse evento os militantes fascistas marcharam pelas ruas de Roma cometendo atos de vandalismo para pressionar o Rei Vitor Emanuel III a nomear Mussolini Primeiro Ministro e assim foi feito. A violência fascista, entretanto, é anterior a marcha, sendo muito comum historiadores usarem o termo Guerra Civil para se referir aos conflitos entre fascistas e socialistas durante os anos de 1920-1922. O cinema, por sua vez, foi uma importante ferramenta de propaganda do regime, sendo utilizada para exaltar a ideologia do governo. O filme *Velha Guarda*, especificamente, busca exaltar a violência fascista e os “mártires” do regime — representando justamente esses conflitos entre fascistas e socialista antes da Marcha sobre Roma. Nesse sentido, esse trabalho busca analisar o “culto” a violência fascista, através do filme *Velha Guarda*.

Crítica de cinema, arte e política cultural: um estudo a partir da coluna de Décio Vieira Ottoni no *Diário Carioca* (1949-1954)

Isabella Costa Janson Ney
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

Esta comunicação tem como objetivo refletir sobre a crítica de cinema no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1950. Busca-se examinar o lugar ocupado pela crítica cinematográfica, na imprensa, para a afirmação do discurso em defesa do cinema como arte no país. A partir desse discurso, pretende-se investigar também a maneira como a política governamental direcionada à produção cinematográfica nacional foi tratada nos textos da crítica de cinema, uma vez que essas colunas configuraram importantes espaços para o debate público em torno do tema. Para isso, foi selecionada a coluna de Décio Vieira Ottoni, importante crítico de cinema e figura pouco explorada pela historiografia, escrita entre os anos de 1949 e 1954, no jornal "Diário Carioca". Parte-se da ideia de que coube à imprensa, através de suas seções culturais, o papel de difusora do discurso em defesa do cinema como legítima expressão artística, tornando-se possível sua elevação a objeto passível de avaliação crítica e desfrute estético. Diferente de países como os Estados Unidos e a França, onde foram bem sucedidas diferentes revistas especializadas, foi na grande imprensa brasileira que tal discurso ganhou força, gerando um tensionamento entre os ensaios reflexivos e a demanda por textos mais enxutos voltados à orientação de consumo. Além disso, também busco tratar a ideia de que a crítica de cinema, enquanto uma das esferas dentro do campo cinematográfico, não deve ser reduzida apenas à escrita de comentários avaliativos sobre os filmes. A partir da análise das fontes, percebe-se que as colunas da crítica aliaram a avaliação dos filmes com discussões variadas sobre a conjuntura do cinema nacional, sobretudo em relação às leis de reserva de mercado, visando uma maior projeção dos críticos como vozes relevantes no meio cinematográfico. Em síntese, esta comunicação busca apresentar as reflexões iniciais da minha pesquisa de mestrado, que visa contribuir na ampliação dos estudos sobre a história da crítica de cinema no país.

Cinema e Política: construções identitárias no cinema cubano dos anos 70

Leonam Quitéria Gomes Monteiro
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

A política cultural ganhou novos contornos quando da realização do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, em 1971. O cinema, na figura do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficas – ICAIC, foi estimulado a realizar uma “produção de filmes e documentários de caráter histórico, como maneira de ligar o presente ao passado”, esse período de maior intervenção na cultura ficou conhecido como Quinquenio Gris (1971-1976). O objetivo central deste trabalho é analisar como os intelectuais/diretores produziram reflexões identitárias e críticas acerca dos rumos da revolução, a partir de seus discursos cinematográficos. De forma a compreender quais imagens/temas os filmes produziram, como os discursos filmicos foram articulados com as discussões do seu mundo de produção, além de quais identidades estavam em disputas sobre o projeto de sociedade, mobilizamos as principais fontes: Una pelea cubana contra los demonios (1971, Tomás Gutiérrez Alea); Un día de noviembre (1972, Humberto Solás); El otro Francisco (1974, Sergio Giral); De cierta manera (1974, Sara Gómez) e La última cena (1976, Tomás Gutiérrez Alea).

A inserção de produções audiovisuais indígenas em festivais de cinema no Brasil: trajetórias, resistências e visibilidade

Mariana Madruga Bianchini

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Este trabalho refere-se a algumas análises expostas na dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ), intitulada “Contribuições do Cinema para uma perspectiva Indígena da História: Uma Autoimagem Contracolonial”, orientada pelo Prof. Dr. Claudio Costa Pinheiro. O objetivo dessa exposição consiste em apresentar investigações realizadas em alguns catálogos de festivais, dedicados ou não, às produções audiovisuais indígenas. A pesquisa realizou um mapeamento dos cineastas indígenas atuantes no Brasil, quais os principais festivais por onde essas produções circulam, bem como, a participação indígena nos diversos segmentos da cadeia produtiva do audiovisual nacional. O trabalho destaca o 1º Festival de Cinema e Cultura Indígena (FeCCI), reconhecido como o maior festival focado na temática dos cinemas indígenas no Brasil. Também realiza um levantamento da participação dessas produções em outros festivais, como o festival É Tudo Verdade - Festival Internacional de Documentários e o forumdoc.bh – Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte. O Cinema Indígena aparece como contraponto às visualidades coloniais, nas quais a arte entra em diálogo com a História e também com o passado, onde organizações indígenas utilizam o audiovisual como meio de fortalecer as suas identidades, resistir às violências impostas e reivindicar por seus territórios ancestrais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

Estudos em História do Brasil Oitocentista

Coordenação: Gabriel Aladrén (UFRJ)

Thompson Alves (UFRRJ)

Resumo: O conjunto de comunicações reunidas sob o título “Estudos em História do Brasil Oitocentista” evidencia a diversidade de abordagens sobre o século XIX, contemplando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Os trabalhos investigam desde práticas creditícias e hierarquias sociais em Porto Feliz até representações de mulheres indígenas nos relatos de viajantes, passando pela rede política de Caxias e as trajetórias de médicos e advogados negros, além do percurso de um rico comerciante no Rio de Janeiro.

O Crédito e a Palavra: as características creditícias de Porto Feliz (São Paulo, 1800-1850)

Caio de Mattos Carvalho

Programa de Pós-Graduação em História (UNIRIO)

O presente trabalho analisa as práticas creditícias na vila de Porto Feliz, São Paulo, de inícios do século XIX, baseado em autos cíveis chamados de Juramento D'alma e Assinação de 10 dias na vila de Porto Feliz. A dinâmica das práticas econômicas calcada em acordos verbais revela a estreita ligação entre a mentalidade católica e o crédito, pois a palavra era garantia do negócio. Voltadas para a resolução de pequenos conflitos em que o réu devia “jurar pela sua alma” se sua dívida era válida ou não, as Ações d'Alma serviram como mecanismo legal e como constrangimento moral para a resolução de acordos verbais não cumpridos. Em caso de não cumprimento do pagamento da dívida contraída, o devedor era chamado a juízo para jurar por sua alma que era devedor e que pagaria a dívida. Assim, o crédito na América portuguesa e no Império do Brasil ia além de um viés meramente econômico, principalmente o crédito cotidiano de âmbito local, em que a confiança estabelecida entre o credor e o devedor era imprescindível para a dinâmica creditícia local. Ancorado nos laços sociais gerados pelo crédito, tal dinâmica permite analisar as hierarquias e distinções sociais entre credores e devedores, as estratégias de mobilidade social a partir do crédito e o diálogo entre as jurisdições locais de Porto Feliz (as próprias ações d'alma) e a jurisdição então vigente, leia-se, as Ordenações Philipinas.

De Brava a Cabocla: Representações de mulheres indígenas do Rio de Janeiro nos relatos de viajantes (Séc. XIX)

A historiografia sobre os povos indígenas do Brasil passou por uma franca expansão em décadas recentes, ganhando, desde os anos 1980, estudos clássicos de peso. Especialmente após a lei nº 11.645, que exige o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira, as pesquisas desse campo têm se mostrado cada vez mais presentes, enriquecendo a área da chamada Nova História Indígena. Contudo, trata-se ainda de um universo pouco explorado, quando comparado a outras temáticas mais populares entre historiadores. Ainda dentro do leque da história dos povos originários, naturalmente existem tópicos priorizados pelos pesquisadores, relegando outros assuntos ao segundo plano. Certamente é o caso das publicações relacionadas às mulheres indígenas. Se o campo da história das mulheres brancas já é antigo e reconhecido e a história das mulheres negras conquistou importante espaço em anos recentes, o lugar oferecido às indígenas na historiografia (quando existe) está muito aquém daquele que lhes é devido. Essas lacunas na produção historiográfica derivam de razões teóricas mas, em grande parte, também dos silêncios das fontes coloniais que, nos poucos momentos que ressaltam as indígenas, fazem-no sob óticas muito limitadas. Dos registros mais comuns, especialmente para o recorte sudestino e oitocentista, certamente os mais favoráveis para a pesquisa em matéria de riqueza de detalhes são os relatos de viajantes. Frente a isso, a presente comunicação tem por objetivo principal a análise das representações de mulheres indígenas do Rio de Janeiro nos relatos de viajantes europeus do século XIX. O local, além de ser das regiões brasileiras melhor equipadas de fontes desse período, vive uma dualidade interessante; abrigava a capital do Império Português e, posteriormente, Brasileiro, ao mesmo tempo que tinha ainda em suas vizinhanças os Sertões, regiões de colonização pouco desenvolvida, povoadas por povos nativos em constante conflito com a sociedade envolvente. As diferentes percepções dos viajantes sobre os indígenas são palpáveis e isso inclui também as nativas. Serão trabalhadas, portanto, as visões sobre o feminino e o juízo de valor feito pelos diferentes autores sobre as mulheres indígenas, além das agências dessas nativas que podem ser depreendidas dos textos.

Na rede política do barão de Caxias: a atuação de Manoel Luís Osório nas eleições de 1845

Guilherme de Mattos Gründling
Programa de Pós-Graduação em História (UFRRJ)

Esta comunicação tem o objetivo de analisar o cenário político do Rio Grande do Sul após o fim da Revolta Farroupilha (1835-1845), marcado pela tentativa de emplacar a liderança de Luís Alves de Lima e Silva – futuro Duque de Caxias – em diversas regiões da província. Diversas celebrações públicas foram realizadas em homenagem a Caxias, aparentemente planejadas para enaltecer o “grande pacificador”, funcionando como um verdadeiro “palanque político”. Caxias havia recebido orientações do governo imperial para organizar eleições destinadas à escolha de senadores, deputados gerais e provinciais. Esse tipo de pleito

não ocorria há bastante tempo na província, pois desde 1838, deputados não eram eleitos e, em relação ao Senado, o Rio Grande do Sul não tinha representante desde 1836. O pleito eleitoral muito interessava a Caxias, que se candidatou ao cargo de senador. Para ser assertivo nas eleições, ele ativou a sua rede política, que, naquela conjuntura, contava com a liderança do tenente-coronel Manoel Luís Osório. Se Caxias era a estrela principal da rede responsável por apaziguar a elite sul-rio-grandense, era necessário confirmar a sua “popularidade” nas urnas. O tenente-coronel Osório atuou como seu “cabo eleitoral” na fronteira e, aproveitando a campanha para aumentar o seu próprio capital político, também se lançou como candidato ao cargo de deputado provincial. Através da análise de fontes diversas e do diálogo com a historiografia, procurei compreender como esses agentes atuaram politicamente, valendo-se da importância de suas patentes e funções militares durante a disputa eleitoral.

Os doutores “de cor”: as trajetórias de médicos e advogados negros do século XIX

Maria Eduarda Abreu Cavalcante

Programa de Pós-Graduação em História (UFRRJ)

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em História Social que propõe uma introdução às trajetórias de cinco médicos e advogados negros brasileiros que viveram na primeira metade do século XIX. O estudo investiga as experiências comuns desses indivíduos enquanto homens de cor inseridos em uma sociedade racialmente hierarquizada e escravista. A pesquisa utiliza como aporte teórico-metodológico a micro-história, pois, ao tomarmos como fio condutor os nomes desses doutores de cor, podemos identificar suas estratégias de sobrevivência e de ascensão social na sociedade escravista do século XIX. Estratégias essas que podem ser capturadas nos registros que eles deixaram para a posteridade — como jornais, discursos, livros, autobiografias e fotografias —, mas também nos registros produzidos por outros sobre eles: registros de casamento, batismo, óbito, testamentos e, por último, mas não menos importante, as biografias. Por meio desta pesquisa, rompemos com as narrativas que limitam a história da população negra às experiências dos escravizados entre os séculos XVI e XIX ou dos trabalhadores negros no século XX, mostrando que há outras dimensões igualmente importantes — como a experiência dos intelectuais de cor livres no século XIX. Essa experiência tem sido abordada de forma isolada, como se esses indivíduos fossem exceções à regra. No entanto, o crescente número de estudos sobre esses intelectuais demonstra que eles não eram exceção, mas parte da realidade de sua época. Portanto, é crucial analisar suas experiências em conjunto, cruzando dados de suas trajetórias para compreendê-los como uma categoria de indivíduos que lutava, de diferentes formas, pelos direitos civis e políticos da população negra.

A trajetória social e econômica de um homem rico na primeira metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro

Este trabalho propõe analisar a trajetória social e econômica de Antonio Lopes da Silva, um português que se estabeleceu no Rio de Janeiro no início do século XIX, por meio da análise de seu inventário post-mortem (1856–1872). O estudo parte do interesse pessoal da autora em reconstituir a história de seu tataravô Torquato, que foi escravo de Antonio, e evolui para um esforço de compreensão das estratégias de ascensão e estabilidade social desse homem rico na Corte. O estudo também destaca a centralidade dos laços de parentela que se estendiam para além das barreiras geográficas, no caso, entre Engenho Velho e Campo Grande, apontando para uma rede de sociabilidade articulada e ativa entre essas duas localidades.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

História do Tempo Presente e Negacionismos

Coordenação: Michel Gherman (UFRJ)

Beatriz Lemos (UFRJ)

Resumo: O Simpósio “História do Tempo Presente e Negacionismos” articula reflexões sobre ameaças contemporâneas à ciência, à memória e às artes, explorando desde a atuação de igrejas e movimentos conservadores até o testemunho de trabalhadores da saúde na pandemia. Também se destacam análises sobre o uso insurgente do arquivo na arte contemporânea e a política cultural negacionista no governo Bolsonaro. Juntos, os dois eixos mostram como a pesquisa histórica pode iluminar conexões entre passado e presente, articulando memórias, disputas políticas e processos de construção social no Brasil.

Negacionismo e os ataques à ciência

Adílio Jorge Marques

Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UERJ)

A proposta central deste projeto está em discutir, em uma pesquisa qualitativa, a práxis negacionista, destacando as suas principais influências filosóficas e consequências para a política e a filosofia. Para tal, procura-se identificar algumas das origens filosóficas e históricas do negacionismo. As perguntas norteadoras que se impõe a esta pesquisa são: Existe verdade em tempos de pós-verdade e fake news? Como o negacionismo reage à ciência? Uma das maiores ameaças atuais à civilização e à democracia pode ser a expansão assustadora dessa onda mundial que se tem testemunhado. É urgente, portanto, que a História e a Filosofia se ocupem desse fenômeno e ofereça subsídios para melhor compreendê-lo, capazes de embasar ações voltadas a combatê-lo. Este trabalho visa contribuir para o enriquecimento do conhecimento disponível sobre as implicações do negacionismo no século XXI, a partir da ascensão do autoritarismo, de forças antidemocráticas e políticas de morte. Ao avançar sobre indivíduos e instituições, a racionalidade do autoritarismo parece confundir e se sobrepor a princípios civilizatórios, tanto na vida pública quanto na social, de tal modo a subverter profundamente a democracia. Talvez uma das maiores ameaças atuais à civilização e à democracia seja a expansão mundial do negacionismo que se tem testemunhado, em especial quando se considera como oposto, ou inimigo, tudo aquilo que for considerado diferente de si mesmo. É possível que o hodierno ataque sistemático à razão são métodos adotados como parte da possível estratégia de confundir. Se essa ampla investida contra a verdade for ignorada, há o risco de o totalitarismo triunfar em alguma(s) parte(s) do planeta. Essa possibilidade, viável em sua visão, decorre da fundamentação do totalitarismo na noção

de mentira institucionalizada, que, em última instância, agride a razão e obstrui a possibilidade de liberdade de pensamento. Por outro lado, a mentira sempre existiu. No entanto, o objeto de interesse aqui é a mentira a favor de governos ditatoriais ou não. Assinala-se, assim, o início do declínio da importância do discurso racional e do papel do bom senso, culminando com o conceito de “fatos alternativos”, abordado com propriedade pela crítica literária norte-americana. Estes fatos não refletem o pensamento nietzschiano, nem de que a razão não faça mais parte da busca filosófica em seu sentido mais amplo, mas talvez enfatizem a provável desconstrução dos discursos em nossa época. Talvez um dos legados mais tristes da pós-modernidade seja o negacionismo, quando se compreende que ele faz parte de uma estratégia de dominação a partir de uma guerra declarada à ciência e à razão.

“Por que é que eu vim dar essa entrevista?”: trabalho de memória de trabalhadores da saúde do Rio de Janeiro sobre a pandemia de covid-19

Híkaro de Castro Dias Ferreira
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Esta comunicação pretende apresentar a constituição do acervo de história oral “Memórias da Pandemia: experiências de trabalhadores da saúde durante a pandemia de covid-19 no Rio de Janeiro (2020-2022)” e conclusões parciais obtidas a partir do material analisado. O testemunho de história oral permite que o historiador acesse elementos da experiência subjetiva de atores históricos, bem como de que maneira essa experiência é transformada e externalizada em uma narrativa. Nesse sentido, os testemunhos são uma fonte interessante para o vislumbre da experiência cotidiana do trabalho em saúde, com as dificuldades colocadas e as sociabilidades construídas durante este processo. Porém, entendendo os testemunhos, nos termos de Verena Alberti, como relato e resíduo da ação, nossa principal hipótese é de que a memória construída por esses sujeitos a respeito da sua experiência tende a enquadrar a pandemia enquanto um processo pedagógico e mesmo positivo, ainda que seus testemunhos sejam também marcados por relatos um tanto dramáticos sobre seu cotidiano. Propomos que esta forma de organizar a experiência é uma expressão da sensibilidade contemporânea que atribui à memória um papel pedagógico e concebe uma ética da lembrança em nome de uma possível não-repetição das tragédias.

A Igreja Presbiteriana do Brasil, neo-ortodoxia e neoconservadorismo no governo Bolsonaro

Guilherme Esteves Galvão Lopes
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)

Uma das maiores denominações evangélicas e principal expoente do calvinismo em nosso país, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) vem se destacando, nas últimas décadas, como importante catalizadora de movimentos teológicos de caráter neo-ortodoxos que, por seu viés

neoconservador, alcançaram significativa relevância no cenário político brasileiro durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Este trabalho propõe a observação destes movimentos, ligados direta ou indiretamente à IPB, através de instituições como a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), e seu impacto no processo de ocupação das estruturas de poder por seus membros e dirigentes.

“Arquivo Insurgente: Arte Contemporânea e o Enfrentamento Simbólico do Apagamento Histórico no Brasil”

Flávio Renato Morgado Ferreira da Silva
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

Este trabalho analisa como artistas contemporâneas brasileiras mobilizam o arquivo como gesto crítico e insurgente, desafiando os apagamentos históricos promovidos pelo Estado brasileiro após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Por meio das obras de Rosângela Rennó e Rosana Paulino, o autor propõe o conceito de "arquivo insurgente": um uso do arquivo que não busca restaurar verdades perdidas, mas provocar, fabular e perturbar o esquecimento institucional. A análise é sustentada por conceitos teóricos de autores como Hal Foster (impulso arquivístico), Saidiya Hartman (fabulação crítica), Dominick LaCapra (trauma histórico) e Denise Ferreira da Silva (encantamento). Rennó revela a ruína como crítica ao esquecimento burocrático, enquanto Paulino reinscreve o corpo negro feminino como contra-arquivo, rompendo com a estetização superficial do trauma. A pesquisa constrói a compreensão de que a arte, nesse contexto, atua como operador político e sensível da memória, não para comprovar fatos, mas para imaginar frestas de futuro e reconstituir a escuta histórica diante do silêncio imposto.

Projeto de destruição: o negacionismo das artes no governo Bolsonaro (2019-2022)

Ygor Pires Monteiro
Programa de Pós-Graduação em História (UERJ)

A figura de Jair Messias Bolsonaro evoca diferentes formas de negacionismo. Possivelmente, a mais lembrada é aquela dirigida à ditadura civil-militar para negar o autoritarismo do regime e justificar as violações aos direitos humanos. Além disso, ele adotou posturas negacionistas em relação à ciência no combate à pandemia do covid-19 e ao sistema eleitoral na desqualificação das urnas eleitorais. Em seu governo, houve outra política negacionista que ainda não foi estudada como se deveria: o negacionismo em relação às artes e às políticas culturais. Por isso, a presente comunicação busca examinar como Jair Bolsonaro atuou no sentido de depreciar as artes, enfraquecer as ações governamentais para a produção de obras artísticas e promover iniciativas de difamação de artistas. O trabalho leva em consideração a concepção teórica de negacionismo como negação de uma realidade factual verificável com

interesses ideológicos antidemocráticos e intolerantes. Esse princípio acompanha a mentalidade bolsonarista de atacar as artes como mecanismo de doutrinação das esquerdas, assumir uma atitude salvacionista e moralista para a cultura brasileira e adotar uma visão elitista sobre a definição do que seria arte. Para tanto, a comunicação apresenta e reflete sobre uma série de práticas do governo Bolsonaro que depreciou e reformulou o funcionamento da Lei Rouanet, legislação de fomento indireto para as obras audiovisuais através de deduções fiscais. Ela é considerada a principal responsável por gerar altos gastos públicos para financiar propagandas ideológicas das esquerdas e do PT. Nessa sequência de raciocínio, também examina-se que tipo de projeto cultural foi tentado conforme se desenvolvia outras políticas cerceadoras para a diversidade cultural do país. A apresentação é parte das discussões realizadas na minha tese de doutorado "Marighella - O filme que incendiou o Brasil", escrita entre 2022 e 2025, sobre a trajetória do filme Marighella.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

Práticas Letradas no Mundo Francófono (Séc. XVIII-XX)

Coordenação: Clarissa Mattos Farias (UFRJ)

Dhyan Ramayana (UFRJ)

Resumo: O simpósio reúne pesquisas que exploram a circulação, apropriação e ressignificação de ideias, textos e modelos culturais de origem francófona em diferentes contextos históricos. O estudo sobre o Barão d'Holbach evidencia o papel do circuito editorial clandestino na difusão de um Iluminismo radical e materialista. A análise das constituições haitianas de 1801 e 1805 discute como ideais franceses de cidadania foram apropriados e transformados no contexto pós-revolucionário. A investigação sobre o Alcazar Lyrique Fluminense revela a adaptação do modelo teatral parisiense à vida cultural carioca. Já a recepção crítica de Proust ilumina disputas conceituais entre ciência, arte e literatura no início do século XX. Por fim, a reflexão sobre Albert Memmi e Jacques Derrida aborda a construção de identidades plurais no espaço franco-magrebino, articulando colonialismo, diáspora e produção intelectual. Assim, os trabalhos convergem na análise de interações entre centro e periferia, tradição e reinvenção, no vasto campo das práticas letradas francófonas.

A filosofia radical de Barão d'Holbach: um estudo da circulação de O Sistema da Natureza (1770)

Joaquim Guilherme Camargo Mendes

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

O presente trabalho visa elaborar um panorama das formulações e inspirações filosóficas de Paul Henri Thiry (1723–1789), os autores envolvidos e as práticas editoriais clandestinas planejadas por seu círculo para garantir o maior alcance possível para seus livros. Esse grupo, sediado em Paris, tinha como protagonistas o próprio Barão d'Holbach e seu amigo Denis Diderot (1713–1784) que atraíram diversos pensadores do Iluminismo, de dentro e fora da França, notadamente entre 1750 e 1770. Assim, a pesquisa busca oferecer um quadro de análise que amplie as reflexões sobre O Sistema da Natureza (1770), o processo de desenvolvimento de uma filosofia radical, materialista e atea, mas também investigando o amplo e complexo circuito editorial paralelo. Seu principal livro figura entre os mais vendidos do século XVIII, teve grande repercussão, revelando o alcance de ideias heterodoxas entre os leitores e leitoras de diversas partes da Europa, o que nos ajuda a compreender e relacionar seus escritos com o contexto pré-revolucionário. A pesquisa é fundamentada na História Cultural de Roger Chartier e Robert Darnton a fim de analisar o Iluminismo em sua complexidade, as diversas formas de circulação de cultura material clandestina, o alcance das críticas e as dinâmicas entre escritores(as), livros e leitores(as). A perspectiva de Donald McKenzie é profícua a fim de ressaltar os aspectos da materialidade –

papel, recorte, encadernação, recursos editoriais – e pode oferecer insights sobre as condições e meios de produção dos livros. Essas principais referências contribuem para transcender visões simplistas do movimento das Luzes e identificar os mecanismos de difusão de ideias radicais em livros a partir de um comércio ilegal com a falsificação de informações e contrabando para impressão fora de Paris. Nesse sentido, Jonathan Israel também colabora para o escrutínio dos diferentes horizontes conceituais, delimitando e contextualizando os distintos correntes filosóficas de iluministas moderados e radicais em substituição às variantes nacionais. A atuação na pesquisa se dá pela leitura de bibliografia sobre o Iluminismo, os autores e o contexto social, político e econômico da França no século XVIII, consulta de documentação e base de dados digitais, e por um estudo hermenêutico dos textos de Barão d’Holbach. A partir disso, investigamos as obras produzidas no círculo de Paul Henri Thiry, seu ateísmo positivo, as influências dos precedentes libertinismo e espinosismo, conjuntamente à avaliação das edições, da circulação, do alcance, e do conteúdo radical da obra de Barão d’Holbach.

A vontade geral haitiana e as contradições políticas no Atlântico

Isabela Martins Gomes

Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ)

Nas últimas décadas, a historiografia acerca da Revolução do Haiti tem defendido o impacto do processo na história política, jurídica e econômica do mundo atlântico ao longo do século XIX. Consequentemente, tem-se afastado cada vez mais da compreensão do movimento revolucionário como apêndice dos desdobramentos da revolução ocorrida na França a partir de 1789. Neste sentido, este trabalho tem como proposta realizar uma comparação entre a Constituição da colônia francesa de Saint Domingue (1801) e a Constituição do Haiti (1805). Consideramos tais documentos como produto do cruzamento das relações atlânticas, tendo como ponto de cruzamento a Declaração dos Direitos do Homem (1789) e as discussões sobre os ‘direitos do homem’, no fim do século XVIII. Para tanto, pensamos a cidadania no Haiti como uma “cidadania de plantation”, como proposto por Carolyn Fick (2004), ao considerá-la como condicionada ao trabalho. A proposta é analisar os significados políticos e sociais dos direitos de cidadania e da ideia de emancipação no processo revolucionário haitiano, partindo da compreensão de que as discussões sobre os “direitos do homem” tiveram destaque e ganharam espaço devido ao caso americano com a guerra que terminou com a independência dos territórios colonizados pelos britânicos na América. Considerando que, apesar disso, tais discussões já existiam nos salões de intelectuais como Barão de D’Holbach e, sobretudo, devido ao interesse popular iniciado por obras como *Júlia* ou *A Nova Heloísa*, de Rousseau. Nesse sentido, as discussões ganharam outra dimensão com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) no contexto revolucionário francês. Compreendemos que o movimento revolucionário francês expôs a contradição entre os valores e discussões da metrópole francesa com suas colônias e isso começou a ser questionado, inicialmente, pela população não branca livre, que buscava conquistar seus direitos de forma completa e, posteriormente, tomou nova dimensão com a inserção da

demanda da população escravizada, como observado na Constituição de 1801 e radicalizou-se como ‘vontade geral’ na Constituição de 1805.

Théâtre Français Alcazar Lyrique Fluminense: apropriações do modelo teatral francês no Rio de Janeiro do século XIX

Julia Soares Leite Lanza-rini de Carvalho
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

O Alcazar Lyrique foi uma casa de espetáculos que existiu no Rio de Janeiro entre 1859 e 1880, momento em que a cidade passava por intensas transformações. Desde sua inauguração até o encerramento definitivo de suas atividades, ele se propunha a ser um estabelecimento francês em terras tropicais. Mesmo depois de permanecer fechado por cerca de dois anos e meio, entre 1859 e 1862, e mudar de direção, essa filiação - ou ainda, esse desejo por se apresentar como um “pedaço da França no Brasil” - nunca foi rompida. Na verdade, essa marca foi sendo cada vez mais explorada pela empresa que ocupava as dependências da Rua da Valla. De fato, no século XIX, não é arriscado dizer que Paris era a capital mundial do teatro (YON, 2024, p.1). Do teatro dramático e do teatro lírico, claro, mas também dos cafés-concertos. Apesar de um tanto simplista, essa afirmação possui duas importantes conotações. Por um lado, ela indica a centralidade dessa forma de entretenimento, dessa “doença contagiosa”, para a capital francesa, onde população “só vivia, só trabalhava (...) com a condição de ir divertir-se ao teatro” (DELVEAU, Alfred, 1867 apud YON, 2004, p.325). Por outro, invoca o domínio cultural exercido por Paris tanto em relação ao restante do país, quanto a outras regiões do mundo. Nas palavras de Camille Doucet, dramaturgo e responsável muitos anos pela administração dos teatros dentro do Ministério do Interior da França, “tudo o que se relaciona à arte teatral [era] fabricado em Paris, nessa grande usina cujos produtos depois vão abastecer os teatros das províncias e até mesmo os teatros do exterior” (Archives Nationales, F21, Note de Doucet de 19 de maio de 1865 apud YON, 2012, p.10). A partir dessas constatações, esta comunicação buscará refletir a respeito do diálogo (direto e indireto) que o Alcazar do Rio de Janeiro estabelecia com o universo teatral francês, apontando de que forma incorporava e adaptava o modelo que dizia seguir. O objetivo será expor como essa intensa relação contribuiu para transformar essa casa de espetáculos no centro da vida noturna do Rio de Janeiro, modificando sensivelmente a experiência social e teatral da cidade.

A “atitude científica” de Marcel Proust: literatura, arte e ciência na recepção de “À la recherche du temps perdu”

Dhyan Ramayana
Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Esta apresentação analisa a recepção inicial de "À la recherche du temps perdu", de Marcel Proust, no contexto francês, com foco na crítica que associou o autor a uma atitude científica. Além de um debate sobre estilo ou estrutura, essa leitura reflete disputas mais amplas em torno das fronteiras entre ciência, arte e literatura no período. Um exemplo marcante dessa questão foi a polêmica entre os críticos Jacques Boulenger e Jean de Pierrefeu sobre a concessão do Prix Goncourt a *À l'ombre des jeunes filles en fleurs* (1919). Para Boulenger, a originalidade e a beleza da obra derivavam de sua abordagem científica, caracterizada por uma observação distanciada da psicologia humana e por uma linguagem neutra e direta. Já Pierrefeu argumentava que essa atitude científica levava Proust ao isolamento na contemplação da subjetividade pura, resultando em textos que ele via como meras observações psicofisiológicas, incapazes de serem reconhecidos como literatura ou arte. Embora o termo "ciência" não deva ser interpretado segundo suas configurações atuais, a controvérsia entre Boulenger e Pierrefeu revela uma disputa por sua definição. O embate surgiu de uma incongruência semântica: enquanto o primeiro empregava um sentido clássico do termo, o segundo o criticava a partir de uma perspectiva moderna, mais próxima das ciências exatas e experimentais. Assim, esta apresentação investiga a construção e as disputas em torno das interpretações de Marcel Proust e sua obra nas primeiras décadas do século XX. Para isso, adota-se uma abordagem de história intelectual que articula a análise da historicidade dos conceitos classificatórios, evidenciando como os próprios significados de ciência, arte e literatura não devem ser tomados enquanto categorias a priori, e sim por meio das intersecções e disputas que são travadas em prol da sua determinação

“Somos isso e aquilo e ainda mais”: as múltiplas identidades de Albert Memmi e Jacques Derrida

Daiani Barbosa

Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ)

Judeus, árabes, magrebinos, franceses. Não é fácil localizar e definir as identidades daqueles que habitam diversos mundos, Albert Memmi e Jacques Derrida são plurais e suas obras e formas de teorizar demonstram isso. Intelectuais diaspóricos, influentes, mas à margem, ou melhor, no entre-lugar, nascidos no amplo espaço imaginado do Maghreb, de origem judaico-árabe e de cultura francesa, os dois compartilham o dilaceramento cultural e as incertezas e contradições que rondam o sujeito que esteve sob o colonialismo. Esta comunicação reflete sobre a formação das identidades em contextos políticos complexos, especificamente franco-magrebino, a fim de compreender como elas se relacionam e são mobilizadas na composição literária e no fazer científico desses intelectuais, desde os romances e retratos até a desconstrução que surge dos rastros e das lacunas.